

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PAULO HENRIQUE DE SOUZA MANASFI

**A BARBÁRIE DA MODERNIDADE. A FORMAÇÃO DOS ESTADOS
NACIONAIS E UMA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

VITÓRIA

2015

PAULO HENRIQUE DE SOUZA MANASFI

A BARBÁRIE DA MODERNIDADE. A FORMAÇÃO DOS ESTADOS
NACIONAIS E UMA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dra. Celeste Ciccarone

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A BARBÁRIE DA MODERNIDADE. A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS E UMA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PAULO HENRIQUE DE SOUZA MANASFI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em _____, de _____ de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Celeste Ciccarone UFES – Orientadora

Prof. Dr. Luís Carlos Tosta dos Reis – UFES - Membro interno do programa

Prof. Dra. Lívia de Cássia Godoi Moraes — UFES

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela mãe que tenho. A Jocelina Lima de Souza, minha mãe dedico esta dissertação.

Aos companheiros de mestrado na Universidade Federal do Espírito Santo. Destaco Paola Tabares San Martim. Ao Demian Cunha, Angelo Sousa, Ildranis Laquini Moro, Elizete Moreira, Luíza Leal, e a todos os demais.

À FAPES, agência financiadora que tornou possível as condições materiais para a pesquisa, e que através dos seus funcionários com quem tive contato, demonstrou excelência e competência técnica, mas sobretudo ética. Esta pesquisa intenta construir uma sociedade melhor. Este agradecimento transcende as normas contratuais e é sincero.

Agradeço de forma especial e de coração à orientadora Celeste Ciccarone. Sou muito agradecido a Deus por você ter chegado em minha vida, e conto com seu apoio.

Aos professores que ministraram as disciplinas que cursei no mestrado. Agradeço aqui a estes brilhantes professores, todos comprometidos com a construção de uma sociedade socialmente mais inclusiva, no que se refere às possibilidades de uma cidadania real. A contribuição deste diálogo tornou possível um acúmulo intelectual e aproveitamento em diferentes proporções do conteúdo das disciplinas ao longo de minha trajetória no mestrado aparece de forma clara em meu texto. Cito seus nomes sem hierarquia de importância aqui. No Programa de Pós-Graduação em Geografia professor Luís Carlos Tosta; professora Aurélia Castiglione, professor Paulo Scarim. Professor Paulo Nakatani, professor Jorge Luís Mendonça, professor Maurício Sabadini. Estes do programa de pós-graduação em Política Social. Gratidão eterna e que possamos colaborar mutuamente.

A professora Simone Raquel Batista Ferreira pela sabedoria e gentileza sem igual.

A professora Lívia de Cássia Godoi Moraes pelo aprendizado, apoio e sobretudo amizade. Possamos colaborar mais mutuamente, pois aprendi muito com você e os colegas estudantes do estudo do capital e da ontologia do ser social.

“A tradição das gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

Karl Marx.

RESUMO

O presente estudo propõe-se a realizar uma revisão crítica do conteúdo cultural e político-econômico do movimento cultural da Modernidade, buscando esclarecer suas origens e determinações, e contribuir desta forma com a construção teórica sempre a renovar-se da geográfica crítica. A crítica ao caráter apologético das ideologias que configuram a Modernidade é um elemento constante que encaminha este estudo crítico amparado no método materialista dialético histórico-geográfico desenvolvido a partir de Karl Marx e de sua fortuna crítica. Nesta pesquisa são enfocados: as implicações da renovação crítica do cânone científico estabelecido; o processo de mistificação e ideologização necessário para o estabelecimento do Estado Nacional Moderno; o caráter quantitativista e acrítico do desenvolvimento, que mistifica a técnica e que valoriza mais a tecnologia do que a alimentação.

Palavras-Chave:

Modernidade, Estado Nacional, capitalismo, ideologia, desenvolvimento, marxismo.

ABSTRACT

This study proposes a critical revision in culture, political and economical issues of Modernity, searching for their origins and determinations and aiming at being a contribution to theoretical construction of geographic criticism. The critic this apologetic ideologies that make up Modernity are a construct element in critical study supported for materialist historical-geographical dialectic, developed by Karl Marx and his criticism about fortune. This research focused on: the implications of critical renewal of established scientific canon; the process of mystification and ideologisation in the establishment of the modern Nation State; quantitativism and uncritical development mythifying and valuing technique and technology above food.

Keywords:

Modernity, National state, capitalism, ideology, development, Marxism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. APARATO CONCEITUAL- METODOLÓGICO.....	13
2. - A BARBÁRIE DA MODERNIDADE: A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS E DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	36
2.1 O PAPEL DA IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESTADO E DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	42
2.2 OS TEÓRICOS CONTRATUALISTAS E SUA IDEOLOGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA.....	48
2.3 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO NACIONAL MODERNO E A REPRODUÇÃO DO MODELO SOCIETÁRIO COLONIZADOR CAPITALISTA.....	54
2.4 AS TEORIAS PÓS-ESTADO E O BECO SEM SAÍDA CAPITALISTA.....	58
3. A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	62
3.1 AFINAL, O QUE É O DESENVOLVIMENTO?.....	63
3.2 PAPEL DO ESTADO COMO INSTÂNCIA LEGITIMADORA DO DESENVOLVIMENTO.....	68
3.3 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E DO SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	70
3.4 O PAPEL DA CEPAL E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CENÁRIO POLÍTICO- ECONÔMICO LATINO AMERICANO.....	80
3.5. UMA REFLEXÃO SOBRE ALIMENTAÇÃO À LUZ DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO. ESBOÇO DE UMA REFLEXÃO CRÍTICA.....	85
3.5.1 A HETERODOXIA ECONÔMICA. QUESTIONAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES PARA UM FUTURO POSSÍVEL.....	94
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
5 REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

Uma revisão teórica tem o mérito de permitir ao autor se aprofundar nos fundamentos que justificam sua perspectiva ao apresentar o acúmulo alcançado pela ciência a respeito da temática de pesquisa. Neste processo abre-se a possibilidade de uma renovação crítica ao cânone científico estabelecido, e se o autor pesquisador tiver mérito, podem ser encontradas relações e desenvolvidas novas perspectivas sobre a temática em questão que podem ensejar a continuidade da produção científica a partir desta contribuição. Ao leitor se apresenta a possibilidade de se apropriar do ponto de vista do autor, e de certa forma percorrer este trajeto, com a vantagem de usar o texto como espécie de atalho para os temas que o autor desenvolveu por outros caminhos.

Fornecer uma contribuição teórica para as ciências humanas, em especial ao conhecimento da ciência geográfica, não constitui obstáculo ao diálogo fértil com outros ramos da produção científica que fazem parte da formação do autor, licenciado em história. As dimensões do tempo e do espaço como categorias analíticas passíveis de auxílio na apreensão do real, complementares e absolutamente necessárias para a compreensão dos fenômenos humanos, e que constituem objeto privilegiado da perspectiva histórica e geográfica faz com que todo fato histórico tenha um referencial espacial, e que todo fenômeno geográfico, assim que objeto da ciência geográfica seja um fato histórico. Tempo e espaço são indispensáveis no processo de conhecimento de um fenômeno social. A separação entre história e geografia nesse sentido é aqui entendida como resultado da constituição destes ramos do saber de forma institucional, mas que a reflexão teórica pode dissolver, e assim contribuir para estes dois ramos do saber. Deve-se salientar aqui que o autor não ignora que a separação institucional entre história e geografia também resulte em distintas contribuições teóricas, que se constituem em ramos específicos destes saberes, mas esta não é a via que encaminha esta reflexão teórica.

A totalidade do conhecimento, e do conhecer só é possível enquanto categorias válidas para a produção de conhecimento científico, pelo uso de um método que permita ao sujeito conhecedor delimitar a totalidade, para fragmentá-la em suas

partes constituintes, funcionais para apreensão de sua relação com o todo. A parte não permite conhecer o todo, se não estiver dialeticamente a ele relacionado, e o todo só pode ser entendido como categoria analítica, se estiver dialeticamente apresentando os elementos que o constituem.

A minha trajetória como pesquisador se inicia com a reflexão sob um objeto prático, uma questão da realidade vivenciada que motivou sua transformação em pesquisa. Tendo participado enquanto estudante de graduação de um projeto institucional da Universidade Federal de Viçosa, no ano de 2004, em que os estudantes faziam uma vivência de treze dias com famílias representantes de movimentos sociais, tive a oportunidade de vivenciar a realidade de um acampamento organizado pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), nomeado Ho Chi Min, localizado no município de Esmeraldas(MG), e nos três anos seguintes conhecer vários assentamentos organizados pelo MST. Este conjunto de fatos contribuiu para que me aproveitasse desta experiência, e transformasse o MST e a Reforma Agrária, e tudo o mais o que a estes temas se relacionassem, em objeto de minha reflexão como pesquisador.

A contribuição teórica do sociólogo José de Souza Martins (1988), a respeito dos conflitos de terra no Brasil, e do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (1996), que tinha o MST como objeto privilegiado de sua reflexão teórica, se constituíram na base teórica para justificação de minha pesquisa para o estudo destas temáticas intimamente relacionadas. Minha intenção inicial era, a partir de uma sólida fundamentação teórica, buscar elementos analíticos que me permitissem lançar uma reflexão a respeito da realidade concreta de um assentamento rural.

O projeto original da pesquisa visava o ingresso no programa de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, conhecido como CPDA, mas por motivos pessoais alheios a pesquisa tive que permanecer no estado do Espírito Santo, onde encontrei acolhida no Departamento de Geografia da UFES, através do Observatório dos conflitos no campo, coordenado pelo professor Paulo Scarim, que veio a se tornar meu primeiro orientador. A partir do meu ingresso no Programa de pós-graduação em Geografia da UFES, no ano de 2013, o caminho seguido pela pesquisa, foi o de buscar na ciência geográfica elementos conceituais e metodológicos que me permitissem desenvolver minha dissertação sobre o objeto inicial de reflexão, que trata da questão agrária e do papel desempenhado pelo MST

neste contexto, agora delineado por um viés geográfico, propiciado pelo acúmulo representado pelas disciplinas e diálogos com estudantes e professores do Programa de Pós-graduação em Geografia. Este caminho me levou ao diálogo interdisciplinar com o Programa de Pós-graduação em Política Social da UFES.

O processo de formação ocasionou uma mudança em minha perspectiva em relação ao rumo que tomaria a dissertação. Percebi que a formação de historiador me permitia relacionar o conteúdo de todas as disciplinas, e que a questão agrária e o MST se constituíam em partes de uma totalidade, que eram resultado e tinham sua determinação em última instância, como função do modo social de reprodução de uma sociedade global integrada pelos intercâmbios comerciais, com marco histórico inicial na expansão comercial europeia a partir do século XVI. Este processo histórico-geográfico coincide com o chamado advento da Modernidade que ocasiona as desigualdades e desajustes sociais que encaminham a humanidade para um processo de degradação do meio ambiente do qual fazemos parte. A reprodução do discurso legitimador desta modernidade, que chamo neste momento de mito da Modernidade encaminha a humanidade para um cenário sombrio e sem perspectivas, caso seus efeitos devastadores não sejam refletidos e revertidos por meio de uma crítica, que representa uma consciência necessária como primeira etapa rumo à uma mudança socioambiental.

A questão Agrária e o papel do MST nesta totalidade que é o espaço mundial integrado por força e pela força dos agentes sociais responsáveis pelo mercado que “modernizou” o planeta, foram direcionados para minhas pretensões de pesquisa no doutorado, sendo que considero estes temas como os mais relevantes para a sociedade brasileira. Entretanto, em função do curto tempo disponível para a elaboração de uma dissertação de mestrado decidi focar minha pesquisa na crítica à Modernidade e ao desenvolvimento, como forma de me aprofundar na formação teórica.

Nesse momento é importante destacar que a concepção ética que originou a escolha do objeto da pesquisa, e o tratamento conceitual e metodológico a este direcionado é um fator constante durante todo este processo. Ao escolher o objeto de pesquisa, e a forma como trata-lo, existe um grau de afinidade e aproximação entre pesquisador e pesquisa que nega a possibilidade de uma suposta neutralidade científica. A ciência sempre serve a um fim, pois faz parte de uma totalidade, na qual

exerce determinada função, esteja ou não o pesquisador ciente dela. Caso não esteja, trata-se de alienação e não de neutralidade, sendo que a primeira constitui uma das formas culturais estabelecidas de reprodução social capitalista, que pode se refletir na produção científica das universidades, funcional para que o pensamento hegemônico, que chamo de ideologia, nos termos de Gramsci, se reproduza. A crítica consciente ao conjunto de forças sociais que alienam - verdadeiro fundamento original do que se pode entender por ciência- é o papel a ser desempenhado por uma ciência que vise à superação de mero instrumento de reprodução das relações de produção, e possa tornar-se algo que encaminhe a humanidade à resolução de seus desajustes.

Neste sentido é que me permito falar em ética, sendo este um trabalho que se propõe crítico, se comprometendo a superar, dentro das limitações desta pesquisa, as consequências de desajustes sociais que os processos aqui tratados trouxeram para a produção do espaço global integrado pela dinâmica da reprodução social capitalista.

No processo histórico de constituição da Modernidade, entendida como o movimento cultural imposto pela supremacia da civilização europeia em todo o planeta, a ciência perdeu autonomia como instância relativamente independente na produção do conhecimento e se tornou um instrumento de reprodução da sociedade conforme os padrões hegemônicos de poder histórico-geograficamente constituídos.

A proposta de organização desta pesquisa é apresentar uma reflexão teórica que permita ao leitor, se apropriar de um aparato teórico-conceitual metodológico para analisar criticamente o conteúdo das questões aqui tratadas, que em última instância referem-se à constituição da totalidade do espaço global integrado que temos hoje, e como este processo totalizante, que é a produção do espaço, se relaciona com a formação do Estado nacional moderno e difusão das relações capitalistas, correlato com o tema do desenvolvimento.

No Capítulo 1 apresentamos uma reflexão sobre o aparato teórico-conceitual e metodológico que sustenta a argumentação desenvolvida na pesquisa e apresentar algumas relações encontradas entre a temática da pesquisa e autores de outras áreas do conhecimento, ampliando a perspectiva geográfica através do diálogo com outras abordagens. Intentar-se-á também neste momento inicial contribuir para a

discussão de caráter ontológico no seio da ciência geográfica apresentando a contribuição da abordagem marxista, pois acreditamos que o seu conteúdo não se encontra devidamente difundido.

O Capítulo 2 se propõe a apresentar o processo histórico-geográfico de constituição do espaço global, desde suas origens, com o advento da Modernidade, apontando suas justificações teóricas e ideológicas. A formação dos Estados nacionais e o desenvolvimento do modo de produção capitalista são tratados como determinações maiores e necessariamente complementares deste processo global de integração espacial.

O Capítulo 3 se propõe a fazer uma crítica ao chamado desenvolvimento, entendido como ideologia atualmente difundida pelo movimento da Modernidade. A desmistificação deste conteúdo ideológico tal qual foi historicamente constituído é o intuito neste momento da pesquisa. Uma reflexão sobre a questão da alimentação e suas implicações para a constituição do espaço global desigualmente integrado, busca esclarecer as razões funcionais desta desigualdade e dos territórios ditos em estágio de subdesenvolvimento não poderem alcançar a condição de “desenvolvidos”. O que se afirma aqui é que a exploração desigual é que cria o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como partes constituintes de uma totalidade, e não como etapas históricas, como afirma a retórica econômica tradicional.

CAPÍTULO 1 – APARATO CONCEITUAL-METODOLÓGICO

Ao assumir a responsabilidade na produção de um estudo que se propõe de natureza teórica, a questão do método que vai orientar a abordagem aqui desenvolvida aparece como de natureza primeira para atribuir real significação ao conteúdo tratado na pesquisa. Atualmente vivenciamos uma fase da história, e que se reflete na produção científica, marcada pela fragmentação, em que os agentes cumprem funções determinadas por uma totalidade que lhe “escapa” em sua significação intrínseca. A totalidade enquanto categoria conceitual é imprescindível para a produção do saber que almeje ser conhecimento real, e constantemente auto refletido num refazer-se, tal qual a realidade, que é um processo dinâmico ininterrupto, e que a ciência busca, pelos meios de que disponha de apreender as características deste real, e apresenta-lo de forma coerente e verificável, de acordo com cada ramo específico do saber, que é a forma fragmentada como o conhecimento é produzido. Como bem disse Milton Santos no seu livro **A natureza do espaço** (2012), ao tratar da busca e definição do espaço como objeto da ciência geográfica:

O desafio está em separar da realidade total um campo particular, suscetível de mostra-se autônomo e que, ao mesmo tempo, permaneça integrado nessa realidade total. E aqui enfrentamos um outro problema importante, que é o seguinte: a definição de um objeto para uma disciplina, e por conseguinte, a própria delimitação e pertinência dessa disciplina passam pela metadisciplina e não o revés. Construir o objeto de uma disciplina e construir sua metadisciplina são operações simultâneas e conjugadas. O mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que, para cada uma, deve garantir, como uma forma de controle, o critério da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou teorizar (SANTOS, 2012, p.20).

Na história da produção do conhecimento na Modernidade, as correntes teóricas se sucedem pela aparente superação dos pressupostos das abordagens que as precederam, e desta forma parece que o conhecimento apresenta uma característica de avanço constante, como se tivesse uma imagem representando uma linha do tempo como uma subida constante, em que os pontos de ruptura e

superação de correntes teóricas não interferissem no movimento ascendente do conhecimento.

A despeito do necessário ato de dividir o saber em ramos da produção científica, que é o caminho incontornável da constituição da ciência, uma perspectiva totalizante e o conceito de totalidade são funcionais para a produção científica, mesmo se tratando da somatória dos saberes produzidos em suas dimensões compartimentadas. Estes conceitos são referencial na abordagem teórica de Milton Santos (2012a, 2012b) Karl Marx (1988,1996) Celso Furtado (1974, 1982, 2000, 2002) e de outros pensadores que fundamentam a perspectiva metodológica desenvolvida nesta pesquisa. A perspectiva da totalidade como um sistema no qual todas as partes exercem função em relação ao todo à qual pertencem, é um ponto de interseção na produção destes autores que referenciam esta pesquisa, e permitem pela instrumentalização desta visão promover uma apreensão mais completa do objeto tratado, pela via de um diálogo entre saberes, que busca romper os limites compartimentados da produção do conhecimento.

A complexidade dos processos produtivos, que impulsionam a produção científica faz com que os ditos homens da ciência tenham como função tratar de uma parcela do real como sua incumbência, sem possibilidade de alcançar uma perspectiva real e crítica da função específica que exerce em relação à totalidade em que ela está inserida. Nesse sentido, o cientista da atualidade assume uma feição de executor técnico de uma função pré-determinada, muito longe da visão de homem da ciência, como um sujeito que busca as causas últimas dos fenômenos, que na tradição ocidental, tem na filosofia de matriz grega sua versão original, e nos grandes homens do renascimento seu modelo até hoje propalado de forma apologética, mas sem correspondência com nossa realidade. A própria Filosofia na atualidade parece ter perdido seu status de ciência do todo. Ortega e Gasset (2002[1937]) referem-se a nosso período da produção do saber como “Barbárie da especialização”, pois a despeito dos homens de ciência tratarem cada vez mais de uma pequena parcela da realidade, seus títulos e posições sociais, fazem com que estes tecnocratas do saber adotem uma postura ética de se arrogarem como capazes de julgamentos válidos a respeito de questões a cujo respeito não tem competência técnico-científica, e sobretudo, ética-humanística.

O levantamento de dados é um momento absolutamente necessário na produção científica, seja num estudo de cunho teórico, seja no caso de um experimento científico. A ciência experimental sistematiza o conjunto de regularidades e variantes dos processos analisados. O componente teórico e metodológico das ciências humanas referenda sua justificativa por uma determinada análise de questões tendo também tem um componente político que pode ser observado pelo estudo da sucessão das correntes teóricas de referência. Um estudo pode distorcer o real para adaptá-lo ao paradigma teórico utilizado, de modo que o posicionamento do pesquisador influencia as questões que ele elabora, e suas convicções políticas são como lentes através das quais ele interpreta a realidade. Toda pesquisa em ciências humanas afirma algo como resultado de uma posição frente a uma questão que seu pesquisador alcançou. Os dados podem ser manipulados em sua escolha e posicionamento perante uma questão, mas são registros documentais, sujeitos às interpretações dos homens, ainda que tenham um conteúdo de concretude que deve orientar necessariamente a produção científica.

Esta circularidade do movimento de produção científica em sua busca pelo real tem no caso da Modernidade um dado que comprova como o processo histórico de produção do conhecimento deste período passou a ser mero instrumento de reprodução da dominação do homem pelo homem. Marx buscou demonstrar como o pensamento de Hegel, se apropriando de uma propriedade/atributo da realidade, que é seu movimento dialético, produzia sua mistificação pela visão idealista que a fundamentava e que representava a maior expressão da filosofia europeia do início do século XIX. Isto porque era uma filosofia justificadora do *status quo*, e não um instrumento da crítica, uma filosofia para escravizar as mentes, não para liberdade, que mistificava o real, distorcia a validade do que poderia ser afirmado socialmente como comprovável. Os mitos, representando um real que não existe, fazem crer aos seus recebedores que ele existe, e, portanto, a mente cria o real. Tudo que pode ser chamado de conhecimento só se realiza através da mente do sujeito conhecedor. Também podemos afirmar que a verdade é real e pode ser comprovada, se utilizarmos os instrumentos adequados de análise. O Estado nacional só existe porque consegue controlar as mentes, pois ele é uma invenção histórica recente, resultado do advento das sociedades de mercado, e se sustenta pela exploração e

expropriação da maioria dos seres humanos, subordinados aos interesses da classe dos capitalistas.

O pesquisador em ciências humanas não pode “respeitar” as fronteiras que delimitam as diferentes abordagens teóricas e deve ocupar todas as áreas improdutivas do conhecimento por meio de uma reflexão interdisciplinar e totalizante. Deveria evitar confinar sua perspectiva ao seu objeto, pois este sempre está inserido em uma totalidade, a menos que o objeto seja a totalidade. A lógica que rege hegemonicamente a produção científica na atualidade, lógica cruel e alienante, é a fragmentação e especialização, tão caras que são à reprodução hegemônica do capital, mas temos aqui que fazer o esforço teórico de apresentar a totalidade como perspectiva necessária, mesmo que secundária aos objetivos da pesquisa, a orientar todos os campos da produção científica, para que a produção do conhecimento possa fazer-se reflexiva, e portanto crítica. Lembremos que a fragmentação da realidade é uma abstração, fruto da mente humana em seu movimento dialético de busca pelo conhecimento. A realidade em si, é única/unidade, mas ainda impossível de se mostrar com os instrumentos limitados da “ciência humana”, e por isso o processo de conhecer se dá pelo estudo direcionado de um aspecto da realidade que delimite o campo de atuação de um determinado ramo da produção científica.

A relação entre realidade concreta e a produção do conhecimento, é uma relação que busca constituir instrumentos e uma linguagem que possam demonstrar no plano da realidade manifesta o que a ciência pode alcançar em seu desenvolvimento. Neste sentido a elaboração de conceitos e a escolha de um método permite à ciência construir os instrumentos e a linguagem que mediatiza o nexos existente entre a teoria e a realidade. Entendemos que a teoria constitui uma parcela da realidade, que representa seu movimento reflexivo de busca dos elementos que constituem o real, e que também contribui para a produção ou reprodução de um real conforme os parâmetros ditados pelo método adotado. Em sua tese de doutorado sobre as características constituintes da atual fase de reprodução do capital, publicada em parte na forma de artigo, Reinaldo Carcanholo expressou adequadamente esta relação:

Este trabalho não servirá para aqueles que insistem em conhecer a realidade sem antes fazer o esforço teórico necessário; que acreditam que é possível conhecer o mundo de maneira não teórica e

não percebem que, entre a teoria e a realidade, o que existe é a relação abstrato-concreto. É justamente nossa preocupação em interpretar adequadamente o concreto que nos leva a sustentar a relevância do abstrato e a necessidade de um conhecimento profundo sobre ele, especialmente através do estudo da teoria econômica marxista (CARCANHOLO, 2013, p.178).

Obviamente a escolha do método está intimamente relacionada com um alinhamento e enquadramento à uma perspectiva política que reflete a visão de mundo que o método é capaz de apresentar. Os resultados das pesquisas são apropriados para a construção e renovação do cânone científico estabelecido.

Não pertencer a nenhuma concepção teórica não livra o indivíduo das consequências da vigência prática das teorias. Entre a teoria e a prática existe certamente alguma distância, mas estas constituem uma unidade dialética. No que se referem ao resultado das concepções teóricas elaboradas nas universidades, elas são a matriz de ideias que legitimam a reprodução social, nos marcos da produção científica do conhecimento, de modo que é imprescindível uma reflexão sobre as teorias que referendam e justificam as práticas sociais de todos os indivíduos, pois a ausência desta reflexão implica numa prática social alienada.

Bernardo Mançano Fernandes em seu livro **Questão Agrária, pesquisa e MST** (2001), trata da relação entre pesquisador e objeto de pesquisa. Segundo o autor, os cientistas estão sempre vinculados aos resultados de sua produção teórica, que reflete os caminhos institucionais e teórico-metodológicos que sustentam a mesma produção. O referencial teórico e o desenvolvimento das análises estão sempre inseridos no contexto político de diferentes correntes teóricas, com objetivos distintos, e muitas vezes contrários, que exercem uma disputa pelos espaços institucionais de produção do conhecimento, que tem na universidade seu *lócus* privilegiado. Portanto, seguindo este raciocínio, não se pode conceber “neutralidade científica”, pois estaria se negando o processo real e constante, e necessariamente político, da produção e sobretudo reprodução do conhecimento.

A imparcialidade não é uma totalidade, é parte de uma relação. De modo que ser imparcial é ser coerente com seus pensamentos e ter a decência de defendê-los, é não se deixar corromper pela conveniência. A imparcialidade nunca é apolítica (...). Na pesquisa, se quisermos defender a imparcialidade, temos que compreendê-la como uma postura coerente, tendo como referência o rigor científico, no que se refere ao método, à teoria e à metodologia. Nesse sentido, ela é uma qualidade para os que a têm como princípio e que, por

consequente, não significa falta de compromisso (...). Os pesquisadores “sem compromisso” (ou com compromissos que não revelam) assumem uma falsa postura, pois defendem a “imparcialidade”, enquanto os resultados de suas pesquisas servem para interpretar a realidade estudada. São sabedores de que seus estudos poderão ser utilizados das mais diferentes formas e que atingirão a população estudada. Alguns chegam a argumentar que não são responsáveis pelos usos que se podem fazer com os resultados de suas pesquisas. É importante lembrar que não é possível separar a pesquisa do pesquisador. Todo pesquisador é responsável pela pesquisa que realiza. Por esta razão damos os devidos créditos nas citações e referências bibliográficas. (...) De fato, a ciência não é neutra. Os pesquisadores que defendem a neutralidade científica fazem por ingenuidade ou má-fé. A ciência não paira acima da realidade. Os cientistas apenas contribuem com a construção do conhecimento para compreensão das realidades (FERNANDES, 2001, p.14-15).

Uma perspectiva de totalidade e, portanto, totalizante, nos termos de Milton Santos (2012a), é absolutamente necessária para que o conhecimento alcance a substância do real, e não se remeta a um conjunto imutável de saberes estabelecidos. Os conceitos devem estar sempre se refazendo de forma dialética, pois o próprio movimento de constituição do real é um processo dialético. O conhecimento enquanto realização de uma consciência individual do sujeito conhecedor nunca está segmentado do movimento diacrônico da realidade que coloca sua validação constantemente à prova. Pensar dialeticamente é utilizar esta percepção do fazer-se constante do real para o entendimento dos processos sociais, sejam eles pensados em sua totalidade, sejam eles pensados em distintas segmentações que necessariamente estejam submetidas a uma determinação maior representada em última instância pela totalidade que lhe dá sentido.

A perspectiva analítica da totalidade (SANTOS, 1978, 2012a, 2012b) está presente na abordagem de Milton Santos quando, ao investigar o espaço, o faz com o auxílio das categorias conceituais de estrutura, forma, função e processo¹ (SANTOS

¹ Segundo Milton Santos: “todas as partes de uma totalidade devem ser definidas pelo menos *grosso modo*, ainda que a definição possa tornar-se limitante. Palavras como *forma*, *função*, *processo* e *estrutura* vêm sendo usadas de maneiras tão diferentes que cada uma delas acaba encerrando, para diferentes intérpretes, diferentes nuances de sentido. As definições aqui testadas pretendem expressar tão-somente o âmago do significado, passível de ser ampliado ou adaptado para o exame de um processo específico num dado contexto espacial. *Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de acordo com o *Dicionário webster*, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se

2012b). O uso integrado destas categorias conceituais nos permite entender a totalidade, em seu movimento constante e dialético de fazer-se, como um sistema em que todos os seus elementos estão necessariamente articulados, e se articula coerentemente com todo o aparato conceitual que o autor utiliza para tratar do espaço como objeto primordial da reflexão geográfica. Os elementos constituintes do espaço enquanto totalidade tem uma relação direta com o modo de produção dominante que, em última instância, vai comandar a dinâmica funcional das transformações ocorridas no espaço (SANTOS, 2012b, p.26). O espaço é, na reflexão geográfica, a totalidade manifesta em função da criação deste pelo homem através de sua presença e intervenção na natureza. Como disse Milton Santos:

O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço (SANTOS, 2012b, p. 67).

Na argumentação de Milton Santos a técnica adquiriu status de categoria conceitual analítica central para entendermos o processo histórico de formação e reprodução do espaço, de acordo com os elementos centrais que o determinam.

A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo (SANTOS, 2012, p.23).

Milton Santos (SANTOS, 2012a) alertou seus leitores a respeito do enfoque pós-moderno que abordava o espaço de forma metafórica e adjetival, sem possibilidade de definir e compreender esta categoria numa perspectiva de totalidade, dialética, e nesses termos, diacrônica e processual, portanto histórica, enquanto objeto de reflexão geográfica. A partir de uma definição do espaço como sistema de objetos e sistema de ações, segundo o autor, podemos utilizar o escopo conceitual constituído

em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SANTOS, 2012b, p.69).

e a se constituir na ciência geográfica como ferramentas intelectuais capazes de apreender os processos que tem no espaço seu cenário de ocorrência.

O geógrafo David Harvey assim descreveu em seu livro **A condição pós-moderna** (1992) a concepção de espaço que orienta a narrativa e percepção pós-moderna:

Verifica-se, sobretudo, que os pós-modernistas se afastam de modo radical das concepções modernistas sobre como considerar o espaço. Enquanto os modernistas veem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais, e portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social, os pós-modernistas o veem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos, que não tem necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza “desinteressada” com fins em si mesma (HARVEY, 1992, p.69).

É indispensável para o pensador crítico que se debruça sobre o espaço como objeto de reflexão, buscar as determinações que em última instância ocasionam sua produção enquanto fenômeno global e categoria de apreensão do real pela ciência geográfica, o que uma análise que não tenha suporte numa abordagem totalizante é incapaz de proporcionar. Para compreendermos e dar conteúdo real substantivo ao espaço como categoria totalizante e objeto da reflexão de viés geográfico, pela abordagem conceitual pertinente a este ramo do saber, temos que entender o espaço como uma instância que dá suporte material aos fenômenos sociais que constituem o espaço. O termo instância aqui entendido no sentido atribuído por Milton Santos em sua obra **Espaço e Método** (2012b):

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 2012b, p.12).

A contribuição de Karl Marx para o entendimento da forma como se dá a produção e reprodução do sistema capitalista, é fundamental para a compreensão dos fatores determinantes da produção do espaço mundial integrado que vivenciamos. Quando

Marx fala do processo de acumulação primitiva que precedeu a forma capitalista de reprodução social, necessariamente está falando de um processo geográfico-espacial. A constituição da divisão internacional do trabalho (DIT), conceito muito utilizado na retórica econômica, representa exatamente as distintas funções que os territórios que vieram a se tornar os Estados nacionais modernos, exerciam na estrutura do comércio em escala global que se estabeleceu na Modernidade. Esta divisão de funções dentro de uma economia que veio a se tornar global atendia aos interesses dos centros econômicos europeus difusores da Modernidade.

Ao submetermos o espaço a uma análise temporal regressiva, podemos alcançar a cadeia de determinações que constituem o espaço atual. Uma leitura histórico-geográfica crítica de **O Capital** (MARX, 1988) nos permite visualizar os processos geográficos em ação subjacentes à argumentação desenvolvida por Karl Marx que buscava legitimar sua posição através da superação da retórica da Economia Política, a ciência social que orientava o desenvolvimento econômico sob os auspícios dos valores burgueses característicos do desenvolvimento da Modernidade. David Harvey é um dos geógrafos que mais contribuiu para o reconhecimento dos aspectos espaciais presentes na argumentação desenvolvida por Karl Marx, ainda que na época a Geografia não tivesse ainda alcançado uma posição de ciência social crítica, sendo mais focada nos aspectos físicos com orientação mais descritiva. David Harvey, em seu livro **A produção capitalista do espaço** (2005), afirma:

Durante muito tempo ignorou-se a dimensão espacial referente à teoria da acumulação de Marx no modo de produção capitalista. (...) No entanto, o exame atento de suas obras revela que ele reconheceu que a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas. Além disso, Marx desenvolveu uma nova abordagem relativa à teoria da localização (em que a dinâmica está no centro das coisas), e mostrou ser possível ligar, teoricamente, o processo global de crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais. Esse fato, ademais, exprime que tal análise de localização proporciona, ainda que de maneira limitada, um elo entre a teoria da acumulação de Marx e a teoria do imperialismo marxista – um elo que muitos procuraram, mas que ninguém, até agora, encontrou; em parte, devo dizer, porque se negligenciou o fator mediador da teoria de localização de Marx (HARVEY, 2005, p.43).

David Harvey afirma que o materialismo histórico de Marx tem necessariamente uma base geográfica que historicamente não foi posta como objeto de reflexão

privilegiada pelas ciências humanas, e advoga o chamado materialismo histórico-geográfico como método de pesquisa.

O materialismo histórico-geográfico é um modo de pesquisa aberto e dialético, em vez de um campo fixo e fechado de compreensões. A metateoria não é uma afirmação de verdade total, e sim uma tentativa de chegar a um acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo, tanto em geral como em sua fase presente (HARVEY, 1992, p.321).

A perspectiva dialética de Marx constitui uma reformulação do princípio dialético tal como formulado por Hegel. Marx se apropria da percepção de Hegel sobre a dialética como representação conceitual da manifestação do real, mas a inverte, pois para Marx o que é real pode ser representado e apreendido com o recurso da dialética, mas a determinação daquilo que é real tem sua origem no mundo material, enquanto em Hegel, a determinação última dos acontecimentos é encontrada na ideia. Marx, nas suas próprias palavras, inverte a dialética de Hegel, transformando assim o significado da dialética, que supera sua tradição idealista, e com Marx torna-se uma ferramenta conceitual capaz de interpretar o real com base na materialidade. Suas palavras são bem claras ao afirmar:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 1988, p.26).

E mais:

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (IDEM, p.26-27).

A contribuição de György Lukács é fundamental para a compreensão da ruptura na tradição filosófica que o pensamento de Marx promove a partir de seu rompimento com Hegel e o posterior desenvolvimento de seu pensamento. Lukács, em sua obra **Para uma ontologia do ser social** (LUKÁCS, 2013) demonstra que Marx funda uma tradição filosófica, no campo da reflexão ontológica, de matriz materialista, tendo na categoria trabalho o fundamento do ser social. A contribuição teórica de

Lukács atenta para aspectos da concepção filosófica de Marx que estavam perdidos pelo marxismo institucionalizado soviético e suas variantes. Conforme Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder apontam na apresentação da obra **Concepção dialética da história** (1978) de Antônio Gramsci, na época em que este escrevia, o marxismo ainda não era considerado uma contribuição relevante para a história do pensamento filosófico. “O marxismo era, então, entendido como uma sociologia ou uma economia”, e ainda se discutia qual filosofia seria mais adequada ao marxismo (GRAMSCI, 1978, p.5).

As correntes teóricas de tradição idealista, na perspectiva que entendemos foram superadas pela contribuição filosófica de Marx conforme Lukács revelou ao mundo com sua **Para uma ontologia do Ser social**, mostraram que o fundamento do ser social se encontra a partir da existência do trabalho, e não em uma categoria abstrata (a ideia de Hegel) que transcendesse o plano da materialidade em sua determinação quando considerado o fenômeno social desde sua menor partícula possível, representado pelo trabalho que possibilita a existência deste ser social, até sua dimensão mais abrangente representada pela totalidade da realidade social que também tem no trabalho seu fundamento de existência. Lukács permitiu com esta descoberta da contribuição sem precedentes da contribuição de Marx para a construção do conhecimento de que trata a Filosofia, e a lança a um patamar superior de análise, em função da superação das limitações da tradição de matriz idealista e seu conteúdo e implicações político-sociais, e, portanto para as relações de poder que se justificam pela reprodução dos discursos e teorias que as legitimam. Suas palavras são esclarecedoras:

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da socialidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente

biológico ao ser social. (...) No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro dos traços essenciais do ser social (LUKÁCS, 2013, p.35).

É do trabalho que devemos partir para compreender os processos sociais que conformam o real manifesto com suas múltiplas determinações e que constitui o que Lukács chama de complexo de complexos, sem a necessária determinação de uma esfera econômica sobre as outras que compõem o real, segundo uma lógica mecanicista não dialética, em que infraestrutura econômica determina a superestrutura política-ideológica, numa visão tão amplamente disseminada pela herança crítica de uma tradição marxista. A concepção ontológica materialista de Marx e Engels foi pouco explorada pela ciência geográfica, dada a pouca repercussão que a contribuição de Lukács encontrou nos meios acadêmicos. A construção de uma concepção ontológica adequada ao pensamento geográfico crítico foi apontada por Milton Santos:

(...) É indispensável uma preocupação ontológica, um esforço interpretativo de dentro, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitam corretamente analisá-lo.

Essa tarefa supõe o encontro de conceitos, tirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória, e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimento. A isso também se pode chamar a busca de operacionalidade, um esforço constitucional e não adjetivo, fundado num exercício de análise da história (SANTOS, 2012, p.19).

A contribuição filosófica da **Para uma Ontologia do Ser Social** (2013) é fundamental para que a corrente teórica da chamada geografia crítica possa mostrar como o marxismo pode promover uma superação teórica das tradições filosóficas idealistas na ciência geográfica, haja visto que estas contribuições que Lukács legou à Filosofia não terem alcançado repercussão no entendimento das reais categorias que implicam na determinação do Ser social, que obviamente é um ser geográfico, geografizável, pois tendo a Geografia o espaço enquanto categoria totalizante que a fundamenta e a justifica na produção do saber, é muito importante que a contribuição de Marx e Lukács sejam incorporadas pela contribuição da Geografia

crítica. O pensamento de Marx tem um alcance filosófico totalizante e com profundas implicações para a produção do conhecimento que está oculto pelas tradições acadêmicas que não incorporem as contribuições de Marx e da **Para uma ontologia do Ser Social** de Lukács. A citação que usamos tem o mérito de sintetizar bem o que pensamos que seja o cerne da contribuição ontológica materialista de Lukács, e que pode contribuir com a reflexão teórica da ciência geográfica:

A descrição do trabalho, tal como a apresentamos até aqui, embora bastante incompleta, já indica que com ele surge na ontologia do ser social uma categoria qualitativamente nova com relação às precedentes formas do ser, tanto inorgânico como orgânico. Essa novidade consiste na realização do pôr teleológico como resultado adequado, ideado e desejado. Na natureza existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação de suas respectivas formas concretas, um ser-outro. De modo que é precisamente a teoria marxiana, segundo o qual o trabalho é a única forma existente de um ente teleologicamente produzido, que funda, pela primeira vez, a peculiaridade do ser social. Com efeito, se fossem justas as diversas teorias idealistas ou religiosas que afirmam o domínio universal da teleologia, então tal diferença, em última instância, não existiria. (...) Não surpreende, então que o terreno da atividade propriamente dita do homem, ou seja, o seu metabolismo com a natureza, do qual ele provém, mas que domina cada vez mais mediante a sua práxis e, em particular, mediante o seu trabalho, perca sempre mais valor e que a única atividade considerada autenticamente humana caia ontologicamente do céu pronta e acabada, sempre representada como “supratemporal”, “atemporal”, como mundo do dever-ser contraposto ao ser. (Falaremos em breve da gênese real do dever-ser a partir da teleologia do trabalho). As contradições entre essa concepção e os resultados ontológicos da ciência da modernidade são tão evidentes que não merecem um exame mais detalhado (LUKÁCS, 2013, p.47).

A contribuição e diálogo com outros campos do conhecimento se constitui aqui em ferramenta metodológica para apreender de forma real, superando qualquer viés ideológico que possa iludir e velar o conteúdo concreto do processo que aqui tratamos. A abordagem e os recursos filosóficos e analíticos do materialismo histórico-dialético são referenciais que orientam a produção científica crítica em diversos campos do conhecimento, e serão utilizados para esclarecer a convergência da perspectiva que aqui adotamos, e que pode ser encontrada nos mais distintos campos do conhecimento. Dito isto, deve-se destacar que outras perspectivas teóricas também contribuem para a reflexão que fazemos, contribuindo assim para uma abordagem mais ampla dos temas tratados.

Na perspectiva a ser desenvolvida nesta análise, as contribuições de Milton Santos, Celso Furtado e Karl Marx são entendidas como eixos privilegiados e necessariamente articulados para tratar a temática do desenvolvimento. A perspectiva totalizante na abordagem destes autores nos permite captar de forma mais precisa a cadeia de determinações inter-relacionadas que constituem os fenômenos físicos do processo histórico em formação. Marx trabalha com o capital como categoria totalizante que dá dinâmica ao processo de produção e reprodução social nas sociedades capitalistas. Para Milton Santos o espaço é o objeto de análise da ciência geográfica, e se constitui na categoria na qual a totalidade pode ser percebida. Para Celso Furtado a interação dialética entre os diversos sistemas econômicos nacionais que constituem a economia global capitalista se constitui na totalidade a partir da qual ele busca interpretar o fenômeno do desenvolvimento, que constitui a temática principal de sua produção teórica. Enxergar a unidade dentro de uma multiplicidade de fatores é pressuposto de uma visão que enfoque a totalidade que estrutura os processos sociais nas distintas abordagens que estes pensadores desenvolvem.

A importância que aqui se advoga de uma perspectiva totalizante na análise de um fenômeno que é físico e também social, que é a formação do espaço mundial, advém da orientação ética que a sustenta, que se assume como crítica do processo e da estrutura que configura este espaço global, plenamente articulado, e desigualmente integrado. Aquilo que chamo de Barbárie da Modernidade é minha interpretação do processo de estruturação simultânea e necessariamente articulada que veio a formar o espaço mundial, que é historicamente apresentada de forma apologética e mitificada pelos centros culturais, econômicos e políticos difusores da Modernidade. Fazer a crítica ao conteúdo desastroso, totalitário e homogeneizante do pensamento, que constitui a Modernidade, é um ponto de partida incontornável para a compreensão crítica da totalidade que constitui o espaço mundial.

Somente uma abordagem crítica totalizante permite captar todas as determinações que constituem o que é real. Como disse Marx, a parte não pode compreender o todo. Somente uma consciência manifesta da totalidade que constitui o que é real pode compreender todas as partes que são forma, função, processo da totalidade.

A abordagem teórica e metodológica de Celso Furtado oferece importantes contribuições para a compreensão da dinâmica de funcionamento da totalidade do

espaço mundial economicamente integrado, marcada por grandes desigualdades. Este heterodoxo humanista, pois a denominação de economista não faz jus à dimensão de sua contribuição para o pensamento brasileiro e mundial no século XX, teve uma perspectiva teórica justificada na totalidade do processo de reprodução social que analisava, sobretudo, pelo viés da ciência econômica. Celso Furtado sempre defendeu o recurso ao uso do método histórico como ferramenta auxiliar na elaboração de modelos econômicos normativos, diferentemente da ortodoxia que trabalhava com a manipulação de fatores produtivos e normatizações abstraindo-se do conteúdo histórico concreto. Ao afirmar a estrutura sistêmica de economia global, que através da constituição da divisão internacional do trabalho (DIT) atribuía funções distintas aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, Furtado desmistificou a retórica economicista dos centros difusores capitalistas. Mostrou a impossibilidade dos países alcançarem todos os padrões de desenvolvimento dos centros capitalistas, sendo o subdesenvolvimento o resultado da exploração econômica, e o desenvolvimento capitalista na Europa produto da expoliação dos recursos naturais e do trabalho na periferia do capitalismo (FURTADO, 1974).

Celso Furtado (FURTADO, 2000), assim como Milton Santos, se utilizava das categorias estrutura, forma, função e processo como ferramenta metodológica para interpretar o movimento histórico-geográfico dialético da totalidade das relações econômicas. Ele entendia que os economistas ortodoxos interpretam equivocadamente o papel da técnica na produção capitalista, a entendendo como mero fator de produção, sem considerar seu papel como forma de manutenção da estrutura de poder estabelecida pelos países centrais. Furtado afirmava que a criatividade humana pode se manifestar na criação hegemônica de valores substantivos, como imperativo irrefletido do período pós Revolução Industrial. O autor ainda afirmava que só existe real desenvolvimento humano se estiver atrelado a um projeto social subjacente, sendo sua contribuição de inestimável auxílio para aqueles que almejam a formação de um mundo no qual as mazelas sociais decorrentes do capitalismo industrial possam ser superadas.

As categorias analíticas de estrutura, forma, função e processo, permitem uma perspectiva totalizante e dialética do objeto a ser investigado, e tornam-se um excelente referencial metodológico para tratar os temas do desenvolvimento, seja o objeto focado para análise, uma relação econômica, político, social, e também

geográfica, pois o espaço é a instância absolutamente irreduzível, assim como o tempo, dos acontecimentos que compõem o processo histórico que permite que estes conceitos sejam parte do processo de produção e reprodução científica (SANTOS, 2012, p. 67-81). Furtado também se utiliza destas mesmas categorias para analisar a totalidade dos processos econômicos, que atuam de maneira sistêmica e integrada, e que por meio destas categorias permitem fragmentar as partes que constituem a totalidade sem perder de vista sua inter-relação funcional com relação ao todo, que constitui a estrutura dentro deste esquema analítico (FURTADO, 2000, p. 41-48).

O processo de conhecimento é diacrônico, e os conceitos buscam numa representação sincrônica apresentar o real, que pelo seu movimento dialético, só pode se apresentar no conceito como forma abstrata deste real que já está superado, e exige o movimento constante, dialético e reflexivo de renovação do conhecimento científico. A análise sincrônica da realidade não exclui a perspectiva diacrônica, vinculada ao recurso do tempo como ferramenta intelectual na apreensão do movimento dialético que constitui o real. A abstração do processo histórico na produção teórica implica num descolamento da teoria como método capaz de representar o real, e a converteria em aparelho ideológico mantenedor do *status quo*.

Friedrich Engels, no prefácio ao volume II de **O Capital** (MARX, 1983) fez uma importante reflexão que demonstra como os pressupostos metodológicos e teóricos, e acrescentaria também éticos, determinam a perspectiva possível ao cientista. Ele explica que até o final do século XVIII:

(...) predominava a teoria flogística, segundo a qual a essência de toda combustão consistia em que do corpo em combustão se desprendia outro corpo hipotético, um combustível absoluto, designado flogisto. Essa teoria bastava para explicar a maioria dos fenômenos químicos então conhecidos, ainda que em alguns casos de modo forçado (MARX, 1983, p.14).

Conforme a método experimental se desenvolveu, Priestley e Scheele trabalhavam simultaneamente para fazer avançar o conhecimento da combustão pela teoria flogística. Foi necessário Priestley comunicar sua descoberta para Lavoisier, o maior cientista de seu tempo, para que este compreendesse:

(...) que na combustão o misterioso flogisto não sai do corpo que queima, mas este novo elemento se combina com o corpo; assim, ele pôs toda a Química, que em sua forma flogística estava de cabeça pra baixo, pela primeira vez de pé. E ainda que não tenha, como afirmou mais tarde, isolado o oxigênio à mesma época que os outros dois e independente deles, mesmo assim permanece como o autêntico descobridor do oxigênio em relação aos dois que apenas o isolaram, sem vislumbrar sequer o que haviam isolado (MARX, 1983, p.15).

Conforme esta argumentação, o simples recurso a uma teoria e método sem que o pesquisador se coloque crítica e reflexivamente diante do objeto de pesquisa, torna a ciência mera técnica aplicada, e limitada em suas possibilidades de apreensão do real.

As repercussões da publicação de **A origem das espécies** (DARWIN, 1981), de Charles Darwin são da maior importância para a transformação do pensamento na contemporaneidade, ao estabelecer uma ruptura aparentemente definitiva entre fé e ciência. A teoria de que o homem é o resultado da evolução histórico natural de um ancestral primata menos evoluído desmente o mito da criação humana cristã e, portanto, delimita uma fronteira nítida entre distintas visões de mundo, uma fundamentada na tradição milenar religiosa, e outra nas descobertas recentes da ciência. Engels (ENGELS, s./d.) fez uma interpretação fundamentada na teoria evolucionista de Darwin, sobre o papel da inclusão da carne na dieta do homem, e sua contribuição fundamental para o desenvolvimento humano. Engels afirmava que o consumo de carne engendrou dois avanços fundamentais para que emergissem as civilizações, a saber, o domínio do fogo para o preparo do alimento e a domesticação de animais para suprir de forma contínua as novas necessidades nutricionais do homem em formação do estágio primitivo em direção ao homem que por meio da mão, seu instrumento único e incomparável de realizar trabalho, intervém no meio ambiente. Para Engels, a transformação da mão humana, libertada pelo andar ereto, e livre para criar seu mundo é o passo inicial de um homem que por meio de trabalho vai se diferenciar de todos os outros seres naturais. O trabalho e os seus instrumentos auxiliares, que também são resultado do trabalho humano, é o “que cria o homem”. Aqui a perspectiva ontológica materialista, em oposição às tradições filosóficas idealistas é o ponto de ruptura.

(...) os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar esta explicação em suas necessidades (refletidas naturalmente, na cabeça do homem, que

assim adquire consciência delas). Foi assim que, com o transcurso do tempo, surgiu esta concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma ideia clara acerca da origem do homem, pois esta mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho (ENGELS, s.d. p.19).

Os avanços das ciências naturais são uma influencia marcante na perspectiva de Engels que entendia o homem como pertencente à natureza, a despeito de ser o único ser capaz de modifica-la para seus propósitos. A perspectiva materialista crítica de Engels pode ser entendida como uma das primeiras reflexões contemporâneas sobre as consequências ambientais do desenvolvimento em ciências humanas, preocupação esta que muitas vezes diz-se negligenciada na obra que Marx produziu com a colaboração de Engels. Deve-se destacar como a influencia da visão naturalista sistêmica de Darwin no fim do século XIX inspirou a reflexão do autor que, todavia, ao transcender o domínio desta abordagem, interpreta a totalidade representada pela natureza como unidade, sujeita à dualidades e fragmentações apenas pelo movimento da mente humana na busca pela compreensão do real, que fragmenta esta totalidade em partículas sujeitas à movimentos antitéticos e dialéticos, característica da perspectiva materialista dialética.

Com efeito, aprendemos cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer tanto os efeitos imediatos como as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento. Sobretudo depois dos grandes progressos alcançados neste século pelas ciências naturais, estamos em condições de prever e, portanto, de controlar cada vez melhor as remotas consequências naturais de nossos atos na produção, pelo menos dos mais correntes. E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será esta ideia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, ideia que começa a difundir-se pela Europa sobre a base da decadência da antiguidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo (IDEM, p.24).

A perspectiva ética é uma das principais contribuições de Marx e de sua filosofia e método materialista histórico-dialético, e acrescentaríamos geográfico, pois se trata de uma contribuição que pretende superar as mistificações que a sociedade capitalista cria no âmbito da sociabilidade que impedem que os segmentos sociais

com interesses antagônicos entrem em conflito de morte. Este é o terror que amedronta o “honesto burguês empreendedor”, de que a parcela de trabalho sem a qual ele não pode ser burguês se revolte contra a exploração do trabalho, e grite por uma outra nova sociedade. O objetivo de Marx com **O capital** é cientificamente trazer à luz a exploração da força-de-trabalho que constitui a sociedade capitalista, em diferentes graus, todos estes aviltantes, pois fundamentados na instituição de uma barbárie, que para que se reproduza precisa dominar o indivíduo no nível mental, para que os burgueses possam enriquecer com o trabalho alheio. Revelar a essência da exploração desmistifica qualquer aparência na sociedade capitalista que esconde a exploração do trabalho por meio da sua valoração, que sempre extrai excedente apropriado pelo burguês que compra força de trabalho. Enxergar a essência por trás da aparência dos fatos é uma façanha que a leitura d’**O capital** permite revelar, e sendo escrita esta obra com uma perspectiva revolucionária de transformação social total da sociedade hegemônica e expansiva de seu tempo, no interesse de libertação da classe trabalhadora, a perspectiva de Marx é humanista, e sobretudo ética.

Marx alertara logo no início d’**O capital** sobre o uso das categorias burgueses e proletários como recurso teórico conceitual sendo preciso não personalizar na realidade concreta o que é abstrato nos papéis históricos desempenhados por esses personagens²

Ser crítico, então, para o materialista dialético é ser capaz de observar por trás dos fenômenos reais, o que possam ter de aparente e essencial, através da percepção da cadeia de fatos não evidentes no fenômeno social, mas que sejam resultados de fatos passados, como determinantes que condicionam o presente.

Para evitar possíveis erros de entendimento, ainda uma palavra. Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos

² Exemplo prático desta “distância” entre o burguês abstrato do capital e os milhões de burgueses reais e históricos é a figura de Engels, filho de rica família de industriais do ramo têxtil de Manchester que foi um crítico brilhante da Economia Política de seu tempo, e inspirou Marx em 1844, por meio de um artigo a se interessar pela Economia Política como ferramenta crítica que lhe permitisse compreender a totalidade de seu tempo, e sem a qual, pela contribuição e colaboração teórica e financeira que prestou a Marx, não seria possível a publicação de **O capital**. São estes fatos que demonstram como é complexa esta dialética essência-aparência, que constitui o movimento dialético e processual da constituição do real que podemos perceber.

do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas (MARX, 1988, p.19).

Muitas são as referências críticas à ausência de discussão metodológica na produção de Marx, e por isto, tendo este comentário sobre o método utilizado em **O capital**, por um periódico chamado *Correio Europeu*, de São Petersburgo, tido a aprovação e recomendação do próprio Marx, conforme consta no Posfácio da segunda edição d'**O capital**, entendemos que nesta passagem se encontra importante referencial sobre o método de Marx. Além disto, trata-se de uma reflexão feita cinco anos após a publicação d'**O capital**, e portanto atenta às repercussões que o obra tinha então alcançado.

Para Marx, só importa uma coisa: descobrir a lei dos fenômenos de cuja investigação ele se ocupa. E para ele é importante não só a lei que os rege, à medida que eles têm forma definida e estão numa relação que pode ser observada em determinado período de tempo. Para ele, o mais importante é a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, e uma ordem de relações para outra. Uma vez descoberta essa lei, ele examina detalhadamente as consequências por meio das quais ela se manifesta na vida social. (...) Por isso, Marx só se preocupa com uma coisa: provar, mediante escrupulosa pesquisa científica, a necessidade de determinados ordenamentos das relações sociais e, tanto quanto possível, constatar de modo irrepreensível os fatos que lhe servem de pontos de partida e de apoio. Para isso, é inteiramente suficiente que ele prove, com a necessidade da ordem atual, ao mesmo tempo a necessidade de outra ordem, na qual a primeira inevitavelmente tem de se transformar, quer os homens acreditem nisso, quer não, quer eles estejam conscientes disso, quer não. Marx considera o movimento social como um processo histórico-natural, dirigido por leis que não apenas são independentes da vontade, consciência e intenção dos homens, mas, pelo contrário, muito mais lhe determinam a vontade, a consciência e as intenções. (...) Se o elemento consciente desempenha papel tão subordinado na história da cultura, é claro que a crítica que tenha a própria cultura por objeto não pode, menos ainda do que qualquer outra coisa, ter por fundamento qualquer forma ou qualquer resultado da consciência. Isso quer dizer que o que lhe pode servir de ponto de partida não é a idéia, mas apenas o fenômeno externo. A crítica vai limitar-se a comparar e confrontar um fato não com a idéia, mas com outro fato. (...) Com o desenvolvimento diferenciado da força produtiva, modificam-se as circunstâncias e as leis que as regem. Ao Marx se colocar a meta de pesquisar e esclarecer, a partir desta perspectiva, a ordenação econômica do capitalismo, ele apenas formula, com todo rigor científico, a meta que deve ter qualquer investigação exata da vida econômica. (...) O valor científico de tal pesquisa reside no esclarecimento das leis específicas que regulam nascimento, existência, desenvolvimento e morte de dado organismo social e a

sua substituição por outro, superior. E o livro de Marx tem, de fato, tal mérito.

É sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (MARX, 1988, p. 25-26).

O conceito de território se constitui em objeto privilegiado para uma análise histórico-geográfica crítica do processo sistêmico que gerou o espaço mundial que temos. Ele nos permite analisar o espaço desde o período anterior à formação dos Estados nacionais modernos até o período atual, em que estes Estados se constituem na forma estabelecida de governança política-territorial. A contribuição do geógrafo Rogério Haesbaert em seu livro **O mito da desterritorialização – do fim dos territórios à multiterritorialidade** (2011), permite enriquecer criticamente este conceito, que passou por diversas apropriações e usos na história do pensamento geográfico, e também em outros campos do conhecimento e esferas institucionais. A amplitude do uso do conceito de território vai desde as ciências naturais, podendo-se referir a um território de ocorrência de determinada espécie, passando pela apropriação mais tradicional, que se refere ao território como delimitação de um espaço político sob determinada jurisdição, até uma noção de território que englobe diferentes aspectos culturais identitários que permitem enxergar uma multiplicidade de territórios que se sobrepõem dentro de um espaço político econômico e social da qual fazem parte. A desterritorialização a que o autor refere-se como mito é devidamente apresentada já em seu prólogo em que Haesbaert afirma:

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. (...) Sabendo, de saída, que “multiterritorializar-se”, para a maioria, não passa de mera virtualidade. A exclusão aviltante ou as inclusões extremamente precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de partilharem múltiplos territórios, vagueiem em busca de um, o mais elementar território da sobrevivência cotidiana. Assim, os múltiplos territórios que nos envolvem incluem esses territórios precários que abrigam sem-tetos, sem-terras e outros tantos grupos minoritários que parecem não ter lugar numa des-ordem de “aglomerados humanos” que, em meio a tantas redes, cada vez mais estigmatiza e separa. Assim, o sonho da multiterritorialidade generalizada, dos

“territórios-redes” a conectar a humanidade inteira, parte, antes de mais nada, da territorialidade mínima, abrigo e aconchego, condição indispensável para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades – de todos e de cada um de nós (HAESBAERT, 2011, p.16-17).

A perspectiva adotada por Rogério Haesbaert, de forma dialética busca compreender as transformações no espaço a partir da análise integrada das múltiplas dimensões que compõem um território, sendo fonte de orientação para refletirmos sobre as múltiplas dimensões territoriais subjacentes as questões desenvolvidas nesta pesquisa.

O conceito de território possui muitas apropriações possíveis de acrescentar geograficidade aos seus distintos usos. Enquanto partícula de um espaço maior que o contém, o conceito de território coloca em evidência a diversidade característica do espaço e objeto da reflexão geográfica. Em suas múltiplas apropriações o território parece comportar uma dimensão dialética de transitoriedade e processual e de pertencimento que vincula o território aos grupos que o compõem e portanto fazem dele seu espaço de experiência e produção de vida.

O território seria um elemento constituinte da totalidade que é o espaço enquanto categoria central do pensamento geográfico. O território é uma fragmentação do espaço, enquanto categoria conceitual analítica, e espaço vivenciado pelo conjunto de seres humanos, o que se chama de territorialidade. O território possui elementos materiais e imateriais, que em sua necessária imbricação constituem o que estes territórios têm de real (FERNANDES, 2013). O território permite enquanto conceito captar as “zonas de fronteira” que delimitam as muitas instâncias da vida social. Neste sentido pode-se falar em território econômico, cultural identitário, e político representado pelas instâncias de governança institucional estabelecida. O conceito de território permite percebermos o espaço como sistema, constituinte de partes integradas, mas não necessariamente estável e sustentável ao longo do tempo.

Território visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural é enfocado aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos (Haesbaert, 2011 p 16).

As reflexões de carácter teórico-metodológico que fizemos neste capítulo inicial têm por objetivo apresentar as diferentes matrizes teóricas que podem contribuir com a análise que se segue nos capítulos seguintes que vão tratar da expansão da Modernidade que engendrou o capitalismo e do desenvolvimento económico que analisaremos de uma perspectiva crítica. A escolha do materialismo dialético como teoria e método privilegiado na análise não exclui nesta reflexão que faço a contribuição de abordagens não vinculadas ao marxismo, mas que podem se somar a este para alcançarmos um melhor entendimento dos temas tratados. Entendemos aqui que o diálogo e apropriação com outras perspectivas teóricas, se balizadas por uma visão crítica não se constitui em contradição ao método materialista dialético, pois este intenta captar o movimento de constituição do real, o que não se constitui em exclusividade da abordagem marxista, mesmo que reconheçamos no materialismo dialético histórico-geográfico nossa perspectiva teórica de orientação intelectual privilegiada, e em processo de desenvolvimento, como deve ser o pensamento crítico que intente uma reflexão teórica não dogmática. Temos também neste momento que reconhecer as limitações da pesquisa em tratar de temas de tamanha amplitude com um recorte consciente e limitado com relação aos autores que abarcam questões de tamanha complexidade, mas que intentamos com nosso estudo contribuir de alguma forma com a construção e reflexão do pensamento histórico-geográfico.

2 A BARBÁRIE DA MODERNIDADE: A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS E DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Neste capítulo o intuito é refletir sobre o processo histórico-geográfico, articulado que veio a conformar o espaço mundial plenamente integrado que temos na atualidade. A perspectiva que adotamos entende as transformações técnicas que permitiram a expansão civilizacional europeia, como meio para Europa assumir uma posição hegemônica no espaço mundial que veio a adquirir a atual feição. Trata-se aqui de uma análise crítica de conteúdo histórico e geográfico, que pretende apresentar a formação do espaço mundial em sua totalidade, apreendendo suas origens e determinações que direcionam, mas não de maneira cartesiana, o fluxo dos acontecimentos.

O processo histórico de constituição do sistema capitalista como forma determinante da dinâmica de produção e reprodução social, e a formação dos Estados nacionais modernos, tendo a Europa como seu núcleo difusor, são entendidos como processos complementares, indissociáveis, que fazem parte de uma estrutura que lhes atribui função e que é representada na perspectiva da ciência geográfica como a formação do espaço mundial.

Buscamos entender o espaço mundial e a economia mundial como totalidades simultâneas, conforme a abordagem que delimita o alcance específico de cada campo da produção científica, que se desenvolvem num processo histórico-geográfico único, que teve início com a supremacia econômico-militar europeia, e que a partir deste centro, seja qual for seu marco inicial localizado na expansão ultramarina (o desenvolvimento de relações comerciais que gradualmente desestruturaram a ordem feudal ou a “dupla revolução” política industrial que ocorreu na França e na Inglaterra como centros econômicos culturais difusores), são funcionais à estruturação da totalidade do mundo globalmente integrado pelas relações comerciais capitalistas de mercado, e de reprodução deste espaço mundial integrado que tem na Europa seu núcleo irradiador.

Antes da difusão da Modernidade a grande maioria da população vivia na Europa estabelecida em uma terra da qual produzia os artigos necessários para a reprodução familiar na escala local, no âmbito da família e da chamada comunidade

(*gemenshaft*) de que fala Marx (MARX, 1996) para diferenciar a ruptura da reprodução social capitalista e o período histórico anterior, chamado de feudal. Entendemos que para além de qualquer ideologia da reprodução social, o que realmente gera riqueza no âmbito das relações humanas é o trabalho. A reprodução social só é possível porque o trabalho do homem atua sobre a natureza, e o resultado do trabalho humano, se for útil, tem valor e, portanto gera riqueza.

A teoria do valor de Marx (1988) tem o mérito de demonstrar como esta categoria é mistificada e reificada na sociedade capitalista, tendo como função encobrir a exploração do trabalho. O valor se expressa na quantidade média de trabalho, que na sociedade capitalista tem uma dimensão valorativa determinada pelas leis de reprodução desta sociedade (Capital- livro I). Temos que ter em conta que para que se constituísse o modo de reprodução social capitalista, o processo de venda da força de trabalho estava disseminado como resultado de um processo de expropriação dos meios próprios de reprodução social, etapa do processo histórico de constituição de uma força de trabalho domesticada necessária para a manufatura e posteriormente indústria capitalista. A força de trabalho se constitui então em mera mercadoria, único valor que os trabalhadores expropriados têm a oferecer para que sejam úteis ao processo de reprodução social capitalista. O valor socialmente constituído da força de trabalho aparece como representação da quantidade média de trabalho socialmente acordada para sua reprodução, com sua remuneração aparentando ser o resultado de seu trabalho. A perspectiva de Marx, ao trabalhar o conceito de mais-valia busca revelar a essência da exploração da força de trabalho que o valor encobre com sua aparência manifestada na realidade social estabelecida. A mais-valia refere-se à quantidade de trabalho extra que o trabalhador médio executa após o momento em que sua produção supera o ponto de reprodução da força de trabalho. A partir deste momento, toda a riqueza que ele produz na forma de mercadorias que representem valores de troca na sociedade capitalista, será apropriada como mais-valia pelo comprador da força de trabalho (burguês capitalista).

Ao tratar do significado dos valores de uso e valores de troca, Marx afirma que antes do capitalismo, o que se podia entender por valor de um objeto era representado pela categoria valor-de-uso, no momento histórico dos intercâmbios comerciais. Marx utiliza o conceito de valor de troca para definir o momento em que mercadorias

são produzidas com o objetivo de comercialização, ou como resultado de excedente na produção. Quando Marx trata do desenvolvimento do dinheiro, ele procura apresentar o processo de desenvolvimento dos intercâmbios comerciais, por meio do dinheiro como representante de valor que poderia ser utilizado para estas transações, redundando nas condições históricas que vão permitir a estruturação da reprodução social capitalista. A mística da mercadoria, a qual tem no dinheiro sua manifestação universal, é que na aparência, o que chamamos de valor da mercadoria, como algo determinado numericamente, material, é algo que essencialmente esconde os processos sociais que permitiram a produção das mercadorias baseados na exploração do trabalho e que transcendem a aparente troca de equivalentes, que é como as trocas econômicas são convencionadas nas sociedades capitalistas contemporâneas. O valor, tomado em abstrato, enquanto conceito que intenta demonstrar como são valorizadas as mercadorias na sociedade capitalista é o momento final de um processo, que no capitalismo envolve a exploração de uma força de trabalho expropriada das condições de reprodução que não seja sua venda no mercado de trabalho. Temos que salientar neste momento que Marx faz um uso diferenciado da palavra valor em **O capital**, ora representando o valor em abstrato, como conceito referente à totalidade subjacente às relações econômicas capitalistas (teoria do valor), ora como valor de troca, medida meramente quantitativa para intercambio comercial, o que exige atenção aos leitores que se propõem a investigar a teoria do valor de Marx, que é fundamental para o entendimento de sua arquitetura teórica.

A observação que Karl Polanyi (2000) faz do caráter inédito das sociedades de mercado, ilustra que em todas as sociedades anteriores à sociedade de mercado na Europa, a economia estava enraizada na estrutura institucional da sociedade, constituindo uma parte subordinada. Antes do capitalismo, a motivação do lucro e da acumulação não constituía a dinâmica da reprodução social. Na sociedade capitalista a economia se encontra desenraizada da estrutura social, e se autonomiza de tal forma que passou a determinar a reprodução social. Para isto o trabalho e a terra, que sempre foram bens à disposição para uso do homem no espaço social em que este estivesse inserido, passam a se constituir em mercadoria deste homem que foi desterritorializado e expropriado dos meios próprios de se reproduzir. O homem do feudalismo que estava vinculado a um espaço físico no

qual imprimia seu trabalho na terra dentro da ordem social vigente, é incompatível com as transformações institucionais que constituem a sociedade de mercados.

A economia liberal, esta primeira reação do homem à máquina, foi uma ruptura violenta com as condições que a precederam. Iniciou-se uma reação em cadeia: o que até então eram simples mercados isolados converteu-se num sistema autorregulador de mercados. E com a nova economia surgiu uma nova sociedade. Foi este o passo crucial: o trabalho e a terra foram transformados em mercadorias, isto é, tratados como se fossem produzidos para venda. É claro que não eram mercadorias de fato, uma vez que ou não eram produzidos (como a terra), ou, quando o eram, não eram produzidos para venda (como o trabalho). Mas nunca se concebeu uma ficção mais completamente eficaz. Com a compra e a venda livres do trabalho e da terra, o mecanismo de mercado tornou-se aplicável a eles. Passou a haver a oferta de trabalho e procura de trabalho; passou a haver a oferta e procura de terra. Por conseguinte, surgiu um preço de mercado para o uso da força de trabalho, chamado salário, e um preço de mercado para o uso da terra, chamado renda. O trabalho e a terra passaram a ter seus próprios mercados, à semelhança das mercadorias propriamente ditas, que eram produzidas com a ajuda deles. Podemos avaliar o verdadeiro alcance desse passo se recordarmos que trabalho é apenas outro nome para homem, e terra, para natureza. A ficção da mercadoria confiou o destino de homem e da natureza. A ficção da mercadoria confiou o destino do homem e da natureza à ação de um autômato que segue seus próprios rumos e é regido por suas leis (POLANYI, 2012, p. 211-212).

A abordagem teórico-metodológica da Antropologia econômica também se constitui em uma referência que orienta o entendimento de como se dá a reprodução social, especialmente no que se refere ao conjunto de representações que estruturam a organização social em contexto de sociedades capitalistas de mercado, e também em sociedades que se reproduzem por padrões outros. A contribuição do antropólogo Maurice Godelier (1981) se concentra especialmente nas ideias cuja vigência permitem ordenar uma determinada forma de estrutura social. São estas ideias que constituem as representações simbólicas que interagem subjacentes aos processos materiais de reprodução social, que são de certa forma o produto das ideias que o constituem, isto numa unidade dialética processual, e não de uma forma determinista convencional em que uma estrutura econômica determina exclusivamente uma superestrutura político-ideológico conforme muitas vezes reproduzido por um marxismo vulgar que se distancia da perspectiva que Marx desenvolve ao longo de sua produção científica.

Conforme assinala Godelier (1981), as representações simbólicas enquanto práticas ideais são componentes fundamentais para ordenar as práticas materiais que

constituem a estruturação das relações de trabalho, a relação do homem com a natureza, e também as representações místico-religiosas que constituem a sociabilidade de um determinado contexto social. As ideias e representações são o “cimento” que estrutura a ação do homem em sua ininterrupta relação com a natureza, que ele transforma por meio do trabalho. Ainda segundo Godelier, as representações conferem legitimação às relações de poder e divisão de tarefas que estruturam a hierarquia social numa dada sociedade. Assim, as tarefas simbolicamente mais valorizadas numa sociedade conferem *status* social e privilégios usufruídos por apenas uma parcela da coletividade social. A divisão social do trabalho seria então o resultado destas representações em ação concreta construindo a história e o entendimento que os sujeitos sociais tem da realidade vivenciada. Caso não houvesse um discurso, uma representação, ou um conjunto de ideias que legitimem as desigualdades sociais que as sociedades apresentam de múltiplas formas, conforme estudos etno-históricos confirmam, seria impensável, e portanto inexequível a reprodução de uma forma societária ao longo do tempo, pois são as ideias e representações socialmente constituídas que ordenam a visão de mundo percebida e considerada, no seu acontecer irrefletido, como algo quase natural. A negação das representações vigentes numa determinada sociedade necessariamente encaminha para um processo de transformação e mudança social.

Segundo Godelier (1981), realidades ideais tem uma função a cumprir, que constitui portanto sua determinação, mas lembremos sem perder de vista que se trata de uma unidade dialética processual que constitui o real percebido sincronicamente, mas que é resultado de processos diacrônicos.

Em resumo, há ideal por toda parte, o que não implica que tudo seja ideal (social). As ideias não aparecem como “uma instância” separada das relações sociais, re-apresentando-as como demasiadamente tarde na consciência e ao pensamento. O ideal está, portanto, no pensamento em todas as suas funções, presente e atuante em todas as atividades do homem, que só existe em sociedade, só existe como sociedade. O ideal não se opõe ao material, já que pensar é por em movimento a matéria, o cérebro. A ideia é uma realidade não-sensível, uma realidade que não é imediatamente evidente. O ideal é, portanto, o que faz o pensamento, e sua diversidade, sua complexidade correspondem à distinção e à complexidade das funções do pensamento (GODELIER, 1981, p.187).

Nesse capítulo temos em vista refletir sobre os elementos presentes no processo de constituição do Estado moderno europeu, e do modo de produção capitalista, entendidos aqui como processos correlatos e complementares, em que este representa a dimensão econômica, e o Estado nacional europeu a dimensão política deste processo histórico que em seu desenvolvimento adquiriu dimensão global. Da conjugação entre política e economia pretende-se aqui abordar desde as teorias conhecidas como contratualistas que justificaram o processo de institucionalização do Estado Moderno que se constituiu na forma de Estado capitalista, passando pelo debate que acompanhou o desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista, com enfoque no embate ideológico entre as correntes liberais, vinculadas à matriz de pensamento político-econômica clássica, e sua crítica, que tem no pensamento de Karl Marx sua matriz fundamental, até chegarmos aos pensadores que apontaram para uma utopia de sociedade pós-Estado, num entendimento comum que este texto compartilha, de que a reprodução do modo de produção capitalista, pelas suas características intrínsecas, não pode se reproduzir indefinidamente, e que, portanto está em processo de superação. Para tratar das utopias pós Estado vamos nos basear nas propostas e contribuições de Karl Marx, Robert Kurz e David Harvey.

A análise que segue parte de uma perspectiva crítica, em que se pretende demonstrar o caráter ideológico burguês dos discursos que legitimaram a constituição do poder político e territorial representado pelo Estado nacional capitalista e da ciência econômica objetivando a reprodução da nova forma de sociabilidade, que tem no Estado nacional, e na difusão de relações sociais capitalistas seus elementos constituintes.

O pensamento e contribuição de Karl Marx se constitui como marco divisor, no que se refere à crítica deste processo histórico, tendo caráter científico, nos marcos teórico e metodológico do materialismo histórico e dialético, afirmando a impossibilidade de reprodução *ad infinitum* do modo de produção capitalista, que tem no Estado nacional seu aparelho institucional mantenedor do *status quo*. Conforme Engels e Marx (MARX, 1988) argumentaram, a economia política clássica manifestava a ideologia burguesa da propriedade privada, da concorrência, e do enriquecimento ilimitado.

A opção pela orientação teórico-metodológica tributária do materialismo histórico e dialético, desenvolvido por Karl Marx, conforme Prates (2012) é política, por entender que a ciência não é neutra e que precisamos desenvolver novas formas de sociabilidade, e buscar a emancipação humana como finalidade. Segundo esta autora, a escolha de métodos pressupõe a opção por valores. Partindo da perspectiva da totalidade social, para depois fragmentá-la em suas partes constituintes, revelando as cadeias de interdependências que constituem a realidade social, aqui também entendidas as ideias que conformam ideologias que vão participar da configuração daquilo que é o real, o materialismo histórico e dialético congrega em si uma articulação coerente de Filosofia, Sociologia, e Economia Política, constituindo-se assim em um método científico.

2.1 O PAPEL DA IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESTADO E DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Marx, juntamente com Engels, em **A ideologia alemã** (2007) sentenciou que a ideologia dominante em um dado período histórico seria a ideologia da classe dominante. Essa afirmação é aqui entendida como premissa para a compreensão dos mecanismos sociais que garantem a produção e reprodução do Estado nacional moderno capitalista, que conforme se desenvolveu plenamente teve na chamada ideologia, que na linguagem teórica marxiana corresponde à parte da superestrutura político e ideológica, que numa relação interdependente com a infraestrutura econômica, dá feição ao modo de produção capitalista, num processo dialético material de interação mútua, que tem na ideologia o discurso que deve ser hegemônico no seio da sociedade para que as classes subordinadas não coloquem a ordem social vigente em questionamento.

Na perspectiva de Marx sobre o conceito de ideologia, este se refere a um campo de ideias que justifica determina visão de mundo que não corresponde à realidade concreta, pois tem um componente mistificador necessário para que se justifique sua existência. Isto está intimamente relacionado com a perspectiva de Marx e de sua herança crítica que entende a totalidade do real como constituída por uma dimensão aparente, que é a forma como os fenômenos ocorrem da forma mais genérica e aparentemente espontânea aos nossos olhos, e outra dimensão, essencial da

realidade, que é uma perspectiva que alcança a cadeia de infinitas determinações que permitem a ocorrência dos fenômenos. Somente uma perspectiva crítica analítica permite alcançar o nível de abstração necessário para enxergar a essência oculta por trás da aparência dos fenômenos, e é justamente esta perspectiva crítica que constitui a pretensão do materialismo dialético histórico-geográfico de se apresentar como teoria totalizante no que se refere ao método para apreciação dos fenômenos sociais. Prova incontestável disto é que mesmo sendo seu pensamento a própria antítese do pensamento burguês das sociedades capitalistas, a teoria e o método científico desenvolvido por Marx, que realizou a superação teórica com o idealismo como fundamento base da reflexão filosófica, teve repercussão e gerou debates científicos em todos os campos das ciências humanas.

Por mais que o marxismo não tenha logrado alcançar posição hegemônica como visão de mundo e método científico, é inegável que Marx é o pensador que inaugura uma inflexão teórico-crítica no movimento cultural da Modernidade, que desde sua origem e expansão aparecia como algo inexorável e portadora da verdade, justificado pela ciência, pela religião, e sobretudo pelas armas, numa visão apologética que é o próprio conteúdo do que chamo de ideológico e mistificador desta Modernidade, e aparece a partir da contribuição de Karl Marx como barbárie sem equivalente histórico, e encontra neste autor seu caminho filosófico e material para superação desta barbárie que é a Modernidade capitalista. Do ponto de vista que adoto neste texto os conceitos de mito e de ideologia são usados de forma equivalente, ainda que saibamos que estes conceitos têm diferentes histórias e múltiplas apropriações pelas tradições científicas e não científicas, mas apresentam um significado comum que é dar suporte para uma visão de mundo que serve para manter a ordem social capitalista que tende a gerar desagregação social. Se não existisse o que a tradição marxista chama de superestrutura político-ideológica, que corresponde às ideias que interpretam o real, não seria possível sustentar a sociabilidade capitalista, que é baseada na exploração do trabalho e na expropriação das condições próprias de reprodução do homem, que seria sua essência, mas que aparece na organização social capitalista legitimada pela força e pelas ideologias mistificadoras como se fosse natural esta condição de exploração do trabalho pelos burgueses detentores dos meios de produção. Não é por acaso que Marx inicia **O capital** apontando para o fato de que a riqueza nas sociedades

capitalistas *aparece* como a posse de mercadorias, que tem no dinheiro seu equivalente universal para troca. Mas no que se refere especialmente ao conceito de ideologia, temos que fazer uma necessária exegese do seu conteúdo, pois este apresenta uma variação no que se refere ao seu significado ao longo da história do pensamento marxista, tendo em Gramsci o pensador que o desenvolveu de forma mais afinada com a visão materialista-dialética original de Marx, mas demandante de atualizações conforme a história segue seu curso.

A produção teórica política do pensador italiano Antônio Gramsci prestou grande contribuição ao debate sobre as implicações da ideologia como instrumento garantidor da reprodução da ordem social burguesa capitalista, que tem no Estado nacional moderno seu veículo legal de institucionalização e reprodução. Gramsci afirmou que para ocorrer uma transformação revolucionária na estrutura da sociedade é necessário que a classe social que almeja promover esta transformação alcance a hegemonia política e ideológica. Ele entende a sociedade capitalista de seu tempo como uma articulação institucional entre os poderes representados pela sociedade civil e pelo Estado (ANDERSON, 1986).

Segundo Nágela Brandão e Edmundo Dias (2007) que tratam especificamente do conceito de ideologia em Gramsci, a contribuição deste autor representa um acúmulo teórico em relação à concepção de ideologia desenvolvida por Marx e Engels e, portanto para o materialismo dialético enquanto teoria capaz de orientar a transformação da realidade social.

O que chamou a atenção na análise do referido autor foi o caráter “positivo” que ele deu ao conceito de ideologia. Ao contrário de enfatizar-lhe o lado “negativo” ou defini-la como falsa consciência, “mascaradora” da realidade social, Gramsci afirma ser a ideologia uma concepção de mundo definidora e constituidora do real. (...) Para entender o que é ideologia em Gramsci é preciso, em primeiro lugar, afirmar a história. Pensar a questão da ideologia como ligada a sua época, relacionada aos movimentos das forças sociais (cujos interesses sustenta, organiza e confere materialidade), e não como um mero conjunto de ideias abstratas ou normas lógicas. Ou seja, como permite, a partir dessas forças, a construção das formas de sua intervenção na realidade. Em segundo lugar, é preciso partir da perspectiva de uma crítica radical ao economicismo. Estas foram, por certo, das suas principais contribuições para a teoria marxista. Segundo Gramsci, a ideologia não é mero epifenômeno do econômico, nem falsa consciência, nem sistema de idéias. Ela é concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza, “é unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção”. Não se trata, como vimos, de

um conjunto de realidades espirituais, nem de simples aparência artificial, a ideologia tem uma existência material, encontra-se materializada nas práticas, é “constituidora do real”. Ela é “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978 p. 16). Neste sentido, a ideologia se identifica com a filosofia, com as superestruturas, com a política (BRANDÃO & DIAS, 2007, p.82-83).

O pensamento teórico-político de Gramsci foi influenciado em sua juventude pela produção do francês George Sorel, que se declarava marxista, embora reconhecesse apenas alguns aspectos da produção teórico-política de Marx como válidos (GALASTRI, 2010). Sorel é certamente um pensador que faz parte de uma tradição de teóricos revolucionários profundamente influenciados pela experiência histórica da Comuna de Paris, de 1871, movimento revolucionário predominantemente proletário que tomou o poder político de Paris no “vazio de poder” que se estabeleceu quando Luís Bonaparte (Napoleão III) foi derrotado militarmente por Bismark que vinha realizando o processo de unificação política para formação do atual Estado nacional alemão. Esta experiência inédita de revolução proletária que nas palavras de Marx realizou este “assalto ao céu”, que foi a Comuna de Paris, primeira experiência histórica de “ditadura do proletariado” (PINHEIRO, 2011) influenciou as concepções teórico-políticas que tem em Sorel expressão de um ativismo revolucionário refratário a qualquer organização política como legítima representante do proletariado revolucionário.

A crítica que Gramsci faz à Sorel se dá na medida em que o pensador francês se atém a uma concepção de atuação política em que a greve geral seria o instrumento de substantivação do poder revolucionário do proletariado. Neste sentido podemos interpretar a contribuição de Gramsci como uma etapa superior da produção teórica de intenção e tradição revolucionária, como intelectual orgânico do Partido Comunista italiano, sendo sua produção mais assentada na conjuntura histórica em que o Estado se estabeleceu pela força das armas, e que portanto, a disputa pela construção de uma sociedade pós-capitalista necessariamente passa pela mediação deste poder estatal, por meio da participação nos parlamentos como etapa necessária da organização da classe trabalhadora. A disputa pelo poder hegemônico do aparelho estatal como forma de encaminhar a luta pela sociedade

pós-capitalista, certamente fez Gramsci afastar-se das concepções revolucionárias de Sorel conforme seu pensamento amadurece em nível teórico.

Os conceitos de ideologia e hegemonia estão entre os mais importantes para entendermos a arquitetura do pensamento de Gramsci. Diferente de Marx e Engels em **A ideologia alemã** que entendiam ideologia como uma consciência necessária para a reprodução de uma sociedade alienante e exploradora em sua essência, diga-se capitalista, a apropriação que Gramsci faz da ideologia, está afinada com o materialismo dialético de Marx, mas como não pode deixar de ser, pois o materialismo dialético intenta ser o método científico filosófico que capta o real em seu refazer-se constante, Gramsci se apropria do conceito de ideologia como um campo de ideias em disputa pelas classes antagônicas que constituem a sociedade, e que a classe operária deve se organizar para alcançar a hegemonia política, conquistando o Estado, que se encontra nas mãos da burguesia, e construindo a hegemonia proletária (COSTA, 2012). Conforme está escrito em **A Ideologia alemã** “as ideias dominantes em um determinado período histórico são as ideias da classe dominante.” É necessário também salientarmos neste momento que **A ideologia alemã** assinala um momento de ruptura de Marx e Engels com a tradição filosófica idealista, que tem em Hegel seu ícone maior, em direção a uma concepção materialista inédita, pois Marx e Engels foram influenciados pelo materialismo desenvolvido inicialmente por Feuerbach, mas vão muito além deste, pois Marx e Engels se apropriam do método dialético de Hegel, acompanham a ruptura materialista de Feuerbach, e também rompem logo com o materialismo Feuerbachiano para desenvolverem seu método materialista histórico-dialético. Este texto extenso que constitui **A ideologia alemã**, conforme Engels assinala, foi escrito não para publicação, mas para estudo compartilhado entre Marx e Engels, para que pudessem levar sua perspectiva filosófico-histórica ainda em formação a um patamar de teoria totalizante, com fundamentos ontológicos expressos de maneira científica em seu materialismo, que tem na categoria trabalho o fundamento material original que possibilita a existência do homem como ser social. Neste sentido, todas as correntes filosóficas idealistas, e mesmo o materialismo desenvolvido por Feuerbach, são superadas pela abordagem desenvolvida por Marx e Engels, pois se mostram mistificadoras em última instância, por não terem completa fundamentação no mundo material. Este momento de ruptura teórico-metodológica apresentado em

A ideologia alemã vai balizar toda a posterior teoria política e social desenvolvida por Marx e Engels.

Gramsci entende que a ordem social se reproduz com o uso dos chamados aparelhos ideológicos, representados pela igreja, pela escola, e pelos meios de comunicação. Através destes aparelhos a ideologia dominante vigente impregna o tecido social e acaba por se converter em senso comum, e assim naturaliza-se nas consciências dos chamados cidadãos. Ele entende que a ideologia apresenta vários níveis de difusão, representados pela filosofia, em sua forma mais elaborada, pela religião, que seria uma espécie de sociedade dentro da sociedade civil, dado que esta apresenta uma relação de subordinação e diferenciação frente ao Estado, e o senso comum, que representa o pensamento hegemônico já difundido e assimilado, e que tem o folclore como uma forma de expressão mais livre, e menos elaborada. (PORTELLI, 1977). A aceitação e assimilação de uma concepção de mundo que não corresponde aos interesses da classe trabalhadora permite que o Estado nacional se mantenha como legítimo gestor da ordem social. A superação da ideologia burguesa constitui então etapa primeira rumo à constituição de uma nova forma de sociabilidade que possa superar a forma capitalista de reprodução social.

Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e instituições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário (GRAMSCI, 1978, p.12).

O historiador inglês Perry Anderson (1986) fez um importante comentário ao salientar a não separação que Gramsci fez entre sociedade civil e sociedade política, ao tratar da forma como a legitimação do Estado mediante suas estruturas legais acaba por conformar a sociedade civil dentro dos limites impostos pela nova

forma de sociabilidade e que portanto a hegemonia é um poder que emana do Estado, e não da sociedade civil, como o discurso da democracia tenta demonstrar.

O primeiro e mais imediato de seus erros é precisamente a noção de que o poder ideológico da burguesia nas formações sociais do Ocidente é exercido sobretudo na esfera da sociedade civil, sua hegemonia sobre ela neutralizando em consequência o potencial democrático do Estado representativo. (...) a verdade é justamente o oposto: a forma geral do Estado representativo – em uma democracia burguesa – é ela própria a arma ideológica principal do capitalismo ocidental, cuja própria existência priva a classe operária da ideia de socialismo como um tipo diferente de Estado, sendo que os meios de comunicação e outros mecanismos de controle cultural reforçam além disso esse “efeito” ideológico central. As relações de produção capitalista distribuem todos os homens e mulheres em diferentes classes sociais, definidas pela desigualdade do seu acesso aos meios de produção. Essas divisões de classe são a realidade subjacente ao contrato de trabalho entre pessoas livres e iguais no plano jurídico, o que é a marca deste modo de produção. A ordem política e a ordem econômica são, pois formalmente separadas sob o capitalismo. Assim o Estado burguês, por definição, “representa” a totalidade da população, abstraída de sua divisão em classes sociais, como cidadãos individuais e iguais. (...) Esta separação é então apresentada e representada para as massas como a encarnação suprema da liberdade: a “democracia” como fim último da história. A existência do Estado parlamentarista constitui assim o quadro formal de todos os outros mecanismos ideológicos da classe dirigente. Ela fornece o código geral em que cada mensagem específica é transmitida em qualquer outro lugar (ANDERSON, 1986, p.27-28).

A ideologia constitui uma espécie de “território das ideias” que se estabelece no nível do corpo do indivíduo, que a reproduz nos espaços em que circula. A sociedade da exploração do trabalho por aqueles que não trabalham, só pode se reproduzir pela imposição de um poder ideológico que conforma as massas exploradas para que possam conceber legítimo este Estado, responsável pela manutenção da ordem de reprodução espacial capitalista.

2.2 - OS TEÓRICOS CONTRATUALISTAS E SUA IDEOLOGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA

Em seu aporte teórico, os autores conhecidos como contratualistas buscavam justificar a existência do Estado como um processo resultante do acordo entre as partes, a saber, o poder do Estado e a sociedade civil. Essa linha de argumentação, que tem em Locke, Hobbes, e Rousseau seus representantes clássicos, tem a função de legitimar na produção do conhecimento, e nas consciências participantes

deste processo, uma falsa concepção de como ocorreu o fortalecimento dos Estados europeus, encobrindo a barbárie que caracterizou a imposição territorial do poder dos Estados nacionais.

O caráter ideológico de orientação burguesa presente nos textos dos contratualistas pode ser afirmado na medida em que sua produção teórica justifica as características de sociabilidade e interações econômicas necessárias para que o modo de produção capitalista opere sem obstáculos legais e alcance a aceitação dos agentes sociais explorados pelo sistema capitalista. É a teoria a serviço do capitalismo que se encontrava em sua fase inicial de desenvolvimento.

Segundo Thomas Hobbes, no capítulo xvii do **Leviatã** (s./d.), a existência do Estado se justifica pela necessidade de um poder superior para regular a convivência entre os homens que na ausência deste poder se colocariam numa condição de conflito constante, devido a uma característica que ele imputa aos homens de só encontrarem a felicidade na comparação com outros homens. Ele afirma que os homens estão constantemente envolvidos numa competição pela honra e pela dignidade. Hobbes afirma que a noção de honra presente no tempo que antecedeu a existência do Estado levava os homens a cometerem atos de espoliação e violência contra os homens que viviam em pequenas famílias incapazes de se autodefenderem das guerras e violência que é a consequência necessária das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de mantê-los em respeito. O Estado cumpriria então este papel. Ele afirma que “pactos sem a espada não passam de palavras”, e o temor gerado pelo poder do Estado instituído garantiria a ordem social.

Hobbes trata da existência de dois tipos de Estado: por aquisição, o qual se institui pela sucessão hereditária ou por meio de conquista militar, e político ou por instituição no qual o poder é resultado da concordância entre os homens de se submeterem a um soberano ou assembleia de homens. O que se pode dizer sobre isto é que o poder adquirido por meio de conquistas, com feição hereditária que, nas palavras do próprio Hobbes deveria submeter os filhos, e os filhos dos filhos sob pena de eliminação em caso de não submissão, traz consigo toda a crueldade que caracterizou o desenvolvimento das monarquias europeias. E quando se tem em perspectiva o absolutismo monárquico europeu, podemos lembrar que as assembleias de homens que acordam governos soberanos para o bem estar da

grande família representada pelo Estado, como assim o chama Hobbes, é mesmo um fato que a história não verifica. Tomando a história realmente existente no continente europeu, pode-se afirmar que as assembleias parlamentares representam um estágio em que o absolutismo teve que conceder poder legal a setores sociais emergentes, que no caso da sociedade europeia de que trata Hobbes, pode ser representado pela burguesia, que ascendia socialmente, conforme evoluía tecnicamente e se urbanizava (Hobsbawm, 1981).

Segundo Hobbes, a justiça remeteria a uma decisão que favorece a maioria, mas em sua argumentação, podemos perceber uma contradição entre a noção de Estado como acordo entre homens, e o Estado instituído a partir da conquista militar. Também não aparece em sua exposição o fato de que as disputas pela honra que levavam os indivíduos a submeterem os mais fracos, se restringiam a uma ínfima minoria que possuía o privilegio social de empunhar as armas. É fato reconhecido amplamente na historiografia da sociedade europeia (HOBSEBAWN, 1981) que a maior parte da população composta pelos servos e camponeses do regime feudal em desagregação viviam territorialmente em domínios já estabelecidos, sob ordem de um senhor feudal, e que a posse de armas era restrita à nobreza cavalheiresca, sendo esta posse por servos punida com a morte. Quando Hobbes fala das disputas de honra que ocasionavam insegurança e conquistas territoriais, omite a abismal diferença entre os servos do regime feudal, e os que tinham um status social que lhe permitiam se lançar a estas disputas. Certamente aqueles que participavam do acordo social que se materializou na Instituição do Estado, eram essa ínfima parcela da população representada pela nobreza cavalheiresca, e também pelo clero, segmento social fortemente empoderado na Europa. O que se quer afirmar aqui é a desigualdade encoberta na análise de Hobbes, em que o homem aparece como categoria social aparentemente homogênea, não mencionando qualquer diferenciação social. Conforme irá se argumentar mais detalhadamente em seguida, a igualdade entre os homens é um dos pressupostos absolutamente necessários no processo de justificação do modo de produção capitalista ainda nascente, que Hobbes buscava legitimar através de sua produção teórica.

Em Hobbes aparece a tese de que uma população numerosa é imprescindível para garantir a segurança de um Estado frente aos seus adversários, sendo um dos princípios constituintes do Estado europeu, anterior ao desenvolvimento do modo de

produção capitalista, que tomando como referencial o aporte marxiano, representa o momento histórico da acumulação primitiva. Os outros princípios constituintes do Estado eram um território soberano delimitado em suas fronteiras, cobrança de impostos, e metalismo. O processo de colonização de territórios ultramarinos pelas monarquias europeias pré-capitalistas se constitui em elemento fundamental na constituição da acumulação primitiva.

A concepção de Hobbes sobre o Estado nacional pode ser entendida como ideológica e mantenedora do *status quo*, visto que considera que uma vez acordada a existência do poder soberano do Estado, este acordo não pode ser desfeito. A violência contra aqueles que pretenderem ir contra a ordem estabelecida seria perfeitamente justificável. Hobbes critica aqueles que em nome de Deus propõem outra ordem social, já que o soberano é quem teria o poder de fazer a mediação entre Deus e os homens, de acordo com a teoria do direito divino atribuído às monarquias. Ele denomina o monarca de lugar-tenente de Deus.

John Locke (1978) foi um dos pensadores que conceberam a teoria moderna do Estado. Ele afirmava que antes da existência do Estado, os homens viviam em uma condição que ele chama de estado de natureza, na qual todos eram iguais. Ele afirma que a razão regulava a convivência entre os homens no estado de natureza. A razão seria uma qualidade oferecida por Deus aos homens. Nesta condição, os homens executavam a justiça de acordo com a razão, e uma transgressão seria punida com uma pena equivalente, que poderia ser executada por todos os homens, salvaguardando os interesses da coletividade. Nesse contexto era lícito a qualquer um tirar a vida de um assassino, pois este se encontrava desprovido da razão. No estado de natureza era válida a exigência de reparação material por um indivíduo que se sentisse prejudicado em seu direito ou posse. Locke entende que um governo civil, resultante de um acordo entre os homens, seria mais adequado para evitar os inconvenientes e injustiças que o estado de natureza poderia provocar, em virtude de os indivíduos tenderem a ser parciais e passionais na execução das regras.

Locke afirmava que através do trabalho, o homem adquiria direito de propriedade sobre o que estava disponível para uso comum, incluindo o corpo físico do homem que se constituía também em sua propriedade. Segundo Locke era direito do homem se apropriar das terras comunais segundo sua capacidade de cultivá-las,

sendo o trabalho o principal meio de valorização de tudo quanto existe. Sustentava que, conforme o dinheiro foi introduzido na sociedade as terras foram sendo valorizadas, perdendo gradualmente seu caráter comunal. Além disto, o dinheiro servia para guardar valores que na forma de mercadorias *in natura* se desvalorizariam pela degradação.

Locke considerava a relação entre senhor e servo como natural, visto que era tão antiga como a história, e que partia da decisão do servo, como homem livre, que deliberadamente decidia prestar seu serviço a um senhor. Neste ponto pode-se afirmar que Locke inverte a dinâmica real desta relação, pois a historiografia (HOBBSAWM, 1981, MARX, 1996) mostra que durante o período que se caracterizou pela existência da relação de servidão, os indivíduos viviam circunscritos à região onde nasciam pertencendo a uma comunidade, sendo os deslocamentos espaciais uma exceção. Nesta comunidade (*gemmenschafft*) que vai anteceder a existência da chamada sociedade (*gesselshafft*), já de feição cosmopolita burguesa, os indivíduos tinham que garantir sua reprodução social mediante a sujeição ao senhor feudal que exercia domínio sobre este território. Locke afirma que a escravidão mediante o que ele chama de guerra justa, era também socialmente aceitável. Os escravos não tendo direito a nenhuma forma de posse material, não poderiam ser considerados como fazendo parte da sociedade civil, cujo fim principal é a preservação da propriedade.

Locke afirma que a sociedade política ou civil se estabelece pelo acordo entre os indivíduos de abrirem mão do direito individual de justiça em favor do exercício deste direito pela comunidade, através do Estado. Este Estado teria o monopólio de fazer leis, e de guerra e paz, sempre em defesa da propriedade privada como princípio. A Monarquia Absoluta seria incompatível com os princípios constituintes da sociedade civil, já que o monarca absoluto ainda encontra-se em estado de natureza. Locke afirma que a pobreza que se verificava na América no tempo em que escrevia se devia à falta de trabalho devidamente executado na terra, desconsiderando a exploração europeia sob formas aviltantes do trabalho, como a escravidão, e as formas de exploração do trabalho já existentes que os europeus utilizaram para adquirir produtos tropicais para seus centros consumidores em expansão. Este argumento de Locke tem feição genuinamente etnocêntrica.

Jean Jacques Rousseau também é considerado um dos teóricos contratualistas pela sua produção sobre a natureza e funcionamento do Estado. Na obra **O contrato social** (1778) faz uma crítica ao regime de governo absolutista, questionando a tese que atribui os direitos ao monarca como uma determinação divina. Ele entendia que o poder instituído pela força só pode se manter tornando esta força imposta pelo monarca direito legal, o que Rousseau não considerava legítimo. Ele entende que o poder hereditário não era justo, dado que os indivíduos nascem livres. Portanto, o poder deveria ser acertado por consentimento a cada geração, o que contraria o princípio da sucessão monárquica. Rousseau também se posicionou contra a escravidão, que não considerava um direito, defendendo a legitimidade do escravo se rebelar contra o senhor, se reunisse condições para isto.

Rousseau considera o pacto social uma deliberação natural entre homens livres, que ao perceberem o benefício da associação mutua que o pacto social proporciona, decidem por este. Como ele considera os indivíduos acordantes do pacto social como iguais e livres, é legítima, segundo Rousseau, a coerção daqueles que o desobedecem, ação esta que teria o sentido de restituir a liberdade acordada. A sociedade civil, segundo Rousseau, seria superior ao estado de natureza que lhe antecedeu - em que os homens se lançavam às suas predisposições físicas para promover seu benefício - pelo conteúdo moral presente nesta, que através do pacto social promoveria uma elevação da condição humana.

O que os teóricos contratualistas fizeram foi criar uma teoria social que justifique as transformações sociais e econômicas da revolução burguesa, processo histórico de longa duração, que tem no fortalecimento das cidades e na difusão das relações comerciais, suas características principais e correlatas. Estas vão contribuir para a superação do feudalismo a partir de relações que já existiam de forma embrionária, mas que conforme se difundiram, representaram a ascensão de forças sociais outras como dinamizadoras da reprodução social. O crescimento dos burgos, construções fortificadas que serviam como entrepostos comerciais em posições geográficas privilegiadas possibilitaram a uma burguesia em formação, acumular riqueza proveniente do comércio. Era de interesse dos comerciantes burgueses em ascensão fortalecer um poder central, para que não tivessem que pagar tributos em cada feudo/território que atravessassem com suas mercadorias. A burguesia comercial em ascensão financiou então alguns senhores feudais que no

desenvolvimento do processo histórico vieram a dar contorno inicial ao movimento de formação dos Estados nacionais. A existência dos Estados nacionais é, portanto impensável de ser dissociada da revolução burguesa. Quando a burguesia alcançou maior poder econômico, buscou se desvencilhar do vínculo com a monarquia e a nobreza a ela associada. O desenvolvimento tecnológico das forças produtivas que culminou na Revolução Industrial, e as mudanças político-institucionais decorrentes da Revolução Francesa foram os “dois lados da moeda” de um processo histórico que resultou na expansão das transformações decorrentes da “dupla revolução” e na economia mundial integrada sob a liderança dos centros difusores europeus. A produção dos teóricos contratualistas representa o discurso que legitima estas transformações histórico-geográficas e institucionais pelo qual passou o território europeu.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO NACIONAL MODERNO E A REPRODUÇÃO DO MODELO SOCIETÁRIO COLONIZADOR CAPITALISTA

Neste momento, a partir das contribuições teóricas de Karl Marx, Robert Kurz, e David Harvey, busca-se esclarecer a ligação intrínseca entre o modo de produção capitalista e o Estado nacional moderno como seu garantidor legal e ideológico, na medida em que os aparelhos institucionais que o constituem contribuem para que o modo de produção capitalista possa se reproduzir.

Marx afirma que antes do desenvolvimento do capitalismo, os indivíduos viviam isolados territorialmente em comunidade (*gemmenschafft*), em oposição à sociedade (*gesellschaft*), que se desenvolverá juntamente com o sistema capitalista (MARX, 1996). O uso destas categorias serve aqui pra ilustrar as transformações na sociabilidade humana que se estabeleceram com a institucionalização das relações capitalistas de produção, processo no qual os indivíduos perderam seu vínculo milenar com o espaço que habitavam em que coincidia o espaço de trabalho e o espaço de convivência social-comunal. Conforme as relações de produção foram se desenvolvendo, os indivíduos foram a elas sendo subordinados. Os territórios que melhor desenvolveram essas relações de produção cada vez mais complexas, foram disseminando esse processo, que tem o desenvolvimento da propriedade privada, revolução agrícola, intercambio comercial e cultural propiciado por transportes mais

eficientes, cercamentos, revolução industrial, como etapas/fases de um processo único, que Marx, partindo da análise da sociedade capitalista como totalidade, busca nesse processo seus elementos constituintes desse processo final, que é o capitalismo se territorializando, conforme se amplia, determinando relações de produção as quais os indivíduos vão ser submetidos desde o nascimento.

As relações entre Estado nacional moderno, que se expandiu como modelo imposto de governança territorial por todo planeta, num processo que se encontra em fase final de disseminação, e o modo de produção capitalista, neste estudo são entendidos como complementares, interdependentes, e até que outra experiência histórica demonstre o contrário, absolutamente necessários. O Estado é o garantidor legal e legitimador da ideologia burguesa capitalista, conforme descrito na produção teórica de Karl Marx, David Harvey, e Robert Kurz.

Segundo David Harvey,

O Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo (HARVEY, 2005, p.83).

O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. Além disso, como o capital é essencialmente antagônico ao trabalho, Marx considera o Estado burguês, necessariamente, veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho. O corolário é naturalmente, que o Estado burguês deve ser destruído para se alcançar uma sociedade sem classes (HARVEY, 2005, p. 84-85).

Segundo Robert Kurz, em seu livro **O colapso da modernização** (2004), as sociedades socialistas do leste europeu, que ele chama de socialismo de caserna, não se diferenciavam do modelo societário capitalista na medida em que não promoveram a emancipação do homem. Segundo este autor, o “socialismo realmente existente” foi o caminho trilhado no sentido de promoverem um desenvolvimento industrial livre da penetração do capital externo concorrencial, dado que estes países não tinham suas forças produtivas tão desenvolvidas quanto as sociedades capitalistas, que representaram no cenário político internacional seu adversário ideológico. Kurz chama este processo de modernização recuperadora. Eram sociedades em que o fetiche da mercadoria e a exploração do homem

segundo a lei do valor, que encobre esta exploração mediante a remuneração pelo trabalho executado, estavam presentes. A diferença fundamental era que o modelo socialista tinha no Estado o gestor supremo do desenvolvimento econômico, ao passo que a retórica capitalista apregoa um mercado que se desenvolve segundo as leis que a clássica teoria econômica burguesa chama de naturais, com intervenção mínima do Estado na economia. Kurz afirma que o socialismo existente não se sustentou em função de não conseguir alcançar os padrões de eficiência e produtividade presentes no modelo societário capitalista, fazendo a mudança para o modelo capitalista. Porém, ele afirma que a retórica capitalista de promover bem estar social via inserção em mercados competitivos não passa de falácia, e que os países do leste deveriam mirar na experiência de sociedades de mercado subordinadas aos centros hegemônicos do capital, pois este é o seu papel na nova ordem mundial, e não na experiência dos países hegemônicos, que este autor também afirma que estão num processo de emergência de crises insuperáveis, dado a natureza inerentemente insustentável da reprodução *ad infinitum* do capital, que na atualidade, sempre segundo Kurz, é mascarada pela super-financeirização que caracteriza a fase atual de reprodução do modo de produção capitalista (KURZ, 1991).

Um ponto em comum na análise de David Harvey e Robert Kurz, é que ambos afirmam que o ciclo de reprodução do capital se realiza cada vez mais rápido. Segundo Harvey, a anulação do espaço pelo tempo refere-se justamente a isto (HARVEY, 2005, p.51). Segundo Kurz, as economias capitalistas alternam ciclos de predominância de políticas estatistas, e ciclos de predominância monetarista, como o em que nos encontraríamos, conforme o autor (KURZ, 1991, p.60).

A ciência econômica nasce em um contexto histórico em que esta representa o discurso que explica e, sobretudo, legitima os processos de interação social-econômicos desenvolvidos pelas sociedades europeias da qual tratam seus cânones em formação. Este é um momento de expansão nunca visto antes do domínio técnico de um modo de produção em constituição sobre territórios num processo que pode se dizer, até que o ultimo palmo de chão e o ultimo ser humano seja inserido, ainda pode ampliar seu domínio. Marx falou desta característica do sistema capitalista, no seu processo de expansão de subjugar os indivíduos a formas de sociabilidade inseridas no processo de reprodução deste sistema. A expropriação

dos indivíduos dos meios que lhe garantam uma reprodução social autónoma, começa com a criação da propriedade privada, e com o processo de expulsão do homem do meio rural para tornar-se mão-de-obra da sociedade capitalista nascente, que se impôs pela lógica da competição técnica entre territórios/civilizações, configurando a reprodução ampliada do modo de produção capitalista por toda a extensão de nosso planeta.

O processo de territorialização do modo de produção capitalista a começar pela afirmação dos Estados nacionais europeus, que foram laboratório de experimentação no que se refere ao âmbito espacial da ciência econômica nascente, foi marcado pela imposição dupla e complementar deste poder político representado pelo Estado nacional, e pelo poder econômico representado pela gradual imposição de relações capitalistas como forma predominante de reprodução social. O novo modo de produção capitalista impôs sua lei. O Estado nacional europeu moderno outorgou seu direito territorial a despeito de muitos povos que viviam sob formas de reprodução social não capitalista, e que foram aprisionados/circunscritos pela expansão do modo de produção capitalista. Esse processo, no qual o direito de repressão, de vida e de morte estava sob monopólio do Estado, legitimou uma barbárie que vitimou e extinguiu muitas culturas, e que contradiz na prática o bem estar propalado pelas “leis” ciência econômica. A desconsideração total por parte dos economistas de matriz liberal clássica, da violência real empregada no processo de constituição do modo de produção capitalista, demonstra o caráter ideológico ocultado pela promessa de bem estar que legitima a constituição e aplicação das leis econômicas por esta pseudociência. Na medida em que a ciência econômica de matriz burguesa se constitui como meio de legitimação de um sistema inerentemente promotor de desigualdades crescentes, e que afirma justamente o oposto do que pode realmente ser demonstrado historicamente, faz-se necessária sua crítica e superação, com vistas a promover realmente um bem estar para a totalidade do corpo social.

2.4 AS TEORIAS PÓS-ESTADO E O BECO SEM SAÍDA CAPITALISTA

Desde que Marx prestou sua contribuição ao entendimento da formação e desenvolvimento do modo capitalista de reprodução social parece evidente que este apresenta contradições intrínsecas de diversas ordens que impossibilitam sua reprodução de forma indefinida e, mais do que isto, encaminham para sua superação, no sentido de uma nova forma de socialização que permita a todos os homens, alcançarem a chamada emancipação, que no aporte teórico do materialismo histórico e dialético desenvolvido por Marx, se apresenta como utopia. As forças sociais que comandam as relações sociais de produção capitalistas desde sua formação, são o inimigo/algoz que o pretense homem pós-capitalista tem que derrotar para efetivar sua emancipação. As promessas de realização pessoal e justiça social via socialização através da inserção em mercados, e de aquisição privada de bens, mostraram-se repetidas vezes ineficazes frente a uma realidade que, na medida em que se completa o ciclo global de expansão capitalista, aumenta a concentração da riqueza global em favor de uma pequena parcela de privilegiados desta sociedade global de mercados competitivos.

Robert Kurz, ao propor possíveis alternativas para a superação do capitalismo, ou de modos de produção e reprodução sociais atrelados às leis fetichistas do dinheiro e da mercadoria atreladas à instituição do valor, mediante a exploração do trabalho, que, em função do avanço da ciência, tem cada vez menos importância para a reprodução do capital, propõe a necessidade de aparecimento de novas formas de sociabilidade que, segundo ele devem se basear em uma razão prática, e não na razão abstrata universal de matriz iluminista que caracteriza o período histórico conhecido como Modernidade. Esses são os elementos de sua utopia, que ele ousadamente chama de Comunismo. Kurz critica a pós-modernidade que, segundo ele, representa um movimento cínico que busca parecer crítico da realidade social, mas na verdade representa um discurso vazio que serve aos interesses do capital.

O que menos podemos esperar é que a lógica destrutiva imanente possa ser rompida e superada pelas administrações estatistas de crise e emergência. A crise seria superável se um consciente movimento social de supressão acabasse com a mera administração dessa crise, movimento que teria que derrubar, com violência maior ou menor, também esses aparatos. Nesse sentido, não se tornou desnecessária, apesar de todas diferenças resultantes do nível mais elevado da socialização, a forma geral das históricas revoluções burguesas, inclusive a Revolução de Outubro (KURZ, 1991 p.210).

E mais,

Constitui, no entanto, uma condição prévia a circunstância de que esse rompimento apenas pode ser o resultado de uma mobilização bem-sucedida de grandes massas em favor de uma alternativa social nova e conscientemente formulada, que primeiro tem que ser elaborada (KURZ, 1991, p.211).

Segundo David Harvey (2011), o modo de produção capitalista necessita de uma taxa de crescimento anual na ordem de três por cento para seguir seu curso de reprodução sem a ocorrência de crises. Conforme a expansão geográfica do modo de produção capitalista completar sua área de alcance em toda a superfície do planeta, cada vez fica mais difícil para o capital manter a taxa de crescimento necessária para a manutenção do sistema em sua totalidade. Harvey afirma que o processo histórico conhecido como neoliberalismo representa uma reação das forças que representam o capital em reação contrária às conquistas sociais e trabalhistas que se estabeleceram especialmente nos países capitalistas centrais após a Segunda Guerra Mundial. Esta reação se dá no sentido de garantir a taxa de acumulação e crescimento mediante uma maior exploração da classe trabalhadora, conforme pode ser observado pelo arrocho salarial, e pela desvinculação do Estado de uma série de conquistas sociais históricas da classe trabalhadora, que compõem as premissas da retórica neoliberal.

Harvey entende que para que ocorram mudanças que promovam a superação do modo de produção capitalista, é necessária uma articulação coerente entre as sete esferas de atividade que compõem, tomando como referencia Marx, a totalidade do tecido social capitalista. Estas esferas seriam representadas pela tecnologia e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e concepções mentais do mundo. Harvey faz a distinção entre desenvolvimento humano e crescimento econômico para indicar um possível cenário futuro, apontando o crescimento zero como utopia, com investimentos direcionados ao bem estar dos indivíduos (HARVEY, 2011).

Sobre o processo de mudança para uma sociedade pós-capitalista, Harvey afirma:

Transformações revolucionárias não podem ser realizadas sem no mínimo a mudança de nossas ideias, o abandono de nossas crenças mais caras e preconceitos e de vários confortos diários e direitos, a

submissão a um novo regime diário, a mudança de nossos papéis sociais e políticos, a reavaliação de nossos direitos, deveres e responsabilidades e a alteração de nosso comportamento para melhor nos conformarmos com as necessidades coletivas e a vontade comum. O mundo que nos cerca - nossa geografia - deve ser radicalmente reformulado, assim como nossas relações sociais, a relação com a natureza e todas as outras esferas da ação no processo revolucionário. (...) Mas seria falso imaginar que isso poderia ser assim, que nenhuma luta ativa estaria envolvida, incluindo certo grau de violência. O capitalismo veio ao mundo, como Marx certa vez disse, banhado em sangue e fogo. Embora possa ser possível fazer um trabalho melhor para sair dele do que ficar dentro dele, as chances de uma passagem puramente pacífica para a terra prometida são baixas. (HARVEY, 2011, p.201)

Depois que se estabeleceu o processo de legitimação do Estado e da sociedade baseada na propriedade privada e na exploração da mão-de-obra destituída dos meios próprios de reprodução, a ciência se tornou laica e, portanto os desígnios de Deus não podiam mais justificar uma realidade qualquer que se pretendesse analisar dentro de padrões científicos, e que anteriormente justificaram o Estado enquanto vontade de Deus realizada nas ações dos homens, como argumento presente nos textos dos teóricos contratualistas. Quando foi necessário expropriar as terras pertencentes à Igreja Católica, maior proprietária de terras do período anterior ao capitalismo, e que tinha na figura do papa o “grande senhor feudal” da Europa (MANDEL, 1977), para garantir o processo de acumulação primitiva, o Estado paralelamente a isto, se tornou laico. A expulsão do homem da terra, que fez parte do processo de constituição e amadurecimento do modo de produção capitalista, não podia existir com a influência e poder tradicionalmente possuídos pela Igreja Católica.

A dimensão ética, entendida aqui como toda ação que favorece a vida (Boff), pode ser o elo perdido pela ciência, na medida em que esta deixou de ser um fim que se relaciona com o entendimento total da realidade, e que se utiliza de variados instrumentos para isso, e se converte em um meio de reprodução de um modelo de sociedade que impõe sua supremacia técnica.

Parece ser um momento de oportunidade de mudança de direção para a ciência, num sentido de resgate da dimensão ética que se perdeu, quando a ciência teve que se converter em mero instrumento e meio de reprodução da sociedade capitalista que se territorializava pelo planeta. A perspectiva de que vivemos em uma totalidade

física representada pelo planeta e que transcende as fronteiras nacionais, que podemos e devemos partilhar de forma sustentável, sob pena de enfrentar conflitos sociais crescentes e incontornáveis, impõe à ciência a tarefa de propor respostas aos problemas que afligem a sociedade global baseada na propriedade privada e na exploração da mão-de-obra destituída dos meios de reprodução.

A utopia presente em Marx, Kurz, e Harvey, a quem este estudo tributa suas considerações, passa pelo desenvolvimento de novas formas de sociabilidade que ainda não se materializaram, mas que implicam na superação global da ideologia burguesa que floresceu junto com o Estado nacional e o modo de produção capitalista. Marx afirmou que todos os modos de produção passam por todos os estágios necessários de seu desenvolvimento, para só depois ruírem. O sistema capitalista baseado nos Estados nacionais já se mostrou insustentável, como aqui se tenta demonstrar. Agora falta a consciência dos homens, assim como também disse Marx, a humanidade só se coloca problemas aos quais possa resolver tomar as rédeas da história e construir a necessária utopia Pós Estado e Pós Capital.

3 A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, ele precisa ser contínuo ou percorrer periodicamente sempre de novo os mesmos estágios. (...) Considerado em sua permanente conexão e no fluxo constante de sua renovação, cada processo de produção social é, portanto, ao mesmo tempo, um processo de reprodução. (...) Como incremento periódico do valor-capital ou fruto periódico do capital, a mais-valia recebe a forma de rendimento originado do capital (MARX, 1988, Livro Primeiro. Cap. XXI, p. 588-589).

O desenvolvimento econômico se constitui numa ideia-força, intimamente relacionada com o processo histórico de constituição da Modernidade. Sem desenvolvimento econômico é impossível pensar a expansão comercial europeia que marca o início do processo de integração econômica que veio a se tornar global, e tem sua origem nas relações que a expansão europeia estabeleceu com territórios localizados em outros continentes. Este processo pode ser entendido como etapa inicial na constituição do modo de reprodução social global, que veio a se tornar capitalista.

A chamada Modernidade representa o período histórico de soberania europeia sobre todos os territórios que foram objeto deste processo de expansão econômica, que acabou por determinar a configuração política global e impor as relações econômicas que atendessem às necessidades que emanassem das sociedades difusoras da Modernidade. O alcance da Modernidade, que se impôs como identidade positivamente adjetivada da hegemonia econômica inicialmente europeia vai muito além de uma análise restrita e segmentada de seus aspectos políticos e econômicos relacionados. A Modernidade se impôs como movimento cultural hegemonicamente global representativo do período histórico de integração global entre os territórios que dela fazem parte.

A Modernidade se apresenta enquanto categoria histórica, mitificada, de forma que suas características de difusão sempre ampliada adquiriram no plano discursivo uma forma que aparenta ser possível de universalização, sem levar em conta que a própria constituição da Modernidade se dá pela exploração econômica e imposição de relações políticas e culturais de forma extremamente desigual no que se refere a função desempenhada pelos diferentes territórios, de acordo com a posição de

difusores ou receptores que ocupem neste processo. A despeito disto, o adjetivo moderno, assim como o processo social chamado na Modernidade de desenvolvimento, se reveste de uma áurea de inexorabilidade enquanto características absolutamente positivas e necessárias ao processo histórico em construção. O caráter imposto e desigual da difusão da Modernidade não aparece em seu discurso apologético, que emana de seus centros difusores.

Diante da percepção do caráter mítico com que a Modernidade e o chamado desenvolvimento aparecem na constituição do discurso que legitima a ordem e a reprodução social, discurso este que se apresenta universalista sem o ser, uma crítica teórica se faz necessária, com vistas a revelar o que se esconde por trás do discurso hegemônico e apologético que legitima estes termos tal qual foram historicamente constituídos na Modernidade. Sabe-se que os mitos desempenham um papel fundamental na constituição que as consciências têm a respeito daquilo que é real. Sem representarem o real tal como é, e sim uma representação alegórica direcionada para atendimento de uma função de reprodução social que lhes imprime conteúdo, os mitos podem ser considerados como ferramentas ideológicas de ordenamento social e manutenção do *status quo*.

3.1 - AFINAL, O QUE É O DESENVOLVIMENTO?

Deve-se salientar de que a despeito de existirem interpretações divergentes sobre o que seja realmente desenvolvimento, esta palavra se encontra politizada na forma em que seu uso está diretamente relacionado a eventos do processo sócio espacial de reprodução das relações de produção em nossa sociedade globalmente integrada pelos mercados, de modo que desenvolvimento, tal como é difundido, normalmente está vinculado à processos econômicos, avaliados em uma perspectiva quantitativa. Faz-se então necessário o uso da crítica para revelar o conteúdo essencial do que entendemos como desenvolvimento. Segundo Celso Furtado “essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial” (FURTADO, 1974, p.14). O discurso do desenvolvimento envolve uma intervenção no volume da riqueza gerada em uma dada situação, sendo esta a perspectiva que orienta tradicionalmente a abordagem

dos economistas liberais. Quanto mais riqueza mais desenvolvimento. A distribuição da riqueza também é assunto da regulação econômica para um bom funcionamento da sociedade, mas isto é assunto por demais inconveniente para que os economistas se detenham, salvo períodos, como o que vivemos, em que a concentração de riqueza é tamanha que surgem diversas proposições de regulação frente o risco de catástrofes iminentes, ou mesmo de um colapso do sistema financeiro global.

A despeito da visão econômica tradicional, funcional à reprodução da ordem social capitalista cada dia mais inviável, abordagens alternativas sobre o desenvolvimento, constituídas como instrumento teórico de crítica, visam superar esta visão ideológica reducionista, implicando num necessário processo de transformação dos processos de reprodução social.

Não existe desenvolvimento a despeito das condições naturais, de modo que todo desenvolvimento é socioambiental. A natureza tem sua evolução intimamente associada à interação sistêmica com o elemento humano. O desenvolvimento propalado pela retórica hegemônica aparece como promotor de melhores condições de vida. Esta noção tomada de forma acrítica, e especialmente inconsciente de seu conteúdo histórico recente, sugere que o desenvolvimento seja algo inerente à vida, e que as sociedades humanas vêm se desenvolvendo em uma “linha do tempo” descontínua, mas que tem nos séculos pós- Revolução Industrial uma aceleração do ritmo de desenvolvimento. Esta interpretação nega o conteúdo histórico e político do desenvolvimento e é funcional aos interesses do capital financeirizado, sendo que a escolha deste termo como palavra de ordem da política global pós 1945 facilita esta interpretação equivocada da história.

A perspectiva de Jane Jacobs (apud, VEIGA, 2006) a respeito do desenvolvimento pode ser bastante esclarecedora na superação da ideia associada entre crescimento e desenvolvimento. Ela define o desenvolvimento como uma significativa mudança qualitativa que geralmente ocorre de maneira cumulativa. Seria um processo natural que acontece em todas as instâncias da realidade, e que pode ser entendido como diferenciações emergindo de generalidades. Segundo Jacobs, desde os processos da natureza que não sofrem interferência humana, até os processos de criação cultural estão em desenvolvimento, entendido com um processo em constante mudança, sendo que as diferenciações que surgem tornam-se generalidades, de

acordo com as possibilidades. O desenvolvimento de que tratam os economistas seria uma dimensão reduzida dos múltiplos desenvolvimentos que constituem a realidade e que estão correlacionados. Esta perspectiva que vê o desenvolvimento como processo ajuda a esclarecer a visão que entende que o desenvolvimento econômico resulte de posse de coisas, tais como máquinas e aparelhos de infraestrutura (JACOBS, apud: VEIGA, 2006, p.119-124).

José Eli da Veiga (2006) afirma que a percepção do desenvolvimento pelo prisma da entropia necessariamente coloca a questão do crescimento econômico contínuo como uma impossibilidade que os economistas tradicionais insistem em ignorar. Ele afirma que quando se esgotarem as fontes de energia fóssil que sustentam o processo de desenvolvimento e reprodução social, a humanidade terá que conviver com um decréscimo do produto total disponível para o aproveitamento humano, e a economia terá que se desenvolver baseada no princípio da retração. A utilização massiva das chamadas energias limpas não pode ser entendida como alternativa que possa superar a questão imposta pela compreensão da dinâmica entrópica das atividades humanas, que demonstra pelas leis da termodinâmica que uma vez que a energia seja utilizada, seja qual for seu aporte tecnológico e de recursos, ela se dissipa e não pode mais ser aproveitada para uso (VEIGA, 2006, p.55).

A corrente teórica conhecida como pós-desenvolvimentista, e constituída a partir da criação da rede ROCADe³, se coloca como crítica radical a todos os pressupostos que tradicionalmente subsidiam o que se entende por desenvolvimento e denuncia seu caráter mítico-ideológico, funcional aos interesses de exploração econômica dos países mais ricos sobre os mais pobres, além de causar uma destruição ambiental que se mostrou insustentável a longo prazo. Conforme indicou José Eli da Veiga esta “era do desenvolvimento” começou em 24 de Junho de 1949, com a mensagem que o presidente dos EUA Harry Truman enviou ao Congresso com o “Point Four Programme” (VEIGA, 2006 p.16).

Os antagonismos sociais são largamente ocultos pela força de “valores” mais ou menos partilhados por todos: o progresso, o universalismo, a domesticação da natureza, a racionalidade quantificável. Tais valores, sobre os quais se alicerça o progresso, estão longe de

³ ROCADe (sigla em inglês) significa rede de oposição ao crescimento para o Pós-desenvolvimento e se constitui em um grupo de intelectuais e cientistas que trabalham com a perspectiva de mostrar a impossibilidade histórica continuada do que se entende tradicionalmente por desenvolvimento.

corresponder a aspirações universais profundas. Estão ligadas à história do Ocidente, e têm pouco eco em outras sociedades. Fora dos mitos que a fundamentam, dizem eles, a ideia de desenvolvimento é totalmente vazia de sentido. Hoje, esses valores ocidentais são precisamente aqueles que precisam ser contrariados para que sejam encontradas soluções aos problemas do mundo contemporâneo. E para que sejam evitadas as catástrofes anunciadas pela economia mundial. Em poucas palavras: “pós-desenvolvimento” é a uma só vez pós-capitalismo e pós-modernidade. E as novas roupagens do desenvolvimento – “humano” ou “sustentável” – não passariam de manobras fraudulentas (VEIGA, 2006, p.16).

A introdução desta abordagem como forma de compreensão da dinâmica insustentável do desenvolvimento econômico tem sua origem nos trabalhos do economista romeno Georcescu-Roegen (1971). Considerando, pelas leis da física, a impossibilidade de reprodução contínua dos atuais padrões de consumo energético, dada a finitude de recursos que a humanidade tem à sua disposição, o autor demonstrou de forma inequívoca a insustentabilidade do modelo societário global que tem na Modernidade seu núcleo criador e irradiador. Esta perspectiva teórica que está na contracorrente do movimento econômico e cultural representado pela Modernidade acabou por colocar o Georcescu-Roegen numa espécie de ostracismo acadêmico que temos que superar.

Georcescu-Roegen propôs um programa bioeconômico mínimo, composto de oito pontos⁴, que poderia encaminhar a humanidade para uma convivência possível com os recursos ambientais disponíveis, mas que ele próprio reconheceu como improvável na sua execução, dada a forma hegemônica de reprodução societária global. O autor conclui que o destino da humanidade é ter uma vida curta, mas foga, em vez de uma existência longa, mas vegetativa, sem grandes eventos. De forma bem irônica, sugere que deixemos a outras espécies – as amebas, por

⁴ Esse programa tem oito pontos a seguir resumidos. Primeiro, proibir totalmente não somente a própria guerra, mas a produção de todos os instrumentos de guerra. Segundo, ajudar os países subdesenvolvidos a ascender, com a maior rapidez possível, a uma existência digna de ser vivida, mas em nada luxuosa. Terceiro, diminuir progressivamente a população até um nível no qual uma agricultura orgânica bastasse para sua conveniente nutrição. Quarto, evitar todo e qualquer desperdício de energia – se necessário, por estrita regulamentação – enquanto se espera que se viabilize a utilização direta da energia solar, ou que se consiga controlar a fusão termonuclear. Quinto, curar a sede mórbida por *gadgets* extravagantes, para que os fabricantes parem de produzir esse tipo de “bens”. Sexto, acabar também com essa doença do espírito humano que é a moda, para que os produtores se concentrem na durabilidade. Sétimo, as mercadorias mais duráveis devem passar a ser concebidas supondo-se que possam ser consertadas. Oitavo, reduzir o tempo de trabalho e redescobrir a importância do lazer para uma existência digna (VEIGA, 2006, p.84).

exemplo, que não tem ambições espirituais – herdar o globo terrestre ainda abundantemente banhado pela luz solar. (VEIGA, 2006, p.84-85)

Celso Furtado afirma que **o mito do desenvolvimento econômico** (1974) consiste na ilusão de que os padrões de desenvolvimento, tal qual apregoados pela retórica dos centros capitalistas, podem ser universalizados. O relatório do Clube de Roma (1971) (composto por representantes governamentais dos países mais ricos da Europa, e organizado por uma equipe transdisciplinar do MIT- Massachusetts Institute of Technology), chamado Limites do crescimento (The Limits to Growth), afirmou de forma definitiva que o padrão de desenvolvimento dos centros capitalistas não podia ser universalizado, pois antes disto os recursos ambientais já entrariam em colapso. O relatório afirmou pela primeira vez que a economia planetária se constituía em um sistema fechado, diferente da visão fragmentada que orientava as políticas dos países que entendiam a economia como um sistema aberto, buscando em seu exterior os elementos necessários à sua reprodução. A perspectiva de um sistema planetário único de recursos necessariamente coloca a questão de sua distribuição e o uso dos recursos não-renováveis. A visão de sistema fechado levou à percepção da finitude e do caráter estratégico do fornecimento constante dos recursos imprescindíveis à reprodução da civilização industrial.

Estes estudos puseram em evidência o fato de que a economia norte-americana tende a ser crescentemente dependente de recursos não-renováveis produzidos no exterior do país. É esta, seguramente, uma conclusão de grande importância, que está na base da política de crescente abertura da economia dos Estados Unidos, e de reforçamento das grandes empresas capazes de promover a exploração de recursos naturais em escala planetária (FURTADO, 1974, p.15-16).

Pelo que foi visto, podemos afirmar que o desenvolvimento, entendido por uma perspectiva reducionista ao economicismo constitui-se em um sistema de crenças funcionais a reprodução ampliada do capital em escala global. A desconsideração da base material de recursos naturais que sustenta o desenvolvimento econômico na era industrial encaminha a um esgotamento dos recursos que sustentam o desenvolvimento econômico das sociedades industriais. A atual fase histórica na qual as empresas transnacionais possuem capacidade de intervenção que amplia a exploração dos recursos em escala global termina por agudizar as contradições e

mostrar o caráter destrutivo e promotor de desajustes sociais em escala global que o desenvolvimento econômico fomenta.

É absolutamente necessário, portanto, que o desenvolvimento seja mais bem qualificado criticamente, e direcionado a tornar-se um processo que possa realmente promover bem estar social, que seja socialmente inclusivo e ambientalmente correto, sob o risco de esgotamento iminente dos recursos que sustentaram desde a Revolução Industrial, e especialmente no século XX o chamado desenvolvimento econômico.

3.2 PAPEL DO ESTADO COMO INSTÂNCIA LEGITIMADORA DO DESENVOLVIMENTO

O papel do Estado como instância reguladora em última instância da acumulação capitalista, torna-o protagonista no palco das possibilidades de desenvolvimento e reprodução social. Os agentes sociais recebedores do desenvolvimento encontram no Estado um agente mediador necessário para legitimar a ordem social. O Estado nacional se estabelece como instância de poder legítima em escala global, e qualquer alteração na sociabilidade e metabolismo social passa necessariamente por uma regulação que conta com a participação do Estado, haja vista que este detém o monopólio do uso da força militar institucionalizada para garantir sua reprodução continuada.

A história da Modernidade e da formação dos Estados nacionais é um processo em que os vencedores impuseram seu domínio técnico com o uso da violência que não respeita o direito de existência do outro, massacrando sistemas culturais que reforçam o esquecimento da barbárie que, por sua vez, constitui a imposição da civilização ocidental. A Modernidade, com cores de avanço da humanidade, encobre a violência dos processos que as constituem, como a conquista da América pelos europeus, sendo ainda atuante neste território, em que a supremacia técnica representada pelo discurso apologético imposto faz com que aceitemos a civilização ocidental à custa da destruição das centenas de civilizações estabelecidas em seus territórios originais. Por mais que a historiografia em seu processo de constituição e renovação busque reconstruir a chamada história vista de baixo, e dar visibilidade aos atores sociais subjugados, sabemos que esta perspectiva não é a que alcança

maiores possibilidades de reprodução na construção da identidade que produz a cultura de um povo/nação. O processo hegemônico na construção da educação sob responsabilidade do Estado nacional, é aquele que reconhece este mesmo Estado como a instância legítima de governabilidade territorial, e as relações capitalistas de produção como único padrão de reprodução social. O discurso cultural hegemônico legitima o Estado capitalista, a despeito das contradições e violências que caracterizaram sua constituição.

O Estado nacional é a instância legítima de governança territorial no contexto atual do espaço mundial e é através da diplomacia entre os Estados que são possíveis suas relações econômicas, via de regra mediatizadas pelas empresas, que tem em seus proprietários os “legítimos representantes” dos interesses econômicos que os Estados buscam favorecer. Como gestor último das finanças nacionais, na figura dos Bancos centrais, o Estado ainda é o único agente institucional legítimo capaz de alterar a produção e a distribuição da riqueza dentro de um país, e entre países no que se refere às transações econômicas internacionais. Portanto, em teoria, o Estado nacional teria autonomia para interferir no ritmo da acumulação financeira e da distribuição da riqueza nacional, por meio dos impostos.

A relação que Thomas Piketty faz em sua obra **O capital no século XXI** (2014) entre a remuneração do capital e o crescimento econômico como mecanismo de avaliação do grau da concentração de renda, e, portanto da justiça social nos países é da maior importância para entendermos a forma como o capital se reproduz em escala global. Este estudo demonstrou que desde o século XIX, a remuneração do capital era maior do que o crescimento econômico, e, portanto havia crescente concentração de riqueza.

O período histórico de bipolaridade mundial, no qual o sistema capitalista dirigido pelos interesses hegemonicamente estabelecidos pelos Estados Unidos, representante autointitulado dos livres mercados, com antípoda político, representado pela União Soviética, e posteriormente pela China, como alternativa política aos livres mercados, levou o capital a diminuir sua parcela de acumulação em favor de uma maior remuneração do trabalho, sob o risco de sucumbir ao “espectro do socialismo realmente existente” (PIKETTY, 2014). A fase histórica neoliberal representa o esgotamento deste período de concessão de parte do excedente do capital em favor das conquistas trabalhistas, especialmente nas

nações mais industrialmente avançadas. O que a história pode demonstrar, salvo os períodos de exceção, é que os mercados são promovedores da concentração da riqueza, e não promovedores de bem estar, como a retórica capitalista insiste em nos querer doutrinar nesta falácia.

O estudo de Thomas Piketty mostra a tendência inexorável à concentração da riqueza, salvo a intervenção do Estado no sentido de regular a acumulação do excedente econômico e aponta, como única alternativa, a intervenção do Estado por meio da taxação gradual das grandes fortunas, a ser revertida na forma de melhor distribuição da riqueza nacional. As maiores dificuldades para que esta taxação seja efetivada, segundo o autor, se dá na medida em que ela implicaria numa necessária cooperação entre os países, pois se sabe da tendência e facilidade do capital para se deslocar sem controle entre as fronteiras nacionais, em direção aos locais onde é menos taxado, ou encontra melhores possibilidades de investimento.

3.3 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E DO SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A contribuição do argentino Raul Prebisch (apud: BIELSCHOWSKI, 2000) para o pensamento econômico latino americano é o marco inicial no que se refere a uma tentativa de pensar os caminhos para alcançar um padrão mais elevado de desenvolvimento, a partir de uma matriz teórica mais autônoma de interpretação dos fenômenos econômicos, num contexto em que a teoria econômica tinha sua produção realizada exclusivamente por pensadores representantes das nações capitalistas mais avançadas. Restava aos países menos “influentes” no comércio internacional, na medida em que estavam inseridos nas relações político e econômicas que caracterizam o comércio entre Estados nacionais, aplicarem em seus domínios territoriais os procedimentos econômicos, resultado de uma produção teórica que reflete o funcionamento das economias dos países capitalistas mais avançados.

Quando Prebisch foi chamado para integrar a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) na condição de secretário executivo em 1948, sua experiência como gestor de instituição financeira na Argentina, já o tinha esclarecido a respeito de como as economias reagem de forma diferente aos ciclos de reprodução e crise do

sistema capitalista mundial. Nas fases de crise, as economias dos países capitalistas centrais apresentam maior capacidade de superação, visto que possuem autonomia maior do que as economias periféricas, que tem sua dinâmica de reprodução dependente do comércio internacional de produtos primários no qual se especializaram.

Prebisch observou que, durante os períodos de crise econômica, ocorria uma deterioração dos termos de troca no comércio internacional em favor dos países industrializados, pois os produtos primários sofriam uma desvalorização e uma contração da demanda que resultava em perdas maiores para as economias agroexportadoras. Acrescenta-se a isso o fato de que as economias especializadas em produtos primários terem parte expressiva do setor produtivo financiado/controlado por agentes econômicos externos que em época de crise cessam temporariamente os investimentos. Desta forma, as crises econômicas acentuam as diferenças existentes entre os países centrais e periféricos, e parecem garantir a continuidade da desigualdade que caracteriza o desenvolvimento entre centro e periferia, na medida em que a cada crise fica mais custoso para a periferia se industrializar, como caminho natural apontado pela ortodoxia econômica de matriz europeia.

A análise de Prebisch sobre as condições que determinavam as possibilidades de desenvolvimento econômico da América Latina podem ser consideradas como o marco inicial de uma produção teórica econômica latino-americana. A percepção dos resultados distintos das crises entre centro e periferia apontada fere o postulado econômico clássico, e até então consagrado, da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo que ditava que os países obteriam vantagens no comércio internacional se especializando em alguns produtos.

Prebisch reuniu no staff da CEPAL uma equipe constituída por pensadores que se notabilizaram na produção teórico-econômica latino americana e que, se pode dizer, deram continuidade aos pressupostos de análise por ele apontados sobre a particularidade histórica da inserção da economia latino americana, que impunha restrições às suas possibilidades de industrialização e desenvolvimento social mais equitativo, e das formas de intervenção possíveis para superar o contexto perverso das relações econômicas globais.

Prebisch pode ser considerado como fundador da Teoria do Subdesenvolvimento econômico, sendo pioneiro num posicionamento analítico adequado à realidade latino-americana. Suas palavras em **“O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”** (1948), texto analítico inaugural da produção cepalina, e que Albert Hirschman alcunhou de “Manifesto latino-americano” anunciam a perspectiva econômica crítica latino americana que a partir de sua contribuição original e corajosa pôde florescer.

A divisão internacional do trabalho foi apontada pelo autor como problemática enquanto categoria explicativa, pois seus pressupostos de que os frutos do progresso técnico se distribuiriam de maneira equitativa, não encontravam evidência na realidade latino-americana, onde os padrões de vida das massas se mostravam muito abaixo daquilo que se observava nas nações capitalistas centrais.

É certo que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. (...) A falha dessa premissa consiste em ela atribuir um caráter geral aquilo que, em si mesmo, é circunscrito. (...) Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável aquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. (...) Existe, portanto um desequilíbrio patente e, seja qual for a sua explicação ou a maneira de justificá-lo, ele é um fato indubitável, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho (PREBISCH, apud: BIELSCHOWSKY, 2000, p.71-72).

Celso Furtado reconheceu o papel singular de Raul Prebisch na constituição de um pensamento econômico autônomo latino-americano, e certamente a produção teórica de Celso Furtado remete à Prebisch e é tributária deste⁵. Sua participação

⁵ Quando Celso Furtado foi convidado para compor a equipe técnica da CEPAL, Prebisch ainda não tinha sido indicado para sua direção. Circulavam na época rumores de que esta instituição teria vida curta, pois atropelava os interesses da Organização dos Estados Americanos, instituição onde os norte-americanos podiam exercer sua influência econômica diretamente, sem intermediação das Nações Unidas. Furtado comenta que os americanos fizeram esforços diplomáticos para que a CEPAL não fosse criada, e se abstiveram de votar pela sua criação na ONU. Quando Prebisch assumiu a direção executiva, sua experiência o qualificava como único economista latino-americano reconhecido internacionalmente. Furtado ao questioná-lo porque não trabalhou para os bancos privados argentinos após se afastar do Banco Central, obteve como resposta que mesmo após receber várias propostas vultosas, Prebisch não pode aceitar tais convites, pois sendo conhecedor das finanças de todos os bancos não seria honesto favorecer nenhum deles com seus conhecimentos, e por isso teve que reduzir seu padrão de vida ao de um professor e se desfazer de bens materiais para poder se sustentar. Prebisch disse a Furtado que a profissão de professor tinha a vantagem de permitir pensar em voz alta. A experiência que teve junto a Prebisch certamente causou admiração a Furtado, o que o levou a escrever este elogio ao centenário de seu nascimento (FURTADO, 2002).

na CEPAL aliada a uma produção científica fundamentada em grande base teórica, sua atuação institucional e teórica desenvolvida durante décadas, tratando especialmente das questões referentes ao desenvolvimento econômico do Brasil, o qualifica como um dos principais economistas latino-americanos do século XX.

Celso Furtado, em seu texto intitulado **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (2000)** argumenta inicialmente que a teoria do desenvolvimento, como concebida nos centros universitários dos países desenvolvidos, trabalha com modelos de variáveis econômicas que influenciam, em última instância, o ritmo do crescimento da produção de uma economia para encontrar o melhor desenvolvimento possível. Celso Furtado argumenta que a teoria do Desenvolvimento, para alcançar algum grau de explicação, deve trabalhar com uma perspectiva que leve em conta sua real dimensão histórica.

A teoria do desenvolvimento que se limite a reconstruir, em um modelo abstrato – derivado de uma experiência histórica limitada –, as articulações de uma determinada estrutura, não pode pretender elevado grau de generalidade. Demais, o problema não se cinge ao nível de desenvolvimento alcançado pelos distintos sistemas econômicos que coexistem em dado momento histórico. É necessário ter em conta que o desenvolvimento econômico dos últimos dois séculos, a Revolução Industrial – como correntemente lhe chamamos –, constitui per se um fenômeno autônomo. Com efeito: o advento de uma economia industrial na Europa, nos últimos decênios do século XVIII, ao provocar uma ruptura na economia mundial da época, representou uma mudança de natureza qualitativa, ao mesmo título da descoberta do fogo, da roda ou a do método experimental (FURTADO In: Bielschowsky, 2000 p. 241-242.).

A questão dos encargos financeiros assumidos pelos Estados recebedores das políticas de desenvolvimento, a gestão destes investimentos, para que não se tornem acréscimo da dívida externa, não aparecem com a devida atenção no discurso difusor do desenvolvimento. Sabe-se que a política dos países ditos em desenvolvimento, que coincidem de maneira geral com os territórios colonizados pela Modernidade, é marcada por corrupção e pouca representação dos interesses das massas populares na tomada de decisões político-econômicas, o que favorece os interesses das elites constituídas desde a exploração colonial, e que, portanto, as políticas de desenvolvimento têm por fim inserir os territórios no movimento de reprodução ampliada do capital.

Deve-se destacar que não aparecem no discurso oficial com a merecida atenção, a questão dos impactos ambientais, do direito à existência das formas de vida afetadas pelo desenvolvimento, e dos condicionantes históricos que impossibilitam na periferia do capitalismo os padrões de desenvolvimento alcançado pelas nações industrializadas, altamente demandantes de recursos ambientais provenientes dos países ditos em desenvolvimento, cuja condição periférica é funcional à reprodução do capital dos centros financeiros e militares.

O desenvolvimento, numa perspectiva analítica crítica fundamentada em seu conteúdo histórico-geográfico real, se apresenta como mito que legitima a conjuntura econômica global. A percepção da totalidade deste movimento articulado da economia global foi apontada por Celso Furtado em seu livro **O mito do desenvolvimento econômico** (1974). Diferentemente da retórica dos economistas comprometidos com a reprodução ampliada do capital, e que trabalham com modelos abstratos, Furtado aponta para a conjuntura histórica como fator irredutível na análise das possibilidades de desenvolvimento. Ele afirma que, tal qual o progresso no contexto da expansão econômica pós Revolução Industrial, o desenvolvimento trata-se de um mito, ou também podemos dizer, de um discurso ou ideologia que justifica o movimento de reprodução do capital em escala global e sob hegemonia norte-americana. Nesse sentido, tudo que for favorável à reprodução do capital é desenvolvimento. Até mesmo os movimentos de reprodução fictícia do capital em sua fase atual financeirizada, é dito desenvolvimento, pois esta fração financeira do capital adquiriu tal fase de autonomia frente ao capital produtivo e comercial, que os excedentes de capital gerados no centro capitalista têm que ser continuamente reinvestidos, e as tarifas de juros que regulam os empréstimos destinados a promover o desenvolvimento, são uma forma que o capital financeirizado encontra de maximizar seus lucros, pela via da exploração do trabalho e dos recursos dos territórios ditos menos desenvolvidos. Os bancos, que são protagonistas da gestão deste capital fictício financeirizado e atualmente especulativo parasitário (NAKATANI; CARCANHOLO, 1999) são os parceiros econômicos das agências internacionais promovedoras do desenvolvimento.

Celso Furtado faz uma apresentação das alterações qualitativas que o desenvolvimento econômico produziu durante a transição para o sistema capitalista industrial. Ele argumenta que, antes da Revolução Industrial, a dinâmica do

desenvolvimento estava nas mãos da classe de mercadores, sem que houvesse grandes preocupações com a produtividade. Após a Revolução Industrial, a dinâmica econômica passa a depender do desempenho do setor industrial. O aumento da produtividade ocasionou uma supercapacidade de produção de bens que levou ao rebaixamento do preço das mercadorias em virtude da sua ampla difusão, estimulando a desarticulação das formas de produção não industriais frente aos produtos industriais. O papel da inovação tecnológica no capitalismo, na perspectiva de Furtado é fundamental, pois aquele que tem maior produtividade alfre os maiores lucros. Este é o período da história em que a ciência se coloca em função da reprodução desta forma hegemônica social capitalista.

A condição histórica da América Latina de atraso tecnológico em relação aos países capitalistas centrais a coloca em uma posição desfavorável no intercâmbio comercial. Em função dos produtos aqui produzidos apresentarem uma produtividade menor do que a que se alcançou nos centros industrializados, o intercâmbio comercial favorece uma maior acumulação financeira nos países mais industrializados. O aumento da produtividade nas economias industriais permite, pelo rebaixamento dos custos de produção, maiores lucros que se reverterão em maiores investimentos, num ciclo de crescimento em que o avanço técnico vai determinar o nível de acumulação possível a cada economia, segundo o padrão da concorrência de livre mercado que rege as relações capitalistas.

Nos momentos de crise econômica os artigos primários sofrem uma desvalorização que não se mostra na mesma medida nos produtos industrializados. Além disso, as economias não industriais recebem parte de seus investimentos produtivos de capitais provenientes de nações industriais que cessam seu fluxo nas crises econômicas. Furtado entende o fenômeno do subdesenvolvimento como uma característica híbrida das economias que foram objeto da expansão capitalista das nações industrializadas, e que por isso apresentam uma parcela de sua população não integrada às relações capitalistas, e outra parcela integrada à produção de artigos primários para o mercado global. Nesse sentido, sendo nossa economia uma expansão do desenvolvimento do capitalismo a partir da Europa, o desenvolvimento não pode ser visto como uma etapa final que se inicia numa condição de subdesenvolvimento.

A contribuição da história é fundamental na análise de Celso Furtado para entender porque algumas nações possuem maior poder econômico, que só foi possível pelo seu protagonismo histórico, condição esta que não é possível para aqueles que foram objeto deste protagonismo técnico-econômico e sobretudo militar. Ele indica a industrialização como caminho para alcançar uma maior autonomia frente às influências das economias mais industrializadas. Furtado afirma que a etapa superior do subdesenvolvimento é "alcançada" quando se diversifica o núcleo industrial e este fica capacitado a produzir parte dos equipamentos requeridos pela expansão de sua capacidade produtiva.

Rui Mauro Marini é considerado o principal teórico da teoria marxista da dependência. Seu texto intitulado **Dialética da dependência** (2000) se constitui em fundamental aporte para a compreensão do papel desempenhado pela América Latina no sistema capitalista global em formação. Marini afirma que, após a independência política das nações latino-americanas, estas passam a atender as necessidades do capitalismo em expansão. No momento inicial deste processo, em que as exportações latino-americanas se encontram estagnadas, os empréstimos financeiros sustentam a importação de mercadorias e tornam as nações latino-americanas endividadas pelo déficit na balança de pagamentos. No momento posterior, quando as exportações latino-americanas superam as importações, o mecanismo da dívida externa garante a apropriação do excedente econômico pelas nações credoras. Essa dinâmica econômica que caracteriza a inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho é o momento inicial da dependência, que Marini define como "uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência." (MARINI, 2000, p.109).

Marini afirma que a América Latina tem, como função no sistema capitalista mundial, o fornecimento de alimentos mais baratos para as nações centrais, e a oferta de matérias-primas para o capitalismo industrial em expansão. Nas suas palavras:

O forte incremento da classe operaria industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não teria podido ter lugar se estes não tivessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Foi isto que permitiu aprofundar a divisão

do trabalho e especializar os países industriais como produtores de manufaturas (MARINI, 2000, p.111).

O aumento da oferta mundial de alimentos resultante da produção latino-americana a partir da segunda metade do século XIX permitiu, segundo Marini, uma maior produção de mais-valia relativa em relação à mais-valia absoluta deslocando o eixo da acumulação da economia industrial. O rebaixamento do valor dos alimentos como resultante da maior oferta no mercado mundial, permitiu que os países industriais se especializassem na produção dos artigos industriais, e deixassem para a América Latina a função de produzir alimentos, cujo rebaixamento do preço reduziu o valor real da força de trabalho nos países capitalistas centrais, garantindo o aumento da mais-valia relativa.

O caráter de superexploração da força de trabalho que caracteriza a história da América Latina, somado à tendência inerente ao modo de produção capitalista de depreciação do valor dos produtos primários em relação aos produtos industrializados, que Marini caracteriza como intercâmbio desigual através da deterioração dos termos de troca garante assim a condição de reprodução da dependência como característica inerente à economia latino-americana. Segundo Marini, o intercâmbio desigual que se dá entre as nações industrializadas e as nações especializadas em produtos primários, seja em função das diferenças de produtividade propiciadas pelos avanços tecnológicos, seja em função dos imperativos da divisão internacional do trabalho, leva os capitalistas das nações menos industrializadas e especializadas na produção de produtos primários a adotar formas de extração de mais-valia que excedem os pressupostos teóricos das leis de concorrência capitalista, tal qual exposto por Marx em **O capital**. Esse contexto histórico caracteriza o que ele chama de superexploração do trabalho.

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isto é congruente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que se realizam nela. De fato, mais que na indústria fabril, onde um aumento de trabalho implica pelo menos num maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento é muito menos sensível, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, incrementar a riqueza produzida sem um capital adicional.

Compreende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isto permite diminuir a composição-valor do capital, o que, agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e lucro (MARINI, 2000, p.125-126).

Marini afirma que o trabalho assalariado permite maior exploração do que o trabalho escravo, pois no primeiro pode-se reduzir a capacidade produtiva do trabalhador pelo seu completo esgotamento físico e substituí-lo por outro trabalhador assalariado, diferentemente do escravismo em que o esgotamento prematuro do escravo representa perda de capital investido, e neste sentido revela-se qualquer ilusão de que o fim da escravidão na América tenha qualquer motivação maior do que o aumento da exploração do trabalho e da terra para enriquecimento dos capitalistas.

É útil ter presente que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho e não apenas dos produtos do trabalho; neste sentido, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital do que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus – como as minas de ouro e de prata do México e de Peru ou as plantações de cana do Brasil – se estabelecem baseadas no trabalho escravo. Mas, salvo na hipótese de que a oferta de trabalho seja totalmente elástica (o que não se verifica na América Latina, a partir da segunda metade do século XIX), o regime de trabalho escravo constitui um obstáculo ao rebaixamento indiscriminado da remuneração do trabalhador. “No caso do escravo, o *salário mínimo* aparece como uma magnitude constante, independente de seu trabalho. No caso do trabalhador livre este valor de sua *capacidade de trabalho* e o *salário médio* que corresponde ao mesmo não estão contidos dentro desses limites predestinados, independente de seu próprio trabalho, determinados por suas necessidades puramente físicas. A média aqui é mais ou menos *constante* para a *classe*, como o valor de todas as mercadorias, mas não existe nesta realidade imediata para o operário *individual* cujo salário pode estar por cima ou por baixo deste mínimo.” Em outras palavras, o regime de trabalho escravo, salvo condições excepcionais do mercado de trabalho, é incompatível com a superexploração do trabalho. Não acontece o mesmo com o trabalho assalariado e, em menor medida com o trabalho servil (MARINI, 2000, p.126-127).

O processo de industrialização na América Latina seria restringido pela condição de superexploração que impede a formação de um amplo mercado interno, tal qual se verifica nas nações capitalistas industriais, nas quais o consumo das massas trabalhadoras confere dinamismo a estas economias. Na América Latina a industrialização se apresentou restrita em sua fase inicial a setores ligados à

exportação e ao consumo de bens suntuários. Somado a isto, esta industrialização se deu em larga medida pela exportação de capitais excedentes do processo de acumulação nas nações centrais, e pela exportação de maquinário obsoleto do centro capitalista, o que impossibilita que se alcancem os níveis de produtividade das nações mais industrializadas. O conjunto destes fatores constitui o quadro político-econômico e social da dependência. Marini entende que sua análise deve se constituir em ponto de partida para o reconhecimento do estágio da luta de classes na América Latina, e propõe a articulação das forças sociais empenhadas na destruição da formação social do capitalismo como única via capaz de superar a condição histórica de dependência.

A teoria econômica de orientação clássica que tem em Smith e Ricardo seus grandes representantes adota uma perspectiva normativa, tendo como referencia a experiência de desenvolvimento econômico dos mercados e países destes autores. A argumentação de que livres mercados são promotores de bem estar coletivo, e a teoria das vantagens comparativas, que determina que os países devam se especializar na produção e comercialização dos produtos que seriam sua vocação natural, ignora a violência e escravidão que foram necessárias para que os teóricos do capitalismo chamam de sociedade de livre mercado se instituisse como forma predominante de reprodução das relações sociais em escala global.

Os escravos que trabalharam para extrair as riquezas que diversificaram os mercados europeus, e posteriormente americanos, eram considerados pela ciência europeia como seres inferiores, menos humanos do que o europeu, e no processo de domesticação ao trabalho sofreram violências que só encontraram limites na medida em que se constituíam numa mercadoria que não podia ser desperdiçada. Para que existisse a sociedade de livre mercado capitalista, territórios soberanamente estabelecidos na base de civilizações milenares foram subjugados. Suas línguas nativas foram suprimidas gradualmente, e suas manifestações culturais e religiosas de identidade punidas com a violência que marcou o processo de colonização. Este processo perdurou com a instituição dos Estados nacionais, e com o estabelecimento da hegemonia militar americana na região no século XIX com a doutrina Monroe, que garantia para a América Latina o papel de mercado para a expansão do capitalismo norte-americano na região.

O processo de inserção da América Latina na chamada Modernidade é uma sequência de atos sem fim de violência arquitetados por um poder externo, que para explorar as riquezas desta terra em proveito próprio, foi constituindo o que chamamos de sociedade de livre mercado. Toda a teoria econômica neoclássica busca legitimar a exploração econômica, que só pôde existir porque foi imposta e não porque promoveria o bem estar coletivo e a cada qual segundo a função que lhe couber, como dita a doutrina econômica liberal. A riqueza que é fruto da exploração de uma terra por uma força externa, só pode ser desfrutada pela terra explorada se esta se libertar da exploração. Nesse sentido fica claro que a riqueza no sistema capitalista é para poucos, e isso é ignorado pela ciência econômica de matriz liberal.

Há uma “lógica” própria à economia mundial que transcende à de cada uma das economias nacionais que a compõem. Essa concepção da economia mundial como um todo estruturado e hierarquizado composto de Estados-nação permite conceber de modo original o papel das economias desenvolvidas. Essas imprimem ao todo o essencial de suas leis. As leis do centro não se aplicam diretamente à periferia. Essas leis se aplicam à periferia, por conseguinte, de modo mediatizado pela economia mundial. Por isso, a acumulação tem efeitos diferentes no centro e na periferia. Não se trata, portanto, de efeitos “anormais” com relação a efeitos que seriam “normais”, mas da aplicação das mesmas leis com efeitos diferentes (SALAMA, 1983, p.40).

O debate iniciado em torno do conceito de Subdesenvolvimento tem o mérito de apontar para o processo histórico que constituiu os atuais Estados nacionais em condições distintas e de intercâmbio econômico desigual. A relação de exploração econômica que inseriu a América latina na história do desenvolvimento econômico iniciado com a exploração colonial impede que os países colonizados alcancem os padrões de desenvolvimento dos países fomentadores das relações capitalistas.

3.4 O PAPEL DA CEPAL E DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO LATINO AMERICANO

A condição histórica de exploração e dependência que caracteriza a constituição da América Latina como realidade político-econômica e cultural criou uma sociedade marcada pela concentração da riqueza, que tem como necessária consequência à ocorrência de conflitos sociais que, em suas diferentes formas e escalas, demandam o esforço necessário para sua superação. Nesse sentido as ciências sociais se constituem em instrumento necessário para o entendimento das causas e

consequências dos processos que geram desajuste e conflito, e servem de referencial analítico para a constituição de políticas sociais que promovam melhores condições de vida para os povos que habitam a América Latina.

As políticas sociais são elemento irredutível e necessário na promoção do bem estar social. A presença dos Estados nacionais como forma de governança territorial no contexto de uma sociedade que tem nas relações econômicas capitalistas sua forma de reprodução social, encaminha a solução dos conflitos e desajustes sociais pela via legal, através da elaboração de políticas sociais que se tornam elemento constituinte do processo de superação das desigualdades sociais, e também como cenário demonstrativo do grau de coesão social estabelecido nas sociedades objeto desta análise.

Marcelo Carcanholo, em seu texto intitulado *Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova Cepal dentro do consenso de Washington* (CARCANHOLO, 2010,) afirma que a CEPAL passou por um processo de reformulação nos anos 90 que ocasionou a perda de seu conteúdo crítico, passando a acompanhar as diretrizes de política econômica referendadas no Consenso de Washington (1989). Este se refere a um conjunto normativo de políticas econômicas oriundo dos teóricos das nações capitalistas centrais que argumentavam que a superação da crise dos anos 80 se daria pela adoção de políticas econômicas de matriz neoliberal. A abertura econômica para investimentos de capitais estrangeiros, o fim das barreiras comerciais entre Estados, e o papel destes como reguladores do desenvolvimento econômico social, papel este assumido pela iniciativa privada, constituem os pressupostos da teoria neoliberal sugeridos no Consenso de Washington.

Carcanholo (2010) afirma que a Cepal constituiu uma tradição analítica crítica e original em sua origem, marcada por uma produção teórica econômica de matriz latino-americana, a qual buscava romper com as orientações teórico-normativas oriundas das nações capitalistas centrais, que se mostraram incapazes de interpretar a realidade latino-americana. Apesar de ser uma agência vinculada às Nações Unidas desde sua origem, o que determinou uma orientação teórica ortodoxa desenvolvimentista/industrializante como diretriz de sua produção analítica e normativa, a realidade concreta e singular das economias latino americanas, que cumpriam uma função determinada na chamada Divisão Internacional do Trabalho, orientada pelo referencial teórico das chamadas vantagens comparativas, de David

Ricardo, que se mostraram incapazes de promover desenvolvimento econômico social tal qual ocorria nas nações capitalistas centrais, levou os teóricos da Cepal nos seus primórdios a dedicarem especial atenção ao fenômeno do subdesenvolvimento, com suas características e condicionantes de origem externa.

A percepção de que o fenômeno chamado de subdesenvolvimento não constitui uma etapa rumo ao desenvolvimento, mas sim a condição econômica, política e social dos territórios que historicamente estavam subordinados às economias das nações capitalistas centrais constituem o legado crítico do pensamento da Cepal. Essa abordagem original e crítica que é resultado do estudo inaugural das economias latino-americanas a partir de uma base de dados mais completa, somada ao excepcional corpo técnico reunido na Cepal, que contava com os mais brilhantes economistas latino-americanos, verdadeiramente empenhados na promoção do desenvolvimento econômico, e, sobretudo social, constituem o mérito maior da contribuição desta instituição, que conforme avançou o capitalismo industrial na América Latina, perdeu seu conteúdo crítico e teve que se adaptar às normatizações teóricas ditadas pelas economias capitalistas centrais, que tem no consenso de Washington sua retórica mais atual.

Beatriz Paiva e Nildo Domingos Ouriques em seu texto intitulado **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está do horizonte?** (PAIVA ; OURIQUES, 2006), reconhecem a dependência como o principal fator determinante dos problemas sociais latino-americanos. Eles entendem que a junção da análise marxiana com a perspectiva analítica que reconhece na dependência as causas de nossas mazelas sociais, constitui o momento mais frutífero na elaboração de políticas sociais.

O caráter crítico destas abordagens encaminha para a elaboração de políticas de caráter libertário, como o processo de superação da condição histórica de dependência latino-americana. Essa relação convergente entre duas abordagens críticas constitui, segundo os autores, uma das melhores tradições analíticas capazes de interpretar e sobretudo transformar a realidade latino-americana. Segundo estes autores:

Os modelos teóricos e arranjos institucionais de políticas públicas, que tentam reproduzir o modelo social europeu, malgrado sua inequívoca gênese histórica, serão sempre insuficientes na

explicação e no enfrentamento da questão social nos países latino-americanos (PAIVA ; OURIQUES, 2006, p.166).

Paiva e Ouriques entendem que as políticas sociais representaram um estágio incipiente da luta de classes no contexto de uma sociedade capitalista em transição da fase concorrencial para a fase monopolista no centro capitalista europeu, que através de reivindicações das massas trabalhadoras organizadas, conquistarão a garantia de direitos sociais. Apesar disso, os autores reconhecem que as políticas sociais exercem um papel primordial na reprodução das relações capitalistas, e representam o tecido institucional da dominação político-ideológica burguesa. Assim referem-se ao perigo representado pela cooptação da luta de classes pela lógica das políticas sociais, pois entendem que a contradição inerente ao capitalismo, entre capital e trabalho, necessariamente deve encaminhar a luta pela democracia e cidadania no sentido de superação da forma capitalista de reprodução social.

No caso específico da América Latina, sua condição subordinada na estrutura de poder estabelecida entre os estados nacionais ocasiona uma superexploração do trabalho, e configura um cenário muito mais restrito de conquistas sociais pela via das políticas sociais. Beatriz Paiva, Mirella Rocha e Dilciane Carraro (PAIVA, et al, 2010) citam o estudo clássico de Baran e Sweezy (BARAN e SWEEZY, 1966) , no qual a questão do excedente econômico da produção capitalista e sua utilização aparecem como uma tendência crônica do sistema capitalista de ser incapaz de encontrar indefinidamente possibilidades de investimento devido a escala sempre crescente que é a forma como o modo de produção capitalista se reproduz. Depois de encerradas as possibilidades de investir a excedente econômico gerado pelos lucros da produção industrial em seu território de origem, os capitais se encaminham em busca de novos territórios nos quais possam garantir sua taxa de lucratividade, que apresentam uma tendência à queda na taxa de lucratividade nos centros capitalistas industrializados.

A América Latina se constitui no exemplo maior deste processo histórico de expansão capitalista pela via dos excedentes econômicos dos países centrais. Deve-se aqui salientar que, nos países capitalistas centrais os desajustes sociais e a ocorrência de amplas mobilizações de massa da classe trabalhadora, que colocaram em questão a superação do capitalismo, fizeram com que parte significativa dos

excedentes econômicos fossem revertidos em salário, de forma a fomentar um maior padrão de consumo da classe trabalhadora, e assim espantar do território europeu o que Marx chamou de “espectro do comunismo”. As políticas sociais no capitalismo central, historicamente apresentam esta característica de amortecimento do conflito de classes, como forma de garantia da reprodução da ordem social burguesa, que tem no Estado seu instrumento de legitimação. O excedente econômico desempenha outra função no capitalismo periférico dependente.

Rui Mauro Marini, citado por Paiva (PAIVA et al, 2010), esclarece o fenômeno da dependência em seu texto intitulado **Dialética da dependência** (2000):

(...) entendida como uma relação de subordinação que ocorre entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou constantemente recriadas para assegurar a reprodução ampliada desta condição (PAIVA et al, 2010, p.154).

Segundo Marini (2000), a exploração do trabalho na América Latina contribui para a reversão do problema da queda da tendência da taxa de lucro nos países centrais, em virtude do continente fornecer matéria-prima e gêneros alimentícios a baixo custo para esses países, o que permite aqueles trabalhadores reproduzirem sua força de trabalho com menor custo, viabilizando assim uma diminuição do salário – o que caracteriza, para o capitalista, um aumento na extração da mais-valia relativa (IDEM, p.156).

Segundo Netto (2006), citado por Paiva (PAIVA et al, 2010), a política social tem função de garantir a reprodução da ordem burguesa capitalista, porém esta função não anula a possibilidade de conquistas parciais pela classe trabalhadora, tal qual ocorreu nas nações capitalistas centrais.

Entretanto, apesar desta determinação, a política social não deve ser considerada como decorrência natural do Estado burguês capturado pelo monopólio. Para Netto (2006), esse processo é permanentemente tensionado pela dinâmica das lutas de classe, de modo que as políticas sociais tornam-se “resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessadas por contradições, confrontos e conflitos” (IDEM, p.159).

A apropriação pelo Estado do excedente econômico gerado no ciclo de reprodução do capital pode ser entendida como um foco para a elaboração de políticas sociais que distribuam esse excedente de forma a promover avanços sociais,

historicamente circunscritos na ordem capitalista de reprodução social aos países ditos desenvolvidos.

3.5 UMA REFLEXÃO SOBRE ALIMENTAÇÃO À LUZ DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO. ESBOÇO DE UMA REFLEXÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA CRÍTICA

A alimentação é uma questão irreduzível para a existência humana, e o ato de alimentar-se se constitui em privilegiado objeto de observação, capaz de revelar inúmeras relações que constituem as diversas sociedades, no campo político, econômico, e sociocultural.

A alimentação das sociedades contemporâneas é resultado de um processo histórico-geográfico que remete aos primeiros intercâmbios culturais entre distintos territórios, e conforme a humanidade foi se desenvolvendo, a alimentação das sociedades foi se complexificando e se beneficiando da possibilidade de obter uma diversidade maior de itens alimentares (MAZOYER, 2010; FLANDRIN & MONTANARI, 1998). O controle da produção e dos territórios produtores e fornecedores de gêneros alimentícios sempre foram e são uma questão estratégica em qualquer sociedade que se estude no decorrer do processo histórico. Nessa medida, podemos afirmar que a alimentação se constitui na questão primeira daquilo que se trata na atualidade, com o debate teórico político e econômico em torno do desenvolvimento, pois sem alimentação não há vida possível em sociedade.

Entretanto, deve-se afirmar que na atualidade a centralidade que a questão da alimentação tem para a reprodução das sociedades humanas e, portanto para o desenvolvimento destas, aparece encoberta por uma série de questões que tratam sobre o desenvolvimento, e que aparentemente apresentam a questão do alimentar como se esta só representasse verdadeiramente questão problemática para as sociedades e territórios que se encontram numa condição de atraso institucional, civilizatório e tecnológico, e que, portanto, necessitam de auxílio dos países mais desenvolvidos, que há séculos já superaram o problema da carência alimentar em suas sociedades.

Superada a questão humanitária, que se relaciona com o auxílio aos povos menos desenvolvidos que ainda convivem com o flagelo da fome, a questão em torno do

desenvolvimento trataria da difusão dos avanços dos diversos índices que a ciência econômica utiliza para avaliar o grau de desenvolvimento das sociedades. O que se argumenta aqui é que o atual debate em torno do desenvolvimento é parte de um processo histórico de supremacia econômico-político-cultural, e especialmente militar, que tem no advento da chamada Modernidade seu marco inicial.

Josué de Castro foi o pensador brasileiro que contribuiu com seu livro clássico **Geografia da fome (1957)** para que a questão da fome adquirisse a importância devida e que era ignorada pelo poder estatal. Neste livro, Josué de Castro, médico sanitário de formação, se propõe a investigar as determinações da ocorrência de bolsões de fome e miséria próximos às regiões de alta produtividade agrícola, especialmente em Pernambuco, onde nasceu e completou seus estudos. A repercussão da publicação desta obra levou Josué de Castro a ser considerado uma das maiores autoridades mundial no assunto, e a ocupar cargo de chefia na FAO, órgão das Nações Unidas responsável pela questão da alimentação. Posteriormente, Josué de Castro publicou o livro **Geopolítica da Fome (1957)**, no qual procura dar dimensão global à questão, numa perspectiva fortemente influenciada pela retórica de difusão do desenvolvimento, cuja dimensão crítica ficou limitada pela atuação que exercia nas Nações Unidas. O autor afirma que a industrialização e inserção em mercados seriam formas de aliviar o flagelo da fome, mas o que entendemos é que estes processos historicamente geram fome. Sua proposta de como superar o que ele chama de colonialismo econômico não poderia estar mais afinada com os interesses dos antigos impérios coloniais, que constituíram e até hoje comandam as Nações Unidas.

Com a aplicação da técnica “em formas adequadas e em doses assimiláveis”, é possível obter-se a libertação econômica dessas áreas e sua transformação em zonas de alta produtividade e de pleno emprego, dentro de uma economia mundial em expansão (CASTRO, 1957, p.503-504).

A fome no mundo tem um componente político predominante escondido pela retórica tecnicista. A Modernidade e a divisão internacional do trabalho que ela estabelece são determinantes nas possibilidades de produção agrícola que tem os territórios integrados no circuito de reprodução do capital. A perspectiva crítica de uma geopolítica da alimentação, ainda por desenvolver-se, visa superar esta visão

tecnicista-econômico e mostrar que o capitalismo avança destruindo a vida, ao invés de favorecer seu desenvolvimento.

É a transformação técnica, especialmente no que se refere às técnicas de produção agrícola, que permite ao homem ganhos de produtividade e, portanto geração de excedente. Neste sentido, a Modernidade pode ser entendida como façanha técnica europeia que permitiu o desenvolvimento da sociedade de mercado capitalista, num processo de longuíssima duração. A revolução agrícola que permitiu a substituição do sistema de alqueive (descanso) por uma rotação de cultura, em que o cultivo de forrageiras atendia às necessidades de recuperação da produtividade, e consequente uso sustentado do solo, e posteriormente, o uso de arados de metal, leves suficientes para serem utilizados por um camponês sozinho, em substituição às antigas charruas de madeira, de difícil manejo na sementeira, são conquistas técnicas que se estabeleceram em diferentes regiões e épocas distintas, e permitiram a geração de um excedente que se converteu em crescimento populacional, fomento do comércio e avanço contínuo da utilização de inovações técnicas (MAZOYER, 2010).

O fim do sistema de alqueive, muito além de uma mera modificação técnica, implicou em uma profunda mudança institucional no direito historicamente usufruído de uso comum pelos camponeses das áreas de alqueive (descanso, pousio) para o pasto animal. O cultivo sem alqueive resultou num processo de cercamento da terra, e favoreceu o desenvolvimento de um padrão mais racional e passível de controle por parte do camponês, que assim podia ter um controle maior sobre seu território de cultivo. A resistência maior ou menor a esta inovação técnica e institucional que está relacionada com o enfraquecimento das relações feudais e com o estabelecimento da propriedade rural da terra pode ser percebida pelo fato de que as regiões da Europa que primeiro incorporaram as inovações técnicas da revolução agrícola, foram as mesmas que acumularam o excedente que permitiu o fomento de relações comerciais e a posterior industrialização, em oposição ao atraso técnico e institucional que apresentavam as regiões onde predominava o uso comunal da terra. Deve-se fazer a ressalva que este uso comunal refere-se ao acesso ao recurso da terra por parte de cada camponês individual, e não uma produção coletivista socializada. Nas regiões de uso “comunal” da terra, havia muitos contrastes em relação aos bens (ferramentas, animais e membros da família) de

cada camponês que determinavam sua condição individual no sistema de uso comunal, contrariando o que o termo comunal parece sugerir. É a possibilidade de controle sem interferência do seu espaço de produção que vai permitir os avanços técnicos que o sistema sem alqueive alcançou.

Somente um crescimento de produtividade agrícola pode sustentar uma urbanização e crescimento populacional, e neste sentido a Modernidade é uma façanha técnica que tem início na agricultura, e que vai ditar o ritmo de crescimento populacional, fator fundamental no nascimento do capitalismo e do Estado nacional. A expansão comercial para além das fronteiras europeias introduziu um intercâmbio e fluxo da riqueza produzida pela colonização europeia que ampliava as fronteiras de poder e acesso aos recursos naturais. A exploração da terra para produção agrícola, e a extração do metal necessário para as trocas comerciais em moeda permitem perceber o metabolismo perverso das relações territoriais que constituem a Modernidade. A técnica aplicada ao domínio da natureza pelo homem distingue o grau de poder e competitividade, que envolve sempre uma estrutura social global de um espaço mundial em formação no qual nem todos podem ser protagonistas e socialmente “avançados” ao “estilo europeu”, pois o avanço técnico é o signo da usurpação dos tecnicamente “atrasados”, e da expropriação, pois a Modernidade é expansiva no espaço, ampliando seu território de difusão.

A expansão comercial europeia, que representa o marco inicial da Modernidade, ao promover a inserção forçada de outros territórios no circuito do desenvolvimento econômico europeu, vai configurar um novo cenário alimentar global pelo intercâmbio de gêneros alimentares das diversas regiões colonizadas, e especialmente pela exploração econômica destas terras em benefício do poder colonizador europeu. Ao exercer seu domínio militar sobre os territórios conquistados, os colonizadores europeus vão submeter o território e os povos habitantes originais à produção de artigos alimentares capazes de serem comercializados na Europa.

Este cenário de domínio territorial político-econômico que configurou uma relação subordinada das colônias em relação às metrópoles europeias vai permanecer relativamente inalterado após a Revolução Industrial, e também após o processo de descolonização dos territórios no século XX. As transformações econômicas e políticas acima citadas não alteraram substancialmente a condição desigual do

intercâmbio entre os territórios, e fazem parte de um processo que criou a relação que, na ciência econômica, ficou conhecida como divisão internacional do trabalho (DIT). Essa classificação busca representar o papel que os países desempenham no comércio internacional, cabendo aos países produtores de manufaturas e produtos industrializados, o comércio destes produtos, e aos países menos ou mesmo não industrializados o papel de produtores de produtos primários, em sua maior parte gêneros alimentícios. A teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo é o referencial teórico que justifica até hoje esta relação que conforma a DIT.

Celso Furtado afirma que a produção da ciência econômica parte da premissa não comprovável de que os padrões de consumo dos países que controlaram o processo da expansão comercial e territorial e que ocupam a posição de nações mais industrializadas e desenvolvidas economicamente podem ser difundidos para as nações menos desenvolvidas. A aceitação desta premissa na orientação teórica e nas políticas econômicas que constituem o atual comércio entre Estados-nação seria a comprovação da existência de ideologias que orientam a reprodução da sociedade.

Marx comentou o procedimento metodológico da produção teórica da economia política da seguinte forma:

Trata-se, de representar a produção - veja por exemplo Mill - diferentemente da distribuição, como regida por leis naturais, eternas, independentes da história; e nessa oportunidade insinuam-se dissimuladamente relações burguesas como leis naturais imutáveis, da sociedade In abstrato. Essa é a finalidade mais ou menos de todo o procedimento (MARX, 1996, p. 28).

A forma capitalista de reprodução social, segundo Marx, assim como todas as formas anteriores, tem na produção o fator determinante que vai lhe imprimir as características de sua reprodução, numa relação dialética com as outras esferas que compõem o tecido social, ideológico e institucional.

O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade (...) uma [forma] determinada de produção determina pois, [formas] determinadas de consumo, de distribuição, de trocas, assim como relações determinadas desses diferentes fatores entre si (MARX, 1996, p.38-39).

Para entender as determinações dos fenômenos, a análise marxiana aqui serve com referencial teórico metodológico, nos termos do materialismo histórico e dialético, para compreendermos o processo da Modernidade, e a inserção subordinada da América Latina como fornecedora de produtos alimentares e matérias-primas na economia global que aí se inicia, e que vai configurar a DIT.

Ao ignorar ou naturalizar o mecanismo de exploração que constituiu a realidade histórica do desenvolvimento dos países, a economia rebaixada em seu discurso científico, pode ser entendida como ideologia que justifica uma técnica, representada pelo domínio técnico-político e institucional que permitiu o predomínio do padrão de reprodução social oriundo da expansão comercial europeia e que tem continuidade nas estruturas de dominação política econômica e cultural ajustadas às transformações necessárias e decorrentes da Revolução Industrial e das revoluções burguesas que caracterizam o advento da contemporaneidade.

A questão do excedente populacional como gerador de fome e desagregação social tal como se apresenta em Malthus (1983) sugere que a Europa possui uma incapacidade crônica de alimentar a população residente neste território. Após o evento da epidemia chamada “peste negra”, que dizimou um terço da população europeia, a oferta de carne se tornou maior nas matas comunais, demonstrando que antes deste evento a Europa se encontrava com sua capacidade de alimentar sua população em vias de deterioração (MAZOYER, 2010; FLANDRIN & MONTANARI, 1998).

O fenômeno da expansão comercial representaria a solução para uma necessidade de adquirir recursos alimentares suficientes. A difusão dos arroteamentos de terras pelos senhores feudais tinha reduzido a extensão das florestas europeias, com diminuição da oferta de caça como fonte de nutrição, levando à medidas legais de uso exclusivo do direito de caça em benefício dos setores da nobreza feudal, sendo o seu desrespeito punido com a morte. A extinção do lendário auroque na Idade Média - espécie de bovino selvagem de grande porte difundido por toda Europa e Ásia, consumido como caça desde a pré-história e que deu origem ao boi doméstico- o quase desaparecimento de cervos e outros mamíferos de grande porte, tais como o urso, que também eram apreciados como caça, sinaliza uma tendência da biodiversidade europeia de ser incapaz de suprir desejos e necessidades nutricionais. O processo de expansão colonial permitiu a inserção na

dieta europeia de produtos que se tornaram essenciais na nutrição do colonizador, variando a sua importância de acordo com preferências de ordem cultural, mas sempre com uma tendência de consumo crescente de produtos alimentares provenientes das regiões tropicais (FLANDRIN & MONTANARI, 1998).

O exemplo do peru, de origem mexicana e imediatamente difundido por toda Europa demonstra a importância dos gêneros tropicais na transformação da dieta europeia. Sabe-se que durante o período anterior ao mercantilismo o consumo de galinhas era pequeno, pois os servos tinham entre suas obrigações um fornecimento excessivo de ovos ao suserano (senhor feudal). Antes da difusão do peru e das galinhas tropicais, os nobres europeus satisfaziam seu desejo de consumo conspícuo (sofisticado) se alimentando de aves como a cegonha e a garça - como deixaram registros nas telas que retratavam as feiras e mesas medievais- que após a difusão das aves tropicais passaram a ser consideradas imprestáveis ao paladar europeu. Tomando como exemplo as bebidas, o consumo de chocolate (proveniente do cacau), café, e chá alcançaram ampla difusão na sociedade europeia, mobilizando grandes recursos territoriais tropicais para atender este consumo. O açúcar amplamente difundido e associado ao consumo das bebidas tropicais alcançou patamares de consumo que excedem atualmente as recomendações da ciência médica e nutricional.

As estruturas sociais dos territórios que produziam os artigos que alimentavam o consumo de gêneros de origem tropical na Europa foram constituídas para atender a lógica de expansão econômica ocidental. Os povos originários das terras colonizadas tiveram que se submeter ao domínio europeu. A estrutura de divisão e ocupação da terra foi a empresa latifundiária voltada para exportação, sendo o comércio interno pouco estimulado, e objeto de muitas políticas restritivas por parte dos centros colonizadores.

Tomando como referência a importância estratégica do controle de territórios produtores de artigos alimentares que se tornaram essenciais na dieta europeia, e o papel regulador das estruturas sociais em formação nas colônias, desempenhados pelas governanças territoriais dos centros colonizadores na fase mercantilista da história, podemos afirmar que a questão alimentar está na origem, e continua intimamente relacionada com as relações de autossuficiência e soberania alimentar,

e, portanto questão de primeira ordem em qualquer debate que se pretenda ético sobre a questão do desenvolvimento.

Na fase histórica pós Revolução Industrial, em que o sistema econômico capitalista se estabeleceu como forma hegemônica de reprodução social, legitimado pelo Estado-nação, como forma de governança territorial associado, como garantidor das relações econômicas capitalistas globais, muitos países industrializados não produzem diversos artigos alimentares que consomem, pois a especialização na produção de artigos industrializados, mais valorizados de que os artigos nutricionais lhes garantem um intercâmbio comercial favorável e mais economicamente eficiente através da importação de produtos alimentares.

Esse mecanismo de interação econômica que constitui a realidade histórica das relações que constituíram a sociedade global economicamente integrada tem na teoria econômica das vantagens comparativas de David Ricardo (1983) sua justificação teórica. Essa teoria defende que os países e territórios obteriam vantagens econômicas ao se especializar na produção de artigos que não concorressem com territórios mais especializados em sua produção. Seguindo a lógica deste raciocínio os territórios que não produziam artigos manufaturados ou industriais com mais valoração econômica, deveriam aceitar *ad infinitum* a condição de produtores de mercadorias com menos capacidade de agregar valor nas transações comerciais. Nesse sentido podemos afirmar que a base da economia política é o alimento. A partir do alimento se constitui o valor econômico e a sua relação de equivalência com os produtos manufaturados e industriais.

A doutrina das vantagens comparativas encobre o elemento histórico-político que configurou a divisão internacional do trabalho na qual os países ocupam sua posição de acordo com seu estágio de desenvolvimento econômico. O que não se tem em conta é que a desigualdade entre as nações capitalistas mais avançadas, e as nações chamadas “subdesenvolvidas”, é o processo de domínio militar e exploração econômica que determinou as posições que os países e territórios vão ocupar no conjunto desigual que é o comércio internacional global.

A historiografia não deixa dúvidas de que o processo de configuração dos Estados-nação modernos é o resultado dos processos sociais necessários para manter a estrutura de poder garantidora das relações econômicas que o centro capitalista em

formação, especialmente a Inglaterra, exercia sobre os territórios que vão constituir os países da periferia do sistema capitalista. Sem a exploração colonial europeia seria impossível o desenvolvimento econômico capitalista da Europa, e posteriormente nos Estados Unidos, como centro difusor. O processo de transição da fase mercantilista para um período capitalista que se estabeleceu pós Revolução Industrial, foi chamado por Karl Marx de acumulação primitiva do capital (MARX, 1988, p.251-284).

Pierre Salama, ex-orientando de Celso Furtado, em sua obra **O Estado superdesenvolvido** expressou bem esta relação que constituiu a economia mundial:

A economia mundial é composta de nações e se dá no seio destas nações, de Estados. Uma dessas partes – comumente chamada de “centro” – é composta por Estados-Nação desenvolvidos; uma outra, por Estados-nação subdesenvolvidos, sendo qualificada como “periferia”. Nenhuma dessas partes é homogênea. Existem relações de dominação no seio de centro entre as economias desenvolvidas e no interior da periferia entre economias subdesenvolvidas. O que as qualifica como desenvolvidas ou subdesenvolvidas reside nas diferentes condições de emergência da acumulação, e, sobretudo hoje, nos diferentes efeitos dessa acumulação, segundo o pólo onde se realiza (...). O estudo da evolução de cada uma dessas partes não pode ser feito separadamente do estudo do conjunto. Uma age sobre a outra e determina as modalidades novas de expansão através do todo: a economia mundial (SALAMA, 1983, p.39-40).

Celso Furtado analisa em seu texto intitulado **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento** (BIELCHOWISKY, 2000) as determinações históricas que possibilitam o desenvolvimento e o processo social que veio a ser conhecido na teoria econômica como subdesenvolvimento, esclarecendo não tratar-se de uma etapa inicial pelo qual passaram as nações capitalistas mais avançadas, mas sim de um processo resultante da inserção subordinada dos países no circuito de expansão comercial das nações ditas desenvolvidas, de modo que estas economias não podem alcançar a condição de desenvolvimento tal qual ocorreu nas nações capitalistas desenvolvidas, visto que estão enredadas como territórios economicamente subordinados e com uma função a desempenhar na chamada divisão internacional do trabalho.

3.5.1 A HETERODOXIA ECONÔMICA. QUESTIONAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES PARA UM FUTURO POSSÍVEL

David Harvey comenta a defasagem interpretativa que a economia política acumulou entre o período em que teorizava o capitalismo industrial em expansão, e o período atual, em que grandes crises econômicas, como a crise mundial de 2008 podem causar assombro aos teóricos da ciência econômica que foram incapazes de perceber a emergência de fenômeno desta magnitude. Ele afirma que:

Nos primeiros anos do capitalismo, economistas políticos de todos os matizes se esforçaram para entender esses fluxos, e uma apreciação crítica de como o capitalismo funciona começou a emergir. Mas nos últimos tempos nos afastamos do exercício desse tipo de compreensão crítica. Em vez disso, construímos modelos matemáticos sofisticados, analisamos dados sem fim, investigamos planilhas, dissecamos os detalhes e enterramos qualquer concepção do caráter sistêmico do fluxo de capital sob um monte de papéis, relatórios e previsões (HARVEY, 2011, p.7).

Celso Furtado apontou para o caráter sistêmico integrado que a economia capitalista global apresentava na qual a exploração dos recursos e os processos produtivos eram determinados pela dinâmica de reprodução capitalista que tem seu ritmo de difusão emanado dos centros mais desenvolvidos. O autor afirmava que as nações mais industrializadas, em especial os Estados Unidos, apresentavam uma tendência crônica a se tornarem cada vez mais dependentes dos recursos minerais, e produtos primários e alimentares para manter sua produção nos patamares condizentes com o crescimento econômico, considerado condição indispensável para o desenvolvimento econômico (FURTADO, 1974).

O funcionamento desta relação desigual de intercâmbio entre países que constitui o comércio internacional vai colocar os territórios das nações menos industrializadas na função de produzir alimentos e matérias-primas para atender o crescimento dos centros capitalistas industriais sempre em expansão. O fato dos produtos primários alimentares apresentarem uma tendência à desvalorização em relação aos produtos industrializados vai submeter os territórios das nações ricas em biodiversidade e recursos minerais à exploração destes recursos de acordo com as necessidades de expansão da produção que atenda aos interesses das nações capitalistas industrializadas (FURTADO, 1974; ALTVATER, 1995). Esse processo vai gerar

danos ambientais irreversíveis nos territórios de extração mineral e de expansão da fronteira agrícola.

Refiro-me ao predatório do processo de civilização, particularmente da variante desse processo engendrada pela Revolução Industrial. A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação do valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico. O economista limita seu campo de observação a processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico (FURTADO, 1974, p.17).

A constituição do valor e o papel do alimento na constituição deste são fundamentais para a compreensão do mecanismo de exploração no comércio internacional. A garantia de uma cesta barata de alimentação que pudesse garantir ao trabalhador industrial uma parcela significativa de sua renda para o consumo dos artigos industrializados foi questão central e irrefutável das políticas de Estado do período de expansão da civilização capitalista industrial. (ABRAMOVAY, 1992, p.222) Essa cesta barata de alimentos só se tornou possível pela exploração econômica de territórios tropicais.

O cenário econômico atual em que as empresas multinacionais e os grandes conglomerados econômicos possuem grande capacidade de alocação de recursos e de organização da produção com bastante autonomia frente aos poderes reguladores dos Estados nacionais, atende aos interesses estratégicos das nações mais industrializadas, ao garantir o abastecimento dos recursos necessários, e também especialmente em função do trabalho ser bem menos remunerado na periferia do capitalismo do que no centro.

Ao poder transferir e fragmentar sua produção para os países menos industrializados e se aproveitar dos baixos salários em relação ao centro, as empresas garantem margens maiores de lucros, que podem ser transferidas para suas nações originárias, contornando o problema da relação capital/trabalho que em função das conquistas sociais trabalhistas do chamado *welfare state* pós Segunda Guerra Mundial diminuíram a fração da riqueza nacional em poder do capital, em favor da renda da classe trabalhadora. O processo de empoderamento das empresas multinacionais representantes do capital oriundo das nações mais industrializadas frente aos poderes dos estados nacionais demandantes de investimentos criaram as condições do novo ciclo de crescimento da acumulação de

capital, pós-crise dos anos 70, que marcou o fim da “era de ouro” e marcou o período de emergência do neoliberalismo econômico, que no seu discurso apologético vai receber a denominação de globalização (HARVEY, 2011; 2013).

Nesta nova fase de expansão do capital, o financiamento da industrialização das nações periféricas, vai criar seu endividamento que se mantém como forma atual de exploração das nações mais desenvolvidas, de onde provem os capitais que financiam estes investimentos. A fase de expansão da doutrina neoliberal apresenta esta característica do montante da riqueza global ser cada vez mais representado por esse capital fictício das dívidas e empréstimos que sobrecarregam as economias periféricas com o serviço da dívida em detrimento de investimentos sociais, e de que grande parte da riqueza mundial na atualidade é representada pela multiplicação de encargos financeiros que acabam por superexplorar as nações endividadas que tem suas economias e territórios cada vez mais vulneráveis aos capitais das nações credoras. As diretrizes do comércio internacional criam um cenário político no qual os países produtores de matérias-primas e *commodities* alimentares direcionam sua produção para atender ao mercado internacional como meio para saldar suas dívidas, em detrimento da produção voltada para alimentar sua população (FURTADO, 1974; ALTVATER, 1995). Isso se relaciona com a estrutura latifundiária de distribuição da propriedade da terra nas nações ditas menos desenvolvidas, que tem seu território economicamente direcionado para atender mercados externos, e que a história da ocupação territorial e desenvolvimento econômico brasileiro serve como exemplo do que aqui se afirma.

O economista brasileiro Guilherme Delgado (1985), ao referir-se ao processo brasileiro de incorporação de maquinaria e insumos químicos na produção agropecuária hegemonicamente voltada para exportação, no esteio da difusão da revolução verde, chamou este processo de **modernização conservadora**, pois mantinha e até reforçava a condição histórica concentrada latifundiária de nossa estrutura de propriedade da terra, e gerava desajustes sociais, tais como fome e êxodo rural. Estes desajustes não foram adequadamente tratados pelo Estado brasileiro, comprometido no plano político-ideológico com o financiamento do aporte tecnológico da revolução verde, num contexto de regime militar fortemente atrelado à política externa dos Estados Unidos. A constituição dos Complexos Agroindustriais visava atender uma ampliação da produção agropecuária para necessidades do

mercado internacional, com incorporação da tecnologia à produção sem promoção de melhorias das condições sociais da coletividade nacional (DELGADO,1985).

José Eli da Veiga em seu livro **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI(2008)** ao tratar da trajetória histórica da elaboração de índices pra medir o desenvolvimento, sustenta a necessidade de índices mais complexos que levem em comparação mais aspectos da realidade social, sendo importante o cruzamento e olhar crítico sobre o que os índices expressam. A busca por índices adequados para dimensionar o desenvolvimento, que transcendam uma mera quantitativação econômica, e considerem aspectos ambientais e sócio culturais levou à crítica do PIB (Produto Interno Bruto) como índice para auferir o desenvolvimento de um país, e à elaboração do IDH(Índice de Desenvolvimento Humano) pelas Nações Unidas, numa tentativa de melhor dimensionar o desenvolvimento. Este índice leva em consideração fatores como a expectativa de vida e a escolaridade, mas apresenta também limitações, pois, ao usar o PIB como referência, encobre a diferença entre padrões de consumo dos países, usando o dólar como base para medir o PIB, distintamente valorizado entre as economias mundiais, além de países mais pobres terem uma parcela significativa de sua reprodução social determinada por relações não-monetarizadas. O PIB ainda tende a encobrir as desigualdades regionais, quando expressado em sua média nacional. O caso brasileiro é um exemplo disto, pois sendo um dos países com maior concentração de renda no mundo, a média e classificação que sugere o PIB, impede que se estabeleça um padrão de comparação com países nos quais a distribuição de renda é mais equitativa.

A questão da finitude dos recursos naturais, base de qualquer modelo de reprodução social, não foi incorporada com a devida importância na agenda política, embora seja crescente o número de estudos que atentem para este aspecto incontornável da reflexão sobre o desenvolvimento. Esse ponto de vista crítico do desenvolvimento, que necessariamente se relaciona com a necessidade constante de expansão que o ciclo do capital apresenta, impõe a necessidade de abordagens analíticas que respondam aos problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais que a ortodoxia econômica apologética do desenvolvimento não foi capaz de responder satisfatoriamente.

A Conferência de Estocolmo em 1972, e a do Rio de Janeiro em 1992 (Cúpula da Terra), e em 2002 (Rio+20), representam marcos na tentativa de se alcançar uma

regulação mais eficientes na gestão e preservação dos recursos da biodiversidade global, que são a base territorial da expansão da fronteira agrícola, no âmbito da esfera de atuação das Nações Unidas. O fato dos países mais industrializados, ditos desenvolvidos, serem os maiores poluidores e consumidores de recursos da biodiversidade deixa claro as dificuldades que a questão ambiental e alimentar tem que superar.

Elmar Altvater no seu livro intitulado **O preço da riqueza** (1995) refere-se ao caráter destrutivo dos recursos naturais que o desenvolvimento econômico apresenta nas nações industrializadas. O autor afirma que o padrão de consumo energético e de mercadorias destes países é impossível de ser universalizado, pois o desenvolvimento ocorre numa relação recíproca com o meio ambiente, e que uma vez utilizados, os recursos naturais não são renováveis. Além disto, os rejeitos provenientes das atividades industriais necessitam de espaços para sua deposição final, o que impossibilita o crescimento ininterrupto das atividades industriais.

O autor afirma também que o desenvolvimento, tradicionalmente medido pelo PIB (Produto Interno Bruto), e pela renda per capita de cada país, encobre o fato de que o crescimento econômico tem mostrado como resultado histórico a concentração da riqueza e o aumento do número de pobres em escala global. O crescimento econômico da ordem de 3% ao ano, apontado como parâmetro de desenvolvimento desejável desde o Relatório Brundtland em 1987, elaborado pelo Clube de Roma, representante dos países capitalistas industriais, se mostra cada vez mais difícil de ser alcançado. Altvater salienta que mesmo que todos os países alcancem esta meta, a mesma será impossível em médio prazo, dada a base finita dos recursos naturais que são a base que mantém as atividades industriais. Esse crescimento tenderia a aprofundar as desigualdades na distribuição da riqueza global, pois 3% de crescimento representa um aporte de 595 dólares ao ano por cidadão americano, e apenas 3,60 dólares por “cidadão” da Etiópia⁶.

Altvater ainda afirma que mesmo um crescimento estático de zero por cento, apontado por muitos ecologistas como solução para os problemas ambientais, já

⁶ Dados referentes ao ano de publicação do Relatório Brundtland.

representa um aporte de matérias-primas e energia incapaz de se sustentar em médio prazo, dado o atual nível de consumo energético global. Nas suas palavras:

Portanto, quem pretende se ocupar hoje da dinâmica de desenvolvimento econômico no futuro precisa levar em conta as condições iniciais e de contexto para o crescimento e o desenvolvimento produzidas no passado, e que são atualmente dominantes. Assim, o desenvolvimento não ocorre num laboratório atemporal e independente de sua localização, mas num espaço natural e social, e em épocas históricas (ALTVATER, 1995, p. 22).

E mais:

Portanto, o problema não reside na dimensão dos coeficientes de crescimento econômico, mas no modo de regulação do “metabolismo”, da troca material entre natureza, indivíduo e sociedade (IDEM, p.30).

A questão do aquecimento global é respondida pela ortodoxia econômica, segundo Celso Furtado (1974), com a convicção de que o progresso tecnológico superará os atuais problemas ambientais decorrentes da industrialização. Essa perspectiva sobre a questão ambiental foi tratada por Joan Martínez Alier em seu livro intitulado **Ecologismo dos Pobres** (2009), como o credo da ecoeficiência, que argumenta que as tecnologias futuras vão promover um melhor aproveitamento e gestão dos recursos ambientais e alimentares. Outras duas abordagens por ele apontadas são a de *culto ao silvestre*, que defende uma perspectiva mais radical no sentido de garantir os territórios preservados de qualquer intervenção humana, e a perspectiva do *movimento por justiça ambiental* ou *ecologismo dos pobres*, que argumenta que as formas tradicionais de uso e gestão dos recursos ambientais e alimentares são mais garantidoras e eficientes na preservação ambiental do que as técnicas difundidas pós-Revolução Industrial, e pós-revolução verde, alcunha recebida pelo processo de incorporação de maquinaria associado à utilização dos insumos químicos na produção de alimentos, que acaba por gerar concentração de terras nas mãos dos capitalistas agrários, êxodo rural, poluição do meio ambiente pelo uso de agrotóxicos, e perda da biodiversidade pela *standardização* das variedades selecionadas para a produção das *commodities* agrícolas (MAZOYER, 2010).

Segundo Joan Alier, **O ecologismo dos pobres** tem a intenção de estabelecer dois campos de estudo emergentes que ele chama de economia ecológica e ecologia política. A primeira é constituída por economistas que levam a natureza em consideração de forma diferente da economia ortodoxa, que a entende

exclusivamente como aporte de recursos. A ecologia política trata dos conflitos ecológicos distributivos, causados de maneira geral pela expansão das atividades econômicas. A afirmação de que crescimento econômico seja um meio de se obter melhores condições de vida é um dos temas mais tratados pela ecologia política. Segundo Alier, as correntes econômicas tradicionais buscando se referenciar nas afirmações expressas em modelos inspirados pela “Curva de Kuznets”⁷, de que o crescimento econômico elevaria o padrão de vida dos ricos e dos pobres carecem de evidência empírica.

Uma questão da maior relevância apontada por Celso Furtado trata dos índices de crescimento recomendados pela ortodoxia econômica, salientando que um mesmo índice apresentado por economias de diferentes dimensões tem como resultado o aumento da riqueza concentrado na economia de maior dimensão, pois nesta o montante de renda por habitante já é superior desde o início da fase capitalista. A observação de que as economias centrais apresentaram um índice de crescimento mais elevado do que as nações periféricas, demonstra, segundo Furtado, a condição diferenciada que caracteriza a inserção dos países periféricos no contexto das nações desenvolvidas. Pelo fato do desenvolvimento na periferia não ser um processo social autônomo, e sim resultado de um mimetismo cultural dos processos desenvolvidos nas nações capitalistas centrais, o desenvolvimento na periferia se vê restrito a uma minoria capaz de reproduzir os padrões de consumo dos países centrais (FURTADO, 1974).

O que a história pode comprovar é que o crescimento econômico tende a aumentar a concentração de riqueza (PIKETTY, 2014), e, além disto, que uma mesma taxa de crescimento entre ricos e pobres só aumenta a distância entre o valor da riqueza possuído por ricos e pobres em favor dos ricos.

Os povos menos consumistas, dos países ditos menos desenvolvidos, cada vez mais raros, apresentariam um consumo energético muito menor do que os ditos desenvolvidos, e uma “pegada ecológica” como índice que mede o consumo e aporte de energia (ALIER, 2011) que teoricamente tem suporte em seu território. Na

⁷ Esta interpretação de autoria do economista que lhe dá nome argumenta que nos ciclos ascendentes de crescimento econômico, toda a coletividade é beneficiada pelo crescimento, tal qual o movimento das mares que afeta de forma igual todas as embarcações.

prática, porém, não se realiza isto, pois o desenvolvimento orientado pelas nações tecnicamente mais avançadas impõe um padrão de consumo a estes povos semelhante aos que apresentam uma pegada ecológica insustentável, o que caracteriza o que Joan Alier chama de intercâmbio ecologicamente desigual.

Ao fazer a crítica ao caráter destrutivo do meio ambiente, e ao destacar a incapacidade do planeta sustentar o desenvolvimento apresentado pela retórica econômica ortodoxa, Celso Furtado pode ser considerado como um precursor da economia ecológica. A possibilidade de entender a economia como um sistema fechado global a partir do momento em que se tem um levantamento preciso da finitude dos recursos naturais, contradiz o modelo da economia como um sistema aberto, que pode alocar recursos de outros territórios. A integração econômica global revela a incapacidade de apropriação dos recursos naturais por todos os homens e nações dentro dos padrões vigentes nas economias centrais, e assim desmistifica as fórmulas de desenvolvimento que o centro tradicionalmente recomenda à periferia.

Dito isto, deve-se fazer menção honrosa a este pensador brasileiro, que dado a importância que o Brasil tem a ocupar no que se chama aqui de geopolítica da sustentabilidade, - e digo aqui tem, no sentido de que nossos recursos ambientais alimentares nos qualificam como necessários portadores responsáveis pela gestão e governança do incalculável patrimônio genético que constitui nossa biodiversidade, mas que não o assumimos ainda, pois o processo histórico de inserção do Brasil na chamada Modernidade não nos permitiu ser protagonistas na história de nossa configuração territorial. Celso Furtado afirmou que só existe verdadeiro desenvolvimento se este estiver atrelado a um projeto social subjacente (FURTADO, 2002). Nesse sentido sua produção teórica se constitui em fundamental referencia para o pesquisador comprometido com a promoção do desenvolvimento social-econômico, em oposição aos pensadores ideólogos do desenvolvimento econômico-social, representados pela produção teórica econômica de matriz neoclássica inspirada em Smith e Ricardo, e que atualmente se reproduzem na produção teórica apologética do neoliberalismo e globalização econômica, justificados atualmente pelas diretrizes econômicas do chamado Consenso de Washington.

Celso Furtado é relativamente ignorado pelo *stabilishment* acadêmico hegemonicamente representante da ideologia capitalista, atualmente de feição dita

neoliberal, que se observa nas universidades brasileiras. A despeito disto, aqui se afirma seu papel fundante na perspectiva econômico-social analítica crítica. As questões apresentadas ao longo de sua extensa produção teórica são originais, no que se refere ao debate atual em torno do desenvolvimento e da sustentabilidade, e servem como referência para a crítica da atual forma capitalista de reprodução social, que se apresenta como insustentável a médio e longo prazo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desta pesquisa ao tratar da produção do espaço mundial por meio de uma crítica dirigida à expansão da Modernidade capitalista que se estabeleceu de forma hegemônica enfocando o processo histórico de longa duração de institucionalização do Estado nacional moderno, correlato à institucionalização do modo de produção capitalista, e de fazer uma crítica ao desenvolvimento econômico como ideia-força que justifica na atualidade a expansão continuada da Modernidade capitalista é estabelecer uma análise deste processo, retomando a argumentação de autores que tratam dos temas abordados na pesquisa para subsidiar uma abordagem crítica deste processo de alcance global.

A elaboração de apontamentos conclusivos que possam contribuir com a construção do processo de crítica e possível superação da Modernidade que configurou o espaço mundial que vivenciamos atualmente é algo que a reflexão crítica não pode se furtar, mas sempre tendo em vista que se trata de um exercício de pensar o novo, e que, portanto, as formas histórico-geográficas alternativas que se proponham sugerir são indeterminadas com relação às suas possibilidades de efetivação histórica.

A elaboração de mecanismos institucionais que possam encaminhar uma distribuição da riqueza global, que tende a concentrar-se na atual fase neoliberal da história é um passo absolutamente necessário. A elaboração de uma legislação ambiental que promova um uso mais adequado dos recursos naturais e minerais em via de esgotamento são questões que passam pela intermediação do Estado nacional como instância legitimadora destas questões da maior relevância para a humanidade. Portanto temos que afirmar que o Estado nacional se constitui em instância de poder que deve mediatizar possíveis transformações sociais de âmbito global que possam reverter às tendências deletérias de concentração de riqueza e uso desigual dos recursos que caracterizam a Modernidade. Visto o poder de monopólio do uso da força coercitiva e militar atribuído ao Estado nacional, e as desigualdades econômicas e políticas que diferenciam os Estados nacionais na atualidade, obviamente uma transição para formas institucionais que superem as desigualdades sociais engendradas pela expansão da Modernidade é questão de alta complexidade no que se refere às elaborações de propostas de mudança

plausíveis de efetivação. O Estado nacional apresenta-se assim como ator privilegiado e cenário de disputa de poder pela elaboração de leis que encaminham à construção do futuro próximo em escala global.

Por mais que o Estado nacional seja uma instituição difusora da Modernidade, podemos afirmar também que o Estado nacional é necessariamente um instrumento pelo qual a constituição de novas formas de sociabilidade podem ser institucionalizadas pela elaboração de legislação que refere essas formas de sociabilidade que podem surgir. Existe um campo de disputa pela hegemonia do poder político que o Estado nacional representa. Mesmo sendo capitalista, o Estado nacional é permeável à elaboração de novas formas de sociabilidade, que antes de se estabelecerem tem que conquistar sua legitimação nos parlamentos e demais instâncias que legislam as regras de reprodução social.

Nos países difusores da Modernidade, e, portanto seus maiores beneficiários, os trabalhadores conquistaram direitos sociais por meio de legislação que lhes propiciou uma fração maior do excedente gerado pela reprodução ampliada do capital. O chamado *welfare state* é o resultado de um melhor equilíbrio na distribuição da riqueza entre burgueses e trabalhadores, mediado pela intervenção do Estado. Independente da existência de uma alternativa política representada pelos sistemas políticos de orientação socialista ter servido em certa medida como motivadores para elaboração das políticas sociais que constituíram o *welfare state*, o que afirmamos também é que estas políticas foram em grande medida resultado das aspirações e reivindicações dos trabalhadores por uma vida mais digna, e esta experiência histórica demonstra que o Estado nacional moderno é permeável a transformações sociais pela via democrática.

Além da estrutura hegemônica de reprodução social capitalista existem sujeitos históricos não hegemônicos atuando nesta estrutura, que está em constante transformação pela ação dos homens que dela participam. O protagonismo dos trabalhadores na esfera político-econômica é o que pode conduzir à elaboração de formas sociais novas que atuem sobre o Estado nacional e o transformem em algo melhor. Obviamente que os trabalhadores explorados pelo capital têm a enfrentar um campo de forças hegemônico representado pelos interesses contrários de

acumulação e concentração que tem nos burgueses rentistas proprietários dos meios de produção seus antagonistas.

As empresas transnacionais apresentam atualmente uma capacidade de exploração do trabalho e dos recursos naturais em escala global que transcende as limitações dos Estados nacionais de regularem seus interesses de acumulação, o que ocasiona uma tendência à maior concentração da riqueza e uso dos recursos naturais por parte das nações capitalistas difusoras da Modernidade que tem em seu território a origem deste capital transnacionalizado pelas empresas, o que acaba por reproduzir em grande parte na atualidade as características do sistema de exploração colonial do período do advento da Modernidade.

Os trabalhadores que vivem nos países receptores da Modernidade tem um obstáculo muito maior a enfrentar, pois suas sociedades nacionais estão inseridas numa divisão internacional do trabalho que lhe confere função subordinada na estrutura de reprodução global do capital. Além da exploração do seu trabalho em âmbito nacional, estes trabalhadores estão subordinados ao mecanismo de exploração e transferência de riqueza entre territórios que caracteriza a Modernidade.

Assim sendo, na periferia da Modernidade as estruturas de dominação político-econômicas, e especialmente cultural são um obstáculo que os trabalhadores superexplorados tem que enfrentar. Mas, esta condição adversa também permite que se argumente que na periferia da Modernidade a insurgência contra a exploração do trabalho e dos recursos naturais é mais latente de efetivação. Cabe aos trabalhadores assumirem o protagonismo na construção de novas formas de sociabilidade mais justas e adequadas às suas necessidades e aspirações.

Apesar de o Estado nacional na periferia da Modernidade estar numa condição subordinada aos interesses de reprodução do capital que efetivam a divisão internacional do trabalho, suas sociedades tem relativa autonomia para avançarem rumo a uma posição menos subordinada nesta estrutura global de poder. Nesta difícil tarefa também compete aos trabalhadores o protagonismo necessário para que ocorram mudanças que podem se efetivar tendo o Estado nacional como necessário agente mediador.

A constituição do regime alimentar globalizado atual, que obedece às preferências e ao poder de consumo, sem as limitações impostas em épocas anteriores pelo transporte, conservação e disponibilidade ambiental para sua produção é o resultado do processo histórico que se inicia com o advento da Modernidade. A supremacia técnica, político-econômica e cultural que resultou do processo de expansão econômica europeia permitiu que alimentos mais eficientes no que se refere à produtividade e a adaptabilidade climática, de origem especialmente tropical, fossem difundidos e incorporados à dieta do europeu e fossem difundidos em escala global. Este processo engendrou a subordinação dos territórios fornecedores destes recursos alimentares aos interesses político-econômicos dos agentes difusores da Modernidade.

O caráter destrutivo aos recursos naturais e desagregador das relações sociais dos territórios que foram incorporados à expansão econômica europeia é ignorado tradicionalmente pela economia política, que na sua versão ortodoxa hegemônica se limita a prescrever e difundir o desenvolvimento tal qual ele se processou nas nações capitalistas mais desenvolvidas. A impossibilidade de difusão universal dos padrões de consumo das nações mais industrializadas é tema recente, e circunscrito à heterodoxia econômica. A questão dos impactos ambientais irreversíveis causados pelo desenvolvimento econômico, e o fato comprovado de que o crescimento econômico do último século acentuou a concentração da riqueza mundial, causando fome e desagregação social, coloca a necessidade imperiosa de um novo padrão de reprodução social, e de uma redefinição crítica daquilo que se entende como desenvolvimento.

É necessário requalificar no plano teórico e prático o que se entende por desenvolvimento na atualidade, superando suas interpretações de feição economicista. O desenvolvimento deve assumir um caráter mais inclusivo e socialmente promotor de equidade social. O crescimento econômico *ad infinitum* é algo impossível de se efetivar num futuro próximo dado a base finita de recursos naturais em via de esgotamento que historicamente sustentou o desenvolvimento econômico na fase industrial da história, especialmente no século XX, baseada na utilização de recursos energéticos fósseis não renováveis.

Mesmo sendo um termo que tenha passado por uma apropriação política de natureza economicista a justificar a reprodução do capital a partir da segunda metade do século XX, por meio de uma associação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento, o desenvolvimento é mais do que mero crescimento econômico. O desenvolvimento é algo inerente aos processos naturais e sociais, e podemos afirmar no que se refere aos processos sociais que pode ocorrer desenvolvimento com resultados positivos e negativos para as sociedades que se desenvolvem, e que pode também ocorrer desenvolvimento que beneficie poucos e prejudique muitos, como a história pode testemunhar. É necessária uma mudança de natureza política para que o desenvolvimento possa ser um processo que resulte em práticas sociais em benefício da coletividade social em escala global, superando sua fase de apropriação ideológica a serviço da expansão da reprodução social capitalista conforme ele foi apropriado sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial.

A crítica ao desenvolvimento tendo como referência analítica o consumo de energia e a oferta de matérias primas e recursos energéticos não deixa nenhuma dúvida sobre o caráter expropriador e exploratório do desenvolvimento historicamente vivenciado. A elaboração de diversos índices que quantificam em termos energéticos e territoriais a utilização dos recursos mostram de forma clara que as nações ditas mais desenvolvidas tem em seu metabolismo social, a necessidade crônica de fornecimento de recursos externos ao seu território, ou seja, os países ditos desenvolvidos são insustentáveis em sua reprodução sem exploração de recursos externos. Esta percepção tem o mérito de desmistificar o desenvolvimento, e coloca a questão de como a humanidade vai compartilhar os recursos naturais e energéticos num cenário futuro de evidente inexistência das fontes de energia que sustentaram o desenvolvimento da era industrial.

Poderão as tecnologias futuras fornecer a energia que nossos descendentes necessitarão? Temos o direito ético de continuar consumindo os biomas de forma a destruí-los? As respostas a estas questões incontornáveis ao desenvolvimento humano são temas praticamente inexplorados num período de consumismo irrefletido que ainda vivemos, em que os ditos menos desenvolvidos, conforme se desenvolvem sonham com um padrão de consumo que é a cada dia menos possível, e encaminham a humanidade para uma necessária reforma das instituições que produzem a reprodução social numa direção necessária de uso

sustentável dos recursos, sob risco evidente de proliferação de espaços de exclusão e violência em escala global.

A emergência de uma humanidade pós-crescimento, sustentada em um padrão de reprodução social, ou sociabilidade compatível com a preservação necessária do meio ambiente global, só será possível quando os valores necessários para esta futura humanidade - que terá que passar por uma verdadeira revolução em seus padrões de produção, consumo e forma de acesso aos recursos naturais – forem uma realidade com mais substância do que a retórica apologética alienante do crescimento econômico destruidor do meio ambiente e promotor de desigualdades crescentes, vigente em nossos dias de neoliberalismo econômico.

A criação de sistemas políticos alternativos à ordem social vigente, que ensejem uma participação do Estado nacional como um agente capaz de mediar os conflitos sociais de forma a promover uma sociabilidade mais benéfica a todos os homens, ou mesmo a superação deste Estado nacional como forma histórica de governança política, são questões passíveis de reflexão e elaboração teórica, mas que fogem à pretensão de serem elaboradas de forma definitiva ou mesmo assertiva no âmbito desta pesquisa. A reflexão que encaminhou o desenvolvimento da pesquisa deixou claro, dentro da perspectiva que adotamos, que a Modernidade merece a adjetivação crítica de bárbara, pois ela se reproduz em favor dos seus agentes difusores, e por isso devemos fazer uma crítica que vise sua superação histórico-geográfica.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, S.P. Editora da UNICAMP, 1998. 2ª Edição.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. Tradução de Wolfgang Leo Maar.- São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ANDERSON, Perry. **As antinomias de Gramsci**. Crítica Marxista. São Paulo, Jorúês, 1986.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernando. **A questão da Ideologia em Antonio Gramsci**. Trabalho e Educação. Vol. 16 n. 2 jul./ dez – 2007. p.81-98.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário**: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, n.1, p.284-304, 1999.

CARCANHOLO, Marcelo. **Neoconservadorismo com roupagem alternativa**: a nova Cepal dentro do consenso de Washington. In: encruzilhadas da América Latina no Século XXI. Org. Castelo Rodrigues, Rodrigo. Rio de Janeiro, Pão e Rosas, 2010.

CARCANHOLO, Reinaldo A.. **Capital: essência e aparência**. Org. Reinaldo Carcanholo. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência. Vol. 2**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013 a.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**. Editora Brasiliense. 4ª edição revista e aumentada. São Paulo, 1957.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Hemus, 1981.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. 1965-1985.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição eletrônica. Ed. Ridento Castigat Mores. Disponível em www.jahr.org.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira. – São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Círculo do livro, São Paulo, 1974. .

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3ª ed. Revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**. Reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. **Marxismo e revisionismo nos Cadernos do Cárcere**: a tradução gramsciana de George Sorel. Trigésimo quarto Encontro Anual Anpocs.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios á multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço** – São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo**; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. Tradução de Magda Lopes. – [1ª ed.] – São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Para entender o capital**; tradução de Rubens Enderle. – São Paulo, S.P.: Boitempo, 2013.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 2ed. Col. Os pensadores.

HOBBS, Eric J. **A era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 3a ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBBS, Eric J. **A era dos impérios. 1875-1914**. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBS, Eric J. **A Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise econômica mundial. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (6 ed. 2004)

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril cultural, 1978. 2ed. Col. Os Pensadores.

MALTHUS, Thomas. **Princípios de economia política**. 1820. Várias edições.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Antídoto, 1977.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Rui Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. - Petrópolis, R.J.: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagem de valoração. Tradução de Maurício Waldman. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Do capital. O rendimento e suas fontes. Tradução de Edgard Malagodi; colaboração de José Arthur Giannotti. Col. Os pensadores. Ed Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. Col. Os Economistas Ed. Nova Cultural. São Paulo. 1988.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx e Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZOYER, Marcel. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; {tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira}. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MORAES, João Quartim de. **Guerra, revolução e contra-revolução na França (1870-1871)**. Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista, nº 04. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP; Ano III set. de 2011. p.11-32.

ORTEGA Y GASSET, José. *A barbárie da especialização*. In: **A rebelião das massas**. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2002[1937].

PAIVA, Beatriz; OURIQUES, N., D.. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais**: quão distante está do horizonte? In FARIAS, L. F. Gallina N M..(orgs). São Paulo, ed. Xamã, 2009.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, M., CARRARO, D. **Política social na América Latina**: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. In Ser Social, Brasília, v.12, n.26, jun. 2010.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução: Monica Baumgartem de Bolle. 1ed.. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, Milton. **A Comuna de Paris**: guerra, dualidade de poder e Transição Derrotada. Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista, nº 04. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP; Ano III set. de 2011. p.33-48.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 13ª reimpressão.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**: introdução Michele Cangiani; tradução Vera Ribeiro; revisão César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRATES, Jane. **O método marxiano e o enfoque misto na pesquisa**: uma relação necessária. Revista Textos e Contextos. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2012.

PREBISCH, RAÚL. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL/** Organização, Ricardo Bielschowsky; tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro; Record, 2000.

RICARDO, David. **Notas aos princípios de Economia Política de Malthus**. 1820. Várias edições (Col. os economistas) s.d.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 2ed. Col. Os pensadores.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, Ed da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a (COLEÇÃO Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b. (coleção Milton Santos; 12).

VEIGA, José Eli da. **Neodesenvolvimentismo**: Quinze anos de gestação. São Paulo em Perspectiva (Seade), v.20, n.3, jul.-set. 2006.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente & desenvolvimento**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 3ª edição.